



FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Lei de licitação nº 14.133/2021

Área Requisitante:

Edepe

Responsável pela demanda:

Gabriel Luis Scheffer Regensteiner – Agente de Defensoria

Objeto:

Contratação da/o palestrante **Maria Gorete Marques de Jesus** para a “II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais”.

Quantidade:

Tempo de Contratação: 4 horas

Justificativa:

A contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Trata-se do Curso de Pós-Graduação lato sensu promovido pela Defensoria Pública de São Paulo por meio da EDEPE, em observância ao art. 2º, inciso I, da Deliberação da Congregação da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 01 (*Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola da Defensoria Pública do Estado - EDEPE*)."

A contratação está relacionada ao evento objeto do processo SEI nº 2026/0024487

Estimativa preliminar do valor da contratação:

Valor total estimado - R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais)

Data pretendida para a conclusão da contratação:

29/09/2026

Previsão de prazo de execução, após celebração do contrato:

30/09/2026

Grau de prioridade da contratação:

médio

Vinculação ou dependência com outro DFD:

A execução deste DFD possui dependência com a contratação dos outros palestrantes do evento, conforme autorizados no processo SEI 2026/0024487.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 18/09/2026, às 14:19, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2051743** e o código CRC **5D36B66E**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

SACL EDEPE - 2051743v3



TERMO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Trata-se de processo instaurado para fins de contratação de professores e demais serviços necessários para a realização da II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais, que ocorrerá entre os dias 03/08/2026 e 06/12/2027.

O curso contará com múltiplas aulas e conteúdos temáticos - organizados conforme planejamento pedagógico anexado ao **processo SEI correlato nº 2026/0014245** - a ser desenvolvido pela EDEPE.

Destaque-se que a pós-graduação contará com a presença de professores externos convidados, do Brasil e da Argentina, para o que se fará necessária a contratação de passagens aéreas, hospedagem, serviço de tradução simultânea e outros.

Encaminhem-se os autos à Direção Geral da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para apreciação e aprovação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Agente de Defensoria**, em 08/07/2026, às 11:50, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **1944251** e o código CRC **2EFBFC51**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0024487

SAPP EDEPE - 1944251v2

As aulas serão às segundas e quartas, das 18:30 às 22:30.

Disciplina	Data	Horas	Tema da aula	Docente
Introdução à criminologia				
Introdução à criminologia	03/08/2026	4	Conceito	Rafael F. Strano
Introdução à criminologia	05/08/2026	4	Objetos da criminologia	Sérgio Salomão Shecaira
Introdução à criminologia	10/08/2026	4	História da Criminologia I	Gabriel Ignacio Anitua
Introdução à criminologia	12/08/2026	4	História da Criminologia II	Gabriel Ignacio Anitua
Introdução à criminologia	17/08/2026	4	História da Criminologia III	Beatriz de Santana Prates
Criminologia contemporânea I				
Criminologia contemporânea I	19/08/2026	4	Criminologia brasileira	Patrick Lemos Cacicedo
Criminologia contemporânea I	24/08/2026	4	Giro punitivo na América Latina	Máximo Sozzo
Criminologia contemporânea I	26/08/2026	4	Prisões no mundo	Máximo Sozzo
Criminologia contemporânea I	31/08/2026	4	Criminologia queer	Bruno Shimizu
Criminologia contemporânea I	02/09/2026	4	Segurança Pública	Jacqueline Sinhoretto
Criminologia contemporânea II				
Criminologia contemporânea II	07/09/2026			
Criminologia contemporânea II	09/09/2026	4	Morte nas prisões	Mariana Borgheresi Duarte
Criminologia contemporânea II	14/09/2026	4	Criminologia verde	James Herminio Porto da Silva
Criminologia contemporânea II	16/09/2026	4	Movimentos Identitários e Direito Penal	Bruna Rachel de Paula Diniz
Criminologia contemporânea II	21/09/2026	4	Criminologia midiática	Rafael Barcelos Tristao
Política Criminal				
Política Criminal	23/09/2026	4	Política criminal e política pública	Rafael F. Strano
Política Criminal	28/09/2026	4	Política legislativa	Carolina Costa Ferreira
Política Criminal	30/09/2026	4	Política criminal de drogas	Maria Gorete de Jesus
Política Criminal	05/10/2026	4	Prisões no Brasil	Patrick Lemos Cacicedo
Política Criminal	07/10/2026	4	Criminologia feminista	Isadora Brandão Araujo da Silva
Criminologia Contemporânea III				
Criminologia Contemporânea III	12/10/2026			
Criminologia Contemporânea III	14/10/2026	4	Criminologia clínica	Bruno Shimizu

Criminologia Contemporânea III	19/10/2026	4	Justiça juvenil	Mariana Chies
Criminologia Contemporânea III	21/10/2026	4	Criminologia e psicologia analítica	Bruno Amabile Bracco
Criminologia Contemporânea III	26/10/2026	4	Justiça Restaurativa	Anderson Almeida da Silva
Encarceramento e seus impactos				
Encarceramento e seus impactos	28/10/2026			
Encarceramento e seus impactos	02/11/2026			
Encarceramento e seus impactos	04/11/2026	4	Organização de familiares e cárcere	Miriam Duarte
Encarceramento e seus impactos	09/11/2026	4	Punitivismo e Poder Judiciário	Marcelo Semer
Encarceramento e seus impactos	11/11/2026	4	Sociologia da violência	Marcos César Alvarez
Criminologia Contemporânea IV				
Criminologia Contemporânea IV	16/11/2026	4	Circuitos espaciais penais	Carin Carrer Gomes
Criminologia Contemporânea IV	18/11/2026	4	Novas tecnologias e sistema punitivo	Mariana Borgheresi Duarte
Criminologia Contemporânea IV	23/11/2026	4	Encarceramento e direitos políticos	Luigi Barbieri
Criminologia Contemporânea IV	25/11/2026	4	Criminologia e sistema de justiça	Marcelo Campos
Criminologia Contemporânea IV	30/11/2026	4	Violências de Estado	Patrick Lemos Cacicedo
Criminologia Contemporânea IV	12/2/2026	4	Polícia	Maurício Stegemann Dieter
Encerramento				
Encerramento	12/7/2026	4	Revisão e encerramento do módulo	
		132		

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO nº 18, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021. [Imprimir](#)  [Enviar](#)  [Fechar](#)**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO nº 18, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Dispõe sobre regulamentação da atividade de docência nos cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu" organizados pela EDEPE

O Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a competência prevista no art. 14, inciso V, do Regimento Interno da EDEPE, Ato da Defensoria Pública-Geral, de 07 de novembro de 2016;

Considerando a autonomia constitucional das Defensorias Públicas, prevista no art. 134, §2º, da Constituição Federal de 1988;

Considerando o disposto no artigo 1º, §4º, da Deliberação do Conselho da EDEPE nº 08, de 10 de fevereiro de 2015, que disciplina a remuneração de palestrantes, professores, seminaristas, debatedores, expositores ou conferencistas em cursos e demais eventos promovidos ou apoiados pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

Considerando previsão da Gratificação de Magistério nos arts. 11, inciso VI, e 18 das disposições transitórias da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, bem como sua regulamentação feita pela Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado nº 75, de 25 de abril de 2008;

Considerando que a necessidade de complementação do Regimento dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da EDEPE no que tange às vantagens, direitos e deveres do corpo docente (art. 23 do Regimento);

DELIBERA

Art. 1º O corpo docente da Pós-Graduação *lato sensu* da EDEPE é composto pelos/as coordenadores/as de cursos, coordenadores/as adjuntos/as e professores/as.

Art. 2º É de incumbência do/a Coordenador/a do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* a escolha, indicação e formalização do convite dos/as professores/as que ministraram aulas ou palestras no respectivo curso, nos termos do art. 10, inciso I, do Regimento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da EDEPE.

§1º Ao menos 2/3 (dois terços) do corpo docente de cada curso de especialização deverá contar com a titulação mínima de mestre/a, obtida em instituição credenciada no Sistema Nacional de Pós-Graduação (CAPES/MEC).

§2º Excepcionalmente, até 1/3 do corpo docente poderá ser de especialistas.

Art. 3º Cabe aos/às Professores/as ministrar aulas e/ou organizar seminários, bem como orientar os/as alunos/as no estudo e pesquisa do tema a ser versado nas aulas expositivas, além de aplicar as avaliações pertinentes.

Art. 4º Além das atribuições previstas no artigo anterior, constituem também deveres do/a professor/a:

I - Planejar e executar com eficiência o programa da disciplina, área de estudos ou atividade;

II - Dirigir estudos, orientar alunos/as e atividades complementares, quando tal lhe for confiado;

III - Avaliar o rendimento e aproveitamento dos/as cursistas;

IV - Anotar, no diário de classe, o conteúdo desenvolvido em cada aula ou atividade, aferindo o controle de frequência exercido pela Secretaria;

V - Ser assíduo/a e pontual;

VI - Comparecer às reuniões, quando convocado/a;

VII - Elaborar, aplicar, corrigir e revisar provas, dentro do prazo estabelecido.

Art. 5º A forma de contratação de professores/as que não integrem os quadros da Defensoria Pública do Estado de São Paulo seguirá o disposto na Deliberação do Conselho da EDEPE nº 08, de 10 de fevereiro de 2015.

Parágrafo único. Com exceção aos/às Professores/as que integrem os quadros da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a remuneração do corpo docente dos cursos de especialização será feita em horas-aula e seguirá os seguintes valores-base:

a) Professor/a com título de especialização (pós-graduação *lato sensu*): R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

b) Professor/a com título de mestrado: R\$ 300,00 (trezentos reais);

c) Professor/a com título de doutorado: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Art. 6º Os/as Professores/as que integrarem os quadros da Defensoria Pública do Estado de São Paulo farão jus à Gratificação de Magistério, prevista nos arts. 11, inciso VI, e 18 das disposições transitórias da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, e regulamentada pela Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado nº 75, de 25 de abril de 2008. Parágrafo único - Faculta-se ao/à Professor/a integrante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo abdicar do recebimento da Gratificação de Magistério e optar pelo recebimento de pontuação para fins de concurso de promoção na carreira, na forma prevista pela Deliberação CSDP nº 244/2012.

Art. 7º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

 Imprimir  Enviar  Fechar



Maria Gorete Marques de Jesus

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3277182968137071>

ID Lattes: **3277182968137071**

Última atualização do currículo em 16/09/2026

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Doutora e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP. Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pelo Departamento de Sociologia FFLCH-USP. Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP). Vice-líder do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos - GEVAC. Pesquisadora do INCT-InEAC. É associada da Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP). Desenvolve pesquisas nas áreas de direitos humanos, justiça, punição, tortura, segurança pública e violência. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Maria Gorete Marques de Jesus

Nome em citações bibliográficas

JESUS, M. G. M.; JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE; JESUS, MARIA GORETE MARQUES; MARQUES, GORETE; Gorete Marques de Jesus, Maria

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/3277182968137071>

Orcid iD

 <https://orcid.org/0000-0003-2667-8736>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

E-mail alternativo: mariajesus@ufscar.br

Google Talk: <https://scholar.google.com/citations?user=FMkrs40AAAAJ&hl=pt-BR>

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia.
Professor Lucio Martins Rodrigues, Núcleo de Estudos da Violência
Cidade Universitária
05508900 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 9716716551
URL da Homepage:
<https://scholar.google.com/citations?user=FMkrs40AAAAJ&hl=pt-BR>

Endereço Eletrônico

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2016

Doutorado em Sociologia.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: O que está no mundo não está nos autos: a construção da verdade jurídica nos processos de crimes de tráfico de drogas, Ano de obtenção: 2016.
Orientador:  Sergio Franca Adorno de Abreu.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
Palavras-chave: Judiciário; Lei de drogas; Punição; Estado Democrático de Direito.

2007 - 2009

Mestrado em Sociologia.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: O crime de tortura e a justiça criminal: um estudo dos processos de tortura na cidade de São Paulo , Ano de Obtenção: 2009.
Orientador:  Prof. Sérgio França Adorno de Abreu.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.
Palavras-chave: Direitos Humanos; Estado Democrático de Direito; Sociedade Civil; violência.
Grande área: Ciências Humanas / Área: Sociologia / Subárea: Sociologia Urbana / Especialidade: Violência.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Sociologia / Subárea: Sociologia Urbana.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Sociologia.

2003 - 2005

Especialização em direitos humanos.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Acesso à Justiça e a questão da criação da Defensoria Pública em São Paulo.
Orientador: Prof. Fábio Konder Comparato.

2002 - 2008

Graduação em Licenciatura.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

1998 - 2002

Graduação em Ciências Sociais.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Administração Local da Justiça e Mediação de Conflitos/ Estudo de Caso / Capão Redondo.
Orientador: Sérgio Adorno.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Pós-doutorado

2019 - 2024

Pós-Doutorado.
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, FFLCH, Brasil.
Grande área: Ciências Humanas / Área:
Sociologia.

Formação Complementar

2020 - 2020

Jornada Paulo Freire e a Escola Cidadã -
Centenário. (Carga horária: 20h).
Instituto Paulo Freire, IPF, Brasil.

2020 - 2020

Jornada Método Paulo Freire: Reflexões e
Práticas - Centenário. (Carga horária: 35h).
Instituto Paulo Freire, IPF, Brasil.

2020 - 2020

Jornada Esperança sem Espera - Centenário
Paulo Freire. (Carga horária: 20h).
Instituto Paulo Freire, IPF, Brasil.

2019 - 2019

Extensão universitária em Summer School da
FFLCH: Derivas foucaulteanas: biopolíticas y
necropolítica. (Carga horária: 12h).
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, FFLCH, Brasil.

2015 - 2015

Uma teoria interdisciplinar da observação e as
entrevistas em ciências soci. (Carga horária:
8h).
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, FFLCH, Brasil.

2014 - 2014

Extensão universitária em Curso de Verão.
(Carga horária: 76h).
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
PUC/SP, Brasil.

2014 - 2014

Etnografia na sociologia: Fundamentos e
potenciali. (Carga horária: 8h).
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, FFLCH, Brasil.

2013 - 2013

Programa de Aperfeiçoamento de Ensino.
(Carga horária: 12h).
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, FFLCH, Brasil.

2010 - 2010

XXIII Curso de Verão - Política e Comunidades.
(Carga horária: 64h).
Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização
e Educação Popular, CESEP, Brasil.

2009 - 2009

XXII Curso de Verão: Arte e Educação Popular.
(Carga horária: 70h).
Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização
e Educação Popular, CESEP, Brasil.

2005 - 2005

1º Curso de qualificação. (Carga horária: 10h).
Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura,
ACAT/BR, Brasil.

2003 - 2005

Extensão universitária em Especialização em
Direitos Humanos.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

2000 - 2000

IV Curso de seleção e capacitação de
estagiários. (Carga horária: 8h).
Instituto Latino Americano das Nações Unidas,
ILANUD, Brasil.

Atuação Profissional

Ineac, INEAC, Brasil.

Vínculo institucional

2025 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Centro de Educação e Ciências Humanas/CECH/UFSCAR, CECH/UFSCAR, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Núcleo de Estudos da Violência da USP, NEV, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: Professora Adjunta, Carga horária:
40, Regime: Dedicção exclusiva.

Departamento de Sociologia FFLCH-USP, DS, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - 2024

Vínculo: Contratado, Enquadramento
Funcional: Professora, Carga horária: 12

Outras informações

Professora do Departamento de Sociologia,
área de Teoria e Métodos em Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da USP.

Núcleo de Estudos da Violência da USP, NEV/USP, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Pesquisadora, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 40

Atividades

06/2010 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, NEV/USP.

Linhas de pesquisa
Justiça Criminal; Tortura; Segurança Pública;
Direitos Humanos; Poder Judiciário; Drogas

Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, EC, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Professora, Carga horária: 3

DANISH INSTITUTE AGAINST TORTURE, DIGNITY, Dinamarca.

Vínculo institucional

2020 - 2021

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, CEETEPS, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2018

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Professora, Carga horária: 10

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional:
Estagiária/monitora, Carga horária: 6

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCRIM, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Pesquisadora, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 20

Outras informações

Pesquisa: "A vítima no processo penal
brasileiro: um novo protagonismo no cenário
contemporâneo?"

IBCCRIM, AJD, União de Mulheres, IBCCIM, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2012

Vínculo: Educadora, Enquadramento Funcional:
Educadora, Carga horária: 4

Outras informações

Educação popular - Lei Maria da Penha

Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura, ACAT-BRASIL, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010

Vínculo: Voluntária, Enquadramento Funcional: Voluntária

Outras informações

Vice-coordenação

Campanha Bem Querer Mulher, BEM QUERER MULHER, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011

Vínculo: Coordenação, Enquadramento Funcional: Coordenação do Projeto de Parceria com CICs, Carga horária: 20

Outras informações

Coordenação do Projeto de Parceria - Projeto Maria Maria, Formação de Agentes Bem Querer Mulher e Centros de Integração da Cidadania da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo

Pastoral Carcerária, PCRN, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

ABMP, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2008

Vínculo: Facilitadora, Enquadramento Funcional: Facilitadora, Carga horária: 16

Outras informações

Justiça Juvenil e direitos humanos

Atividades

02/2008 - 02/2008

Treinamentos ministrados , ABMP.

Treinamentos ministrados
Sistema de Justiça Juvenil

Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, CTV, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2007

Vínculo: Profissional liberal autônoma,
Enquadramento Funcional: Secretaria
Executiva, Carga horária: 30

Atividades

01/2003 - Atual

Direção e administração, Comissão Teotônio
Vilela.

Cargo ou função
Secretária Executiva.

Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação, ANDHEP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2007

Vínculo: Assistente, Enquadramento Funcional:
Assistencia, Carga horária: 20

Atividades

02/2005 - 02/2007

Serviços técnicos especializados , ANDHEP.

Serviço realizado
serviços administrativos.

Fundação Carlos Alberto Vanzolini, FCAV, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: voluntário, Enquadramento Funcional:
voluntária, Carga horária: 72

Ágere Cooperação em Advocacy, ÁGERE, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2005

Vínculo: Tutora, Enquadramento Funcional:
Tutora, Carga horária: 20

Outras informações

Tutora no Curso de Capacitação de Gestores
em Direitos Humanos, modalidade a distância

Atividades

08/2004 - 01/2005

Ensino, Capacitação de Gestores em Direitos
Humanos, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas
Direitos Humanos

Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos, CUDH, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2001

Vínculo: Monitora, Enquadramento Funcional:
Monitora

Outras informações

Participação como monitora no I Colóquio
Anual de Direitos Humanos de São Paulo

Atividades

05/2001 - 05/2001

Ensino, I Colóquio Anual de Direitos Humanos
de São Paulo, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas
Direitos Humanos

Comissão Teotônio Vilela, CTV, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2003

Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional:
Estagiária, Carga horária: 20, Regime:
Dedicação exclusiva.

Atividades

06/2000 - 02/2003

Estágio realizado
Estágio- assistente de pesquisa.

Conectas Direitos Humanos, CONECTAS, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - 2023

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora

Inspere Instituto de Ensino e Pesquisa, INSPER, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Linhas de pesquisa

1.

Justiça Criminal; Tortura; Segurança Pública;
Direitos Humanos; Poder Judiciário; Drogas

Projetos de pesquisa

2026 - Atual

Estudo diagnóstico acerca do contexto de prevenção e enfrentamento à tortura e violência institucional contra adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no país

Descrição: O projeto envolve levantamento e organização de bases documentais, construção de banco de dados unificado, análise qualitativa e quantitativa das recomendações, identificação de padrões institucionais e lacunas de implementação, bem como a formulação de subsídios técnicos para a estruturação de um Protocolo Nacional. A iniciativa articula pesquisa aplicada, assessoria técnica e interlocução institucional com órgãos federais e organismos internacionais, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e controle da violência institucional.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (3) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Coordenador / Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro - Integrante / Mariana Chies Santiago

Santos - Integrante / Luis Felipe Zilli do nascimento - Integrante / Eduardo Cerqueira Batitucci - Integrante / Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz - Integrante / Isabela Cristina Alves de Araújo - Integrante / Raquel Vieira Magalhaes Queiroga - Integrante / Eduarda Lorena de Almeida - Integrante / Deivid Rafael - Integrante / Ana Paula Vasconcelos Gonçalves - Integrante / Fábio do Nascimento Simas - Integrante / Ionara dos Santos Fernandes - Integrante / Isabela Catarina Levandoski da Silva - Integrante / Isadora Costa Saraiva - Integrante / Izabela de Faria Miranda - Integrante / Júlia Catarine dos Santos Abreu - Integrante / Júlia Santos Cardoso - Integrante / Lívia Molica Faleiro - Integrante / Luisa Melo Meslouhi - Integrante / Maria Vallentina de Magalhães Cardoso - Integrante / Matheus Filipe da Costa Mendes - Integrante / Monique de Carvalho Cruz - Integrante / Nina Queirolo Lage - Integrante.

2026 - Atual

NEV/USP/INCT Autoritarismo e Democracia.
Eixo 2 - Representações sociais e discursos sobre ordem, violência, direitos humanos e democracia

Descrição: Desenvolver estudos teóricos e empíricos voltados para a compreensão dos desafios e obstáculos políticos e sociais ao funcionamento da democracia no contexto brasileiro. As principais vertentes de análise abordam as representações sociais e discursos sobre ordem, violência, direitos humanos e democracia; o perfil dos atores políticos na atuação legislativa; as inovações e os efeitos dos achados da ciência e da tecnologia de vigilância nas instituições voltadas para o controle social; os aspectos multidimensionais da segurança e seus reflexos na democracia; e o perfil das percepções punitivas e das políticas penais adotadas. A questão central que orienta essas vertentes é a persistência da presença do autoritarismo na sociedade brasileira e os riscos que dele derivam para a democracia. Apesar dos avanços políticos e sociais que se estabeleceram com a redemocratização, com a ampliação dos direitos formais dos cidadãos, sobrevivem percepções, valores, práticas e atitudes que contrastam e mesmo buscam negar aqueles avanços. As instabilidades políticas vividas pelo país nos últimos dez anos têm colocado o desafio para as ciências sociais de explicar as dinâmicas políticas e sociais que minam o apoio ao regime democrático e fomentam soluções autoritárias para a vida social e política. A estratégia metodológica a ser adotada compreende, além do uso de fontes documentais, o desenvolvimento de pesquisas de caráter quanti e quali (questionários, entrevistas, grupos focais) em torno das vertentes de análise apontadas acima, articulando a cooperação de variados grupos de pesquisa e pesquisadores em diversos estados brasileiros..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Coordenador / Gustavo Higa - Integrante / Marcos Alvarez - Integrante / Pedro Benetti - Integrante / Ionara Fernandes - Integrante / Susana Durão - Integrante / Laura Talho - Integrante / Francisco Thiago Rocha Vasconcelos - Integrante / Núbia Ramos - Integrante.

2026 - Atual

Descrição: Esta pesquisa investiga as percepções de policiais civis, militares, juízes, promotores, advogados e defensores públicos sobre os direitos humanos, analisando como esses profissionais compreendem, mobilizam e integram esse conceito em suas práticas cotidianas. Parte-se da hipótese de que os sentidos atribuídos aos direitos humanos influenciam diretamente as decisões e condutas institucionais desses atores, impactando o funcionamento da segurança pública e administração da justiça no Brasil. O projeto se insere em um contexto de disputas políticas e simbólicas em torno dos direitos humanos, intensificadas a partir da década de 2010, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro. Fundamentado em uma perspectiva sociológica que entende os direitos humanos como representações sociais, o estudo dialoga com quatro eixos analíticos: culturas institucionais, dinâmicas interinstitucionais, valores compartilhados entre profissionais e construção de identidades em contextos de pressão social. Metodologicamente, adota abordagem multimétodo, com análise de conteúdos de redes sociais e blogs institucionais, entrevistas semiestruturadas e análise documental, utilizando triangulação para garantir rigor analítico. Espera-se construir um diagnóstico aprofundado sobre as percepções de direitos humanos, oferecer subsídios para políticas de formação, promover devolutivas junto aos profissionais e disseminar os resultados por diferentes meios, contribuindo para o fortalecimento democrático e a qualificação do debate público..

Situação: Em andamento; **Natureza:** Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Coordenador / Ariadne Natal - Integrante / Mariana Possas - Integrante / Fernanda Novaes Cruz - Integrante / Luiza Meira Bastos - Integrante / Nicole Oliveira Albino - Integrante / Elizabete Pellegrini Garcia - Integrante / Núbia Ramos - Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP - Auxílio financeiro. - Auxílio financeiro. Número de orientações: 1

2025 - Atual

Conflitos e Políticas Públicas em perspectiva comparada: a desigualdade como estruturante

Descrição: A presente proposta tem como objetivo o fortalecimento e ampliação de uma rede de pesquisadores e grupos de pesquisa em nível nacional e internacional na área da Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, com foco no desenvolvimento articulado e cooperativo de pesquisas empíricas, multidisciplinares e comparadas, sobre processos de administração institucional e não institucional de conflitos. Essa rede foi institucionalizada principalmente a partir de 2009 com sua aprovação no primeiro Edital INCT/MCTI e posteriormente teve continuidade no segundo Edital lançado em 2014. A proposta atual está inserida na Linha "Promoção da Igualdade e da Inclusão Social", desta Chamada. A partir desse tema, o projeto propõe um programa de pesquisa, produção de tecnologias sociais, educação e divulgação

científica, em torno da identificação e compreensão dos processos de produção e reprodução de desigualdades no acesso a direitos em diferentes esferas públicas, com foco em regimes de verdade distintos e seus reflexos na produção e disseminação de (des)informação. Especificamente, busca-se compreender como as formas de tratamento institucional e não institucional de conflitos nas suas dimensões normativas, jurídicas, legislativas, burocráticas, morais, sócio econômicas e socioambientais, podem resultar em processos de exclusão social hierárquicos e desiguais. Esses processos evidenciam a necessidade de abordar empiricamente conflitos de natureza diversa envolvendo identidades étnicas, raciais, de gênero e orientação sexual, etárias e religiosas. A partir desses temas, busca-se promover reflexões teóricas e ético-metodológicas bem como diálogos intersetoriais com parceiros institucionais, movimentos sociais e associações civis, que promovam mecanismos institucionais mais igualitários e universais de inclusão social. Tal abordagem requer variadas estratégias metodológicas em termos de produção do conhecimento - em nível de pesquisa, formação e divulgação - que têm como ponto comum a perspectiva etnográfica, centrada na interlocução direta com os atores envolvidos nos processos abordados e, nesse sentido, a produção compartilhada de tecnologias sociais construídas conjuntamente entre pesquisadores e interlocutores..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Jacqueline Sinhoretto - Integrante / Lucía Eilbaum - Coordenador / Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo - Integrante / Ana Paula Mendes Miranda - Integrante / Luís Roberto Cardoso de Oliveira - Integrante / Lenin dos Santos Pires - Integrante.

2025 - Atual

Construção da verdade e as estratégias de ação no campo estatal de administração de conflitos

Descrição: O subprojeto pretende dar continuidade à investigação do campo estatal de administração de conflitos e às estratégias de ação mobilizadas por atores e instituições que compõem o campo e nele disputam posições, saberes e processos de construção da verdade sobre o crime e as formas de exercício de seu controle. Já foram identificadas quatro estratégias principais por meio das quais atores institucionais organizam suas disputas e lutas por reconhecimento, saberes e recursos. São elas: a estratégia clássica, a militarizada, a da prevenção da violência e as alternativas ao penal. Entre elas predominam as estratégias clássica e militarizada, tendo havido um impulso na primeira nos anos da democratização, entre 1980 e 2010; ao passo que na última década tem prevalecido a estratégia militarizada, com declínio das demais. Isto significa que, na redemocratização, atores judiciais tiveram o protagonismo das mudanças para investir tanto na judicialização dos conflitos e juridificação das relações sociais, quanto nas alternativas ao penal como a justiça juvenil, a mediação de conflitos e a justiça restaurativa. Foi também o momento de emergência da estratégia de prevenção dos conflitos, tendo os governos executivos federal e municipais como protagonistas, com espaço para o crescimento

dos saberes de assistência e proteção a direitos. Não obstante esse movimento ter perdurado e ainda existir, ele tem convivido cada vez mais com o fortalecimento da estratégia militarizada, que tem a polícia militar como protagonista da administração de conflitos do crime, onde a construção da verdade sobre crimes, criminosos e justiça é muito influenciada pela estratégia de agentes que se articulam em torno do discurso de guerra ao crime, legitimação da ação policial militar, freio das formas de controle da atividade policial, encarceramento em massa, técnicas de suspeição de criminosos, legitimação social e jurídica da letalidade policial..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (4) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Giane Silvestre - Integrante / Jacqueline Sinhoretto - Coordenador / Juliana Tonche - Integrante / Liana de Paula - Integrante / Felipe Athayde Lins de Melo - Integrante / André Sales dos Santos Cedro - Integrante / anilo de Souza Moraes - Integrante / Elizabete Pellegrini Garcia - Integrante / Henrique de Linica dos Santos Macedo - Integrante / Maria Carolina Schlittler - Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

2023 - 2025

Novas Formações de Vida Coletiva nas Periferias de São Paulo: Mães Solo, Pais Ausentes, Violência e Circulação de Moradias

Descrição: O projeto pretende mapear o universo das novas formas de viver junto nas periferias de São Paulo e, sobretudo, entender o que significa na prática ser mãe e pai, especialmente mãe solo e pai ausente. Como essas condições se relacionam a novas concepções de feminilidade e masculinidade? Quais são os novos padrões de relações de gênero e de geração que se formam? Qual o impacto da violência doméstica na mudança de organizações familiares? Se a família nuclear não é mais dominante, como mudar o entendimento do que seja família na formulação de políticas públicas? Quais são as principais políticas de educação a serem formuladas? Quais as políticas de moradia mais adequadas a essa realidade de novos modos de vida e de reprodução?..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Giane Silvestre - Integrante / Sergio Adorno - Integrante / Teresa Caldeira - Coordenador.
Financiador(es): Fundação Tide Azevedo Setubal - Bolsa.

2023 - 2025

CAMINHOS DA TORTURA NA JUSTIÇA JUVENIL BRASILEIRA: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO

Descrição: A situação dos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional no Brasil é complexa e preocupante. A falta de clareza por parte dos operadores do direito acerca do tema da tortura e das possibilidades de

encaminhamentos torna adolescentes ainda mais vulneráveis a terem seus direitos violados. Por isso, este projeto de pesquisa tem como objetivo geral compreender qual o tratamento dado pelo Poder Judiciário aos casos de tortura praticados contra adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional, nas cinco diferentes regiões do país. Devido à natureza do problema e aos desafios envolvidos nesse tipo de temática, a pesquisa utilizará prioritariamente as estratégias da metodologia qualitativa, com elementos quantitativos utilizados como dados auxiliares. Seguindo os parâmetros previstos no edital, o principal método será a observação, a ser realizada nas audiências de apresentação nas cinco diferentes regiões do país, com o objetivo de compreender como as diversas dimensões do elemento tortura podem aparecer no momento da audiência de apresentação e a atuação dos atores do sistema de justiça em face delas. Além disso, informações complementares serão obtidas nas atas das audiências de apresentação, para comparação e complementação às observações. Soma-se a isso entrevistas semi-estruturadas com atores do sistema de justiça e garantia de direitos, visando a explorar aspectos referentes ao fluxo de atendimento e a relação entre os diferentes órgãos que compõem o sistema de justiça juvenil e socioeducativo..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (5) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Mariana Chies-Santos - Coordenador / Carolina Ferreira - Integrante / Érica Babini - Integrante / Saylon Alves - Integrante / Debora Piccirillo - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Justiça - Remuneração.

Número de produções C, T & A: 2

2023 - 2023

Implementação e Análise do Uso de Câmeras em Fardas e Viaturas de Agentes de Segurança Pública e Prisionais

Descrição: A violência policial no Brasil tem sido um tema de grande preocupação, com relatos frequentes de abusos, execuções extrajudiciais e uso excessivo da força. Muitos casos estão relacionados a situações de abordagem, detenção e supostos confrontos que resultam em letalidade. As câmeras corporais, também conhecidas como body cams, têm sido propostas como uma medida para lidar com a violência policial e aumentar a transparência nas interações entre a polícia e os cidadãos. As câmeras corporais são dispositivos usados pelos policiais para gravar suas interações com o público. Essas câmeras podem ajudar a documentar os eventos, fornecendo uma perspectiva mais objetiva sobre o que ocorreu durante um encontro entre a polícia e os cidadãos. A ideia por trás das câmeras corporais é que elas possam servir como uma medida de prestação de contas, prevenção de abusos e melhoria da transparência. Vários estados do país estão adotando programas de implementação de câmeras corporais (COPs) nos uniformes de agentes de segurança pública, como a polícia militar, polícia civil, polícia penal, dentre outros. A Polícia Militar do estado de São Paulo (PMESP) vem implementando o programa Olho Vivo, que consiste no uso de câmeras operacionais portáteis fixadas na lapela dos uniformes dos policiais para que suas ações

sejam filmadas. Esse programa começou a ser implementado em 2020, com o objetivo de monitorar as ações policiais e auxiliar na produção de provas. Além disso, a gravação automática das interações entre polícia e público podem permitir a busca por responsabilização em situações de violência policial. No entanto, não é possível aferir tal afirmativa. O que se sabe e os dados têm mostrado é que o uso das câmeras têm reduzido sistematicamente indicadores de violência policial em São Paulo. Por se tratar de movimento recente no Brasil, o número de pesquisas no país envolvendo câmeras corporais em uniformes policiais ainda é discreto. Observar a maneira como as imagens produzidas pelas câmeras corporais estão sendo utilizadas pelos operadores do direito é fundamental para avaliar a eficácia da política pública. Isto é, se os policiais utilizam as câmeras corporais mas o acesso às imagens é dificultado, não haverá impacto na ação policial nem na garantia de direitos da população. Até o presente momento, não existem pesquisas no Brasil que tratem da questão de como os operadores do direito estão lidando com o recurso das imagens de câmeras corporais, em que medida eles têm acionado (ou não) essa tecnologia para avaliarem possíveis denúncias de violência policial, tortura, flagrante forjado etc. Percebe-se que a maioria das pesquisas tem como foco o impacto das câmeras no dia a dia do trabalho policial, sobretudo na questão da violência. Pretendemos, com a presente proposta, analisar como os operadores do direito têm acionado e/ou requisitado as imagens das câmeras corporais dos policiais, em quais casos e quem solicita, se frequentemente é a defesa (pública ou particular), a promotoria ou o juiz. Focaremos nas audiências de custódia porque são as que tratam de avaliar as condições e legalidade das prisões em flagrante promovidas pelos policiais militares..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (0) /
Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (2) /
Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus -
Coordenador / Fabio Toledo - Integrante /
Debora Piccirillo - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3

2023 - Atual

Criminalidade, Insegurança e Legitimidade:
uma abordagem transdisciplinar

Descrição: Tendo como base técnicas de Ciência de Dados e Inteligência Artificial, o projeto visa desenvolver metodologias analíticas inovadoras para investigar fenômenos complexos associados à criminalidade, à persistência de sentimentos de insegurança na população e seus efeitos na legitimidade democrática. O estudo da relação entre criminalidade, sensação de insegurança e legitimidade das instituições de justiça também é foco principal do projeto. Outro importante objetivo é formar e capacitar recursos humanos para que estejam aptos a empregar técnicas de Ciência de Dados e Inteligência Artificial no campo das Ciências Humanas e Sociais (CHS), trazendo novas perspectivas de abordagem e formação diferenciada para os profissionais e pesquisadores..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Vitor Blotta - Integrante / Giane Silvestre - Integrante / Bruna Gisi - Integrante / Marcos César Alvarez - Integrante / Frederico Castelo Branco Teixeira - Integrante / Pablo Emanuel Romero Almada - Integrante / Sergio Adorno - Integrante / Luis Gustavo Nonato - Coordenador / Leandro Alves Neves - Integrante / Wallace Correa de Oliveira Casaca - Integrante / Afonso Paiva - Integrante / Alneu de Andrade Lopes - Integrante / Alvaro Riascos - Integrante / Cibeles M. Russo Novelli - Integrante / Claudio Silva - Integrante / Daielly Melina Nassif Mantovani - Integrante / Daniela Oswald Ramos - Integrante / Jaqueline Alvarenga Silveira - Integrante / Marcelo Batista Nery - Integrante / Marcos M. Raimundo - Integrante / Natasha Bachini Pereira - Integrante / Ricardo Marcacini - Integrante / Rogério Galante Negri - Integrante / Thales Vieira - Integrante / Victor Barella - Integrante.

2023 - Atual

Juristas e democracia: Lutas locais-globais pela reconfiguração de forças profissionais no âmbito da justiça e segurança pública

Descrição: A relação entre as profissões jurídicas e a política tem sido colocada em posição central nas ciências sociais e no debate político brasileiros. Pelos estudos clássicos, tem sido convergido o entendimento de que esses grupos profissionais são caracterizados por uma ambiguidade, partilhando de um liberalismo moderado, tendente ao conservadorismo. No contexto contemporâneo, tem sido observado um deslocamento em direção a posições antidemocráticas por parte de setores tanto do campo jurídico quanto dos profissionais da segurança pública. Partindo dos desenvolvimentos recentes na sociologia das profissões especialmente do entendimento de que a construção social das profissões é realizada não apenas por meio do estabelecimento de fronteiras rígidas que delimitam uma prática profissional, mas também pelo borramento dessas fronteiras (entre o profissional e o político, ou entre diferentes formas estabelecidas de profissão) busca-se compreender mais profundamente esse cenário instigante. É concebida a imagem de um cabo de guerra entre posições democráticas e antidemocráticas, sendo observados e analisados os diferentes sentidos que esses tensionamentos podem assumir nas fronteiras entre profissões e política, entre frações profissionais, entre profissionais da justiça e da segurança. Para tanto, serão empregados métodos múltiplos, incluindo a aplicação de survey com elites da justiça e da segurança pública, a coleta e análise de documentos, mídias e redes sociais, a observação de práticas institucionais e a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais desses campos..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Jacqueline Sinhoretto - Integrante / Maria da Glória Bonelli - Coordenador / Fabiana Luci de Oliveira - Integrante / Fabio de Sá e Silva - Integrante / Fiona J. Macaulay - Integrante / Frederico N. R.de Almeida - Integrante / Sida Liu - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3

Fluxo do Sistema de Justiça Juvenil no Estado de São Paulo.

Descrição: A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 estabeleceu um conjunto de mudanças legais no tratamento de adolescentes autores de atos infracionais. Tais modificações envolvem tanto a introdução de garantias processuais e direitos individuais, quanto a adoção de dispositivos que restringem o uso da privação de liberdade como medida de responsabilização. Essas alterações impactam diretamente a atuação dos atores do sistema de justiça juvenil, marcada historicamente pela informalidade, discricionariedade e paternalismo. A literatura recente sobre o sistema de justiça juvenil brasileiro em diálogo com a literatura internacional tem indicado a complexidade do seu modo de funcionamento e os mecanismos pelos quais uma cultura menorista se combina com uma lógica punitiva. No que diz respeito ao diagnóstico das tendências atuais no país, um dos aspectos que ainda precisa ser melhor investigado é a produção decisória dos atores ao longo das etapas do fluxo desse sistema. A investigação dos fatores associados à produção decisória permite compreender de que maneira os dispositivos legais e as medidas socioeducativas têm sido utilizados. Buscando contribuir para esse debate, o objetivo deste projeto é realizar um estudo do fluxo do sistema de justiça juvenil no estado de São Paulo e investigar os fatores associados ao avanço dos casos nas diferentes etapas do sistema, desde a entrada no sistema até a execução das medidas socioeducativas. Dados recentes sobre o sistema paulista indicam uma redução significativa no número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Neste sentido, buscar-se-á investigar se houve alterações neste fluxo nos últimos anos. A pesquisa adotará uma abordagem longitudinal para rastrear o processamento dos casos em cada etapa, que será realizada a partir da coleta, sistematização e consolidação de dados secundários produzidos pelas agências que compõem o sistema de justiça juvenil em São Paulo..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Doutorado: (6) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Bruna Gisi - Coordenador / Mariana Chies-Santos - Integrante / Liana de Paula - Integrante / Celso Takashi Yokomizo - Integrante / Juliana Vinuto Lima - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 1

2021 - 2021

A CONSTRUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA
INFRACIONAL NOS DISCURSOS
PARLAMENTARES

Descrição: O presente projeto tem o objetivo de desenvolver um estudo quantitativo e qualitativo a respeito das propostas e projetos legislativos envolvendo o Estatuto da Criança e do Adolescente e os artigos da Constituição da República de 1988 vinculados ao ECA, buscando identificar as construções de

adolescência presentes nesses projetos, em especial no que diz respeito aos adolescentes a quem se atribui a prática de atos infracionais. Essas construções serão analisadas e problematizadas a partir da abordagem sociológica sobre a adolescência e das pesquisas sobre os projetos de intervenção destinados a crianças e adolescentes infratores no Brasil..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Fernando Salla - Integrante / Bruna Gisi - Coordenador / Mariana Chies Santos - Integrante / Marcos César Alvarez - Integrante / Pedro Rollo Benetti - Integrante / Gabriel Augusto de Carvalho Sánchez - Integrante / Raphaella da Silva Correa - Integrante.

2020 - 2022

Protecting survivors of torture and abuse: dignity, violence and human rights in poor communities

Descrição: Concerned with the type of care given to victims of torture in certain locations, the Danish Institute Against Torture (DIGNITY) coordinates the project "Protecting survivors of torture and abuse: dignity, violence and human rights in poor communities". a comparative perspective between Brazil, Sri Lanka and Kenya, one of the branches of this action is the undertaking of a study to examine the challenges involved in protecting victims of human rights violations, such as access to justice, gender inequalities, as well as asymmetries of class and ethnicity perpetrated by state agencies. In this sense, the general objective of the research is to understand, through qualitative methodology, the limits and the potential of the current mechanisms of protection to victims of human rights violations in the countries in question. Through the results obtained in this investigation stage, recommendations will be made, on the one hand, to public actors and civil society, whose work focuses on welcoming victims. On the other hand, measures will be taken to strengthen alliances between organizations and institutions in the Global South concerned with the protection of victims. The purpose of this technical report is to present the steps taken during the research field work carried out in Brazil, as well as to present some partial results achieved. In particular, this document focuses on the perspectives obtained from civil society and public authorities regarding services for the care of victims of rights violations carried out in the states of Rio de Janeiro and São Paulo. Furthermore, it seeks to establish the paths to be followed for the continuation of the project at the national level..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (3) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Coordenador / Giane Silvestre - Integrante / Thais Duarte - Integrante.

Financiador(es): DANISH INSTITUTE AGAINST TORTURE - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 1

2014 - 2014

Investigação e processamento de crimes de tortura em Goiânia, Curitiba e Belo Horizonte

Descrição: O projeto teve por objetivo pesquisar as condições atuais em que se encontram a investigação e o processamento dos crimes de tortura no país. A pesquisa foi desenvolvida tendo como fonte principal os documentos produzidos para investigar ou processar os crimes de tortura, na fase administrativa e na judicial de primeira e segunda instância. A pesquisa trouxe como resultados principais a constatação de uma ainda inconsistente produção de informações sobre os casos de tortura. Apesar de se identificar uma tendência à elevação do número de casos enquadrados como tortura, muitos dizem respeito a ocorrências envolvendo agentes privados no âmbito das relações domésticas. Esses casos também são aqueles que recebem a maior porcentagem de condenações quando comparados aos casos envolvendo agentes públicos. É sabido que as organizações de investigação e perícia apresentam uma série de problemas estruturais e organizacionais, mas no âmbito da comprovação da tortura, especialmente quando envolve agentes públicos, parece haver um empenho menor do que nos casos envolvendo agentes privados. Não é por acaso que há muitas absolvições por falta de provas. Além de ter gerado um instrumento de pesquisa que pode ser ferramenta útil para pesquisas futuras, o presente estudo apresenta uma série de recomendações baseadas nos resultados da pesquisa..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Fernando Salla - Coordenador / José de Jesus - Integrante.

Financiador(es): Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Auxílio financeiro.

2013 - 2026

Construindo a democracia no dia-a-dia: direitos humanos, violência e confiança institucional (CEPID-FAPESP) - Eixo Judiciário

Descrição: O programa de pesquisa Construindo a democracia no dia-a-dia: direitos humanos, violência e confiança institucional busca compreender a forma como as leis, as regras e os procedimentos são implementados ao longo do tempo e como essa dinâmica define a legitimidade das instituições chave para a democracia. A proposta é analisar como a legitimidade das instituições é construída ou prejudicada no cotidiano, explorando os contatos entre cidadãos e servidores públicos e as implicações desse processo para os direitos humanos e a violência. Para tanto, busca-se identificar os fatores associados ao reconhecimento e respeito às leis e às autoridades, considerando a importância da forma como a autoridade é rotineiramente exercida e percebida pela população e por seus agentes. As questões de pesquisa são investigadas empiricamente a partir de três perspectivas complementares: (i) a perspectiva da população; (ii) a perspectiva dos servidores públicos; (iii) a perspectiva de pré-adolescentes. As questões tratadas na presente pesquisa demandam uma perspectiva de longo prazo e contribuições de diferentes áreas do conhecimento. Trata-se de um projeto inovador que combina métodos quantitativos e qualitativos e adota a abordagem longitudinal. Além das atividades de pesquisa, o programa

CEPID envolve também o desenvolvimento de projetos de educação, disseminação e transferência de conhecimento..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) /

Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) /

Doutorado: (5) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus -

Integrante / Adorno, S. - Coordenador / Bruna

Gisi - Integrante / Fernanda Novaes Cruz -

Integrante / ALVAREZ, MARCOS CESAR -

Integrante / SILVESTRE, GIANE - Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado de SP - Auxílio financeiro. -

Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 28

2013 - 2026

Building Democracy Daily: Human Rights,
Violence and Institutional Trust

Descrição: Descrição: Centro de Pesquisa,
Inovação e Difusão (CEPID) da FAPESP com o
programa de pesquisa ?Building Democracy
Daily: Human Rights, Violence and Institutional
Trust? (2013-Atual), que se propõe a
aprofundar o estudo a respeito da legitimidade
das instituições chaves para a democracia e
investigar como ela é construída no contato
cotidiano dos cidadãos com os serviços
públicos. Aliado ao programa de pesquisa, o
projeto CEPID prevê ainda iniciativas voltadas
para a difusão e transferência de
conhecimento, além de atividades educacionais
e de formação de recursos humanos...

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus -

Integrante / Adorno, S. - Coordenador / Giane

Silvestre - Integrante / Bruna Gisi - Integrante

/ Fernanda Novaes Cruz - Integrante /

ALVAREZ, MARCOS CESAR - Integrante.

Número de produções C, T & A: 16

2010 - 2011

Prisão Provisória e lei antidrogas no Brasil:
identificando os obstáculos e oportunidades
para maior eficácia

Descrição: O Núcleo de Estudos da Violência da
USP (NEV/USP), com o apoio da Open Society
Institute e Fundação de Apoio à Universidade
de São Paulo (FUSP), está realizando a
pesquisa Prisão provisória e lei antidrogas no
Brasil: identificando os obstáculos e
oportunidades para maior eficácia, cujo
objetivo é identificar as representações e
avaliações que os profissionais têm da Lei
11.343/2006 e recomendações.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) /

Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (1) /

Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus -

Coordenador / Amanda Hildebrand Oi -

Integrante / Pedro Paulo Fernandes Lagatta -

Integrante / Thiago Thadeu da Rocha -

Integrante / Fernando Salla - Integrante.

Financiador(es): Fundação de Apoio à

Universidade de São Paulo - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 1

2009 - 2010

O papel da vítima no processo penal

Descrição: A pesquisa voltou-se a duas experiências consideradas inovadoras no que tange à participação da vítima no processo penal brasileiro, o Juizado Especial Criminal e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A análise dessas iniciativas foi feita tendo-se como referência o tratamento tradicionalmente dispensado à vítima pelo sistema de justiça criminal..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Teixeira, Alessandra - Integrante / Alvarez, Marcos - Coordenador / Fernanda Emy Matsuda - Integrante / Cordeiro, Veridiana Domingos - Integrante / Fernando Salla - Integrante.

Financiador(es): Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - Auxílio financeiro.

2009 - 2010

Relatório sobre Tortura: uma experiência de monitoramento de locais de privação de liberdade no Brasil

Descrição: O relatório apresentou os resultados de 10 de dez anos da atuação da Pastoral Carcerária (2000-2009) na prevenção e combate à tortura nas prisões de 20 estados brasileiros, finalizando com recomendações às autoridades para a redução da tortura no país..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / José de Jesus - Coordenador.

Número de produções C, T & A: 1

2000 - 2012

Estudo da Impunidade Penal

Descrição: Considerando uma amostragem estatisticamente representativa dos crimes violentos registrados no município de São Paulo, nos últimos dez anos, este projeto tem por objetivo realizar um follow-up do sistema de justiça criminal, mensurando as taxas de impunidade penal e identificando o contexto, as práticas judiciais e judiciárias, a participação dos operadores técnicos e não-técnicos do direito que produzem a seletividade na distribuição das sanções penais..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Larissa Gdynia Lacerda - Integrante / Igor Rolemberg Gois Machado - Integrante / Sergio Franca Adorno de Abreu - Coordenador / Wânia Pasinato - Integrante / Renan Theodoro de Oliveira - Integrante.

2025 - Atual

Curso de Especialização em Gestão em Políticas Penais

Descrição: Curso de especialização em gestão de políticas penais, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades de gestão específicas para profissionais dos serviços penais, promovendo a integração de conhecimentos em torno de práticas de gestão centradas na garantia de direitos e na intersetorialidade das políticas prisional, de alternativas penais e de atenção às pessoas egressas do sistema prisional, promovendo metodologias que assegurem a efetividade dos serviços e melhores condições de trabalho para profissionais..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Jacqueline Sinhoretto - Coordenador / Felipe Athayde Lins de Melo - Integrante.

Financiador(es): MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - Cooperação.

2025 - Atual

Violência policial contra adolescentes em medida socioeducativa: narrativas profissionais, práticas institucionais e estratégias de proteção

Descrição: Projeto de extensão voltado à compreensão da violência policial contra adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto, a partir das narrativas de profissionais do sistema socioeducativo, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Ouvidoria de Polícia. A proposta responde a demanda do Grupo de Trabalho sobre Violência (GT Violência) e envolve entrevistas, grupos focais, observação participante e análise documental, com vistas à elaboração de instrumentos de registro, relatórios e recomendações institucionais para o aprimoramento de políticas públicas e estratégias de proteção de adolescentes..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Coordenador / Letícia Simões Gomes - Integrante / Bruna Ferrari - Integrante / Marina Ribeiro - Integrante / Rosangela Teixeira - Integrante / Marisa Feffermann - Integrante / Victor Siqueira Serra - Integrante / Nicole Oliveira Albino - Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

2020 - 2020

Construindo a legitimidade no cotidiano: a atividade policial

Descrição: Curso de Difusão, oferecido no programa 'CURSOS DE VERÃO DA FFLCH 2020', voltado para policiais civis e militares, elaborado a partir dos resultados da pesquisa CEPID "Building Democracy Daily Human Rights, Violence and Institutional Trust", Processo 2013/07923-7, em desenvolvimento

no NEV/USP.

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Coordenador / Fernanda Novaes Cruz - Integrante / Marcos César Alvarez - Integrante / Viviane de Oliveira Cubas - Integrante / Renato Antonio Alves - Integrante / Frederico Castelo Branco Teixeira - Integrante / André Oliveira - Integrante / Aline Gomes - Integrante / Mariana Chies - Integrante.

2020 - Atual

Caminhos e descaminhos da prevenção à tortura: quais obstáculos devemos ultrapassar

Descrição: Nas últimas décadas, o Brasil começou a lançar sementes à constituição de sua política de prevenção à tortura, baseando-se em parâmetros de organismos internacionais de direitos humanos, como as Nações Unidas. Neste sentido, tendo como foco a perspectiva ecológica da tortura como uma espécie de crime de oportunidade, os órgãos nacionais se voltaram a constituir ações cujo propósito é diminuir as chances de a prática ser cometida contra certos indivíduos, em determinados contextos, tal como pessoas privadas de liberdade. No entanto, não há uma perspectiva única a respeito deste tipo de violência, de modo que diferentes pesquisadores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais compreendem a tortura como algo estrutural, descolando-se em alguma medida da visão das agências internacionais e órgãos nacionais. Dito de outro modo, distintas óticas sobre a prática estão em disputa. Logo, a proposta desse projeto de extensão é, por um lado, discutir as práticas em voga sobre a natureza da tortura; por outro, compreender os avanços, os desafios e os limites das ações de prevenção que tradicionalmente têm priorizado o ponto de vista ecológico. Espera-se, assim, não só enriquecer em termos teóricos e empíricos um tema ainda pouco trabalhado na literatura, como também prospectar possíveis caminhos para qualificar as medidas de prevenção à tortura no Brasil..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Mayara de Souza Gomes - Integrante / Thais Duarte - Integrante / Ludmila Ribeiro - Coordenador / Natália Martino - Integrante.

Outros Projetos

2006 - 2007

III Relatório Nacional de Direitos Humanos

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Neto, Paulo de Mesquita - Coordenador / Outros - Integrante / Fernando Salla - Integrante.

2021 - 2021

Periódico: Revista de Estudos Empíricos em Direito (REED)

2015 - 2016

Periódico: Revista Liberdades

Revisor de periódico

2026 - Atual

Periódico: Science as Culture - Manuscript Central

2025 - Atual

Periódico: Tempo Social

2025 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Ciências Sociais

2025 - Atual

Periódico: Caderno CRH

2025 - Atual

Periódico: Sociedade e Estado

2024 - 2024

Periódico: Revista Brasileiro de Ciências Sociais

2022 - 2022

Periódico: VIVÊNCIA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

2022 - Atual

Periódico: DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL

2021 - Atual

Periódico: DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL

2021 - Atual

Periódico: Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

2021 - Atual

Periódico: Revista Direito, Estado e Sociedade

2021 - Atual

Periódico: Revista de Ciências do Estado

2021 - Atual

2021 - Atual

Periódico: Sociologias (UFRGS)

2020 - Atual

Periódico: ARGUMENTUM (VITÓRIA)

2019 - 2019

Periódico: TEMÁTICAS (UNICAMP)

2012 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Segurança Pública

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Sociologia / Subárea: Sociologia Urbana.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direitos Humanos.

3.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Sociologia / Subárea: Sociologia Urbana/Especialidade: Tortura.

4.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Sociologia / Subárea: Sociologia Urbana/Especialidade: Violência.

5.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Sociologia / Subárea: sociologia jurídica.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Razoavelmente.
Razoavelmente, Lê Bem, Fala Escreve

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Razoavelmente.
Razoavelmente, Lê Bem, Fala Escreve

Francês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2025

Menção Honrosa Prêmio Roberto Kant de Lima, ANPOCS.

2022

Menção Honrosa Prêmio Lia Zanotta Machado em Direitos Humanos, ANPOCS.

2021

Menção Honrosa Prêmio Paulo Sérgio Pinheiro em Direitos Humanos, ANPOCS.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Google Scholar

Total de trabalhos: 81

Total de citações: 653

Data: 26/06/2025

<https://scholar.google.com.br/citations?user=FMkrs40AAAAJ&hl=pt-BR>

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

LUZ, V. F. ; TOLEDO, F. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Entre imagens: uma análise comparativa entre câmeras de vigilância e câmeras corporais no Sistema de Justiça. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) **JCR**, v. 22, p. 1-30, 2026.

2.

CAVALCANTI DE LIMA, AMANDA EVELYN ; **MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE** . Entre números e justiçaBetween numbers and justiceEntre números y justicia. CONTEMPORÂNEA (ONLINE) **JCR**, v. 16, p. 1-24, 2026.

3.

BARROSO BRANDÃO, NATÁLIA ; **MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE** . Audiências de custódia no eixo Rio - São Paulo: dilemas entre normatividade jurídica e práticas institucionaisCustody hearings in the Rio - São Paulo axis: dilemmas between legal normativity and

4.

CHIES-SANTOS, MARIANA ; PICCIRILLO, DEBORA ; **MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE** . Courts as accomplices: Enabling police torture in the Brazilian juvenile justice system. PUNISHMENT & SOCIETY-INTERNATIONAL JOURNAL OF PENOLOGY **JCR**, v. ., p. 1-24, 2026.

5.

VINUTO, JULIANA ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; GISI, BRUNA . A REDUÇÃO NO NÚMERO DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: COMPARANDO HIPÓTESES CONSTRUÍDAS NO NORTE GLOBAL E NO BRASIL. REVISTA SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA, v. 16, p. 1-26, 2026.

6.

MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE; SOUZA AMARAL, MARIANA CELANO DE . Presunção Relativa: quando a narrativa policial é colocada à prova nos processos de tráfico de drogas. REVISTA SOCIEDADE E ESTADO, v. 40, p. 1-18, 2025.

7.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Políticos Digitais: o que Postam em suas Redes Sociais os/as Vereadores/as de São Paulo. REVISTA PARLAMENTO & SOCIEDADE, v. 13, p. 31-52, 2025.

8.

LOPES TOLEDO, FABIO ; DE JESUS FILHO, JOSE ; **Gorete Marques de Jesus, Maria** ; ARRUDA GUEDES, LUÍZA . "BODY CAMS" E OS OPERADORES DO DIREITO. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 19, p. 100-121, 2025.

9.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SILVESTRE, G. ; RIBEIRO, L. ; RAMOS JUNIOR, E. . Apresentação Thaís Lemos Duarte: Pesquisas e escritos sobre violência, justiça e tortura. O PÚBLICO E O PRIVADO, v. 23, p. 8-27, 2025.

10.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; SILVESTRE, G. . ?Fala do crime?, e ?fala da violação? Duas faces da violência estrutural no Brasil. O PÚBLICO E O PRIVADO, v. 23, p. 8-30, 2025.

11.

MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE; LOPES TOLEDO, FABIO ; VILLELA DE VIANA BANDEIRA, ANA LUIZA . Apresentação Dossiê 10

12.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; GOMES, M. ; DUARTE, T. . Tortura como oportunidade? Limites para responder um problema estrutural. *Opinião Jurídica*, v. 23, p. 1-26, 2024.

13.

TOLEDO, FABIO LOPES ; **Gorete Marques de Jesus, Maria** . ?O FIM DE NOSSAS POLÍCIAS?? : A ILEGALIDADE DAS ABORDAGENS POLICIAIS A PARTIR DO RECURSO EM HABEAS CORPUS 158.580 E SEUS REFLEXOS EM MULTIPLAS ARENAS DE DISPUTA. *REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO*, v. 11, p. 1-29, 2024.

14.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; ALMADA, P. E. R. ; AMARAL, M. C. S. . A ?Corte? nas redes: Uma análise dos perfis dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no Twitter. *PLURAL (USP)*, v. 3, p. 43-69, 2023.

15.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, THAIS LEMOS ; SILVESTRE, GIANE . Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)*, v. 38, p. 1-15, 2023.

16.

BANDEIRA, A. L. ; TOLEDO, F. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Violência na apreensão em flagrante e a dicotomia do sistema: uma discussão sobre as oitivas informais de adolescentes e as audiências de custódia. *REVISTA DIREITO E PRÁXIS JCR*, v. ., p. 1-24, 2023.

17.

GISI, BRUNA ; GARCÍA-SÁNCHEZ, EFRAÍN ; NOVAES CRUZ, FERNANDA ; SILVESTRE, GIANE ; **MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE** . The exercise of authority during interactions in custody hearings in São Paulo (Brazil): Building legitimacy through exclusion. *PUNISHMENT & SOCIETY-INTERNATIONAL JOURNAL OF PENOLOGY JCR*, v. ., p. 146247452210877, 2022. **Citações:** [WEB OF SCIENCE™](#) 3 | [SCOPUS](#) 2

18.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SILVESTRE, G. ; DUARTE, T. ; RONSBO, H. . Mothers, protection and care amongst communities affected by torture and state violence in Brazil. *Journal of the British Academy*, v. 10, p. 97-116, 2022. **Citações:** [SCOPUS](#) 1

19.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?O juiz que só encarcera, encarcera-se a si mesmo?: Resenha do livro ?Sentenciando tráfico: o papel dos juizes no grande encarceramento?, de Marcelo Semer.. Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal, v. 10, p. 169-176, 2022.

20.

NOVAES CRUZ, FERNANDA ; **MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE** ; GISI, BRUNA ; GARCÍA-SÁNCHEZ, EFRAÍN ; SILVESTRE, GIANE . Refletindo sobre o trabalho de campo no Judiciário: quando a realização da pesquisa se torna um dado. Revista Latinoamericana de Metodología en Ciencias Sociales **JCR**, v. 12, p. e107, 2022.

21.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; CRUZ, F. N. . Conflitos e confluências entre a polícia e o Judiciário nos estudos publicados entre 2011 e 2021. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. 15, p. 999-1019, 2022. **Citações:** **SCOPUS** 2

22.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. TRÂNSITOS EM JULGADOS: TRAJETÓRIA DE UMA CIENTISTA SOCIAL EM PESQUISAS EMPÍRICAS EM DIREITO. VIVÊNCIA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA, v. 1, p. 15, 2022.

23.

TOLEDO, FABIO LOPES ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . OLHOS DA JUSTIÇA: O CONTATO ENTRE JUIZES E CUSTODIADOS NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM SÃO PAULO. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) **JCR**, v. 17, p. 1-28, 2021. **Citações:** **WEB OF SCIENCE** 1 | **SCOPUS** 1

24.

SILVESTRE, G. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; BANDEIRA, A. L. . Audiência de Custódia e Violência Policial: Análise do Encaminhamento das Denúncias em Duas Gestões na Cidade de São Paulo. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA, v. 1, p. 37-61, 2021.

25.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES; GOMES, MAYARA DE SOUZA . Nem tudo é o que parece: A disputa semântica sobre a tortura no sistema de justiça criminal. DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL, v. 14, p. 361-378, 2021. **Citações:** **SCOPUS** 8

26.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SILVESTRE, G. . Os limites das audiências de custódia:. O PÚBLICO É O PRIVADO, v. 19, p. 147-174, 2021.

27.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, THAIS LEMOS ; GODOI, RAFAEL . Espaços inabitáveis, discursos de torturabilidade: entrevista com Ignacio Mendiola. DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL, v. 14, p. 883-899, 2021.

28.

MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE; ALVAREZ, MARCOS CESAR . O PAPEL DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: RECUPERANDO UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA. REVISTA INTERFACES CIENTÍFICAS, v. 8, p. 96-109, 2021.

29.

JESUS, M. G. M.; BANDEIRA, A. L. V. V. ; TOLEDO, FABIO LOPES . Mérito Sob Custódia: Os Limites da Menção aos Fatos da Prisão Durante as Audiências de Custódia. Revista Direito Público, v. 18, p. 113-141, 2021.

30.

DUARTE, T. ; **JESUS, M. G. M. ;** GOMES, M. S. . Introdução - Caminhos e descaminhos da prevenção à tortura: quais obstáculos devemos ultrapassar?. REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO, v. 8, p. 1, 2021. **Citações:** [SCOPUS](#) ²

31.

DIAS, CAMILA CALDEIRA ; DE SOUZA GOMES, MAYARA ; **MARQUES, GORETE** ; DONOFRIO, WALTER . Segurança privada e tortura. REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO, v. 8, p. 1-31, 2021. **Citações:** [SCOPUS](#) ¹

32.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. VERDADE POLICIAL COMO VERDADE JURÍDICA: NARRATIVAS DO TRÁFICO DE DROGAS NO SISTEMA DE JUSTIÇA. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE), v. 35, p. 1-15, 2020. **Citações:** [SCOPUS](#) ²³

33.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . PREVENÇÃO À TORTURA: UMA MERA QUESTÃO DE OPORTUNIDADE AOS MECANISMOS LATINO-AMERICANOS?. REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, v. 8, p. 134-152, 2020.

34.

SILVESTRE, G. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; BANDEIRA, A. L. . Pandemia, prisão e violência: Os efeitos da suspensão das audiências de custódia na cidade de São Paulo. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. ., p. 1-12, 2020.

35.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. . Tortura? Como o mecanismo nacional preventivo brasileiro conceitua e analisa práticas de tortura em espaços de privação de liberdade. Sociologias (UFRGS), v. 22, p. 228-260, 2020. **Citações:** [SCOPUS](#) ³

36.

MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE; DUARTE, THAIS LEMOS ; GOMES, MAYARA DE SOUZA . Experiências de prevenção à tortura na América Latina. CRÍTICA E SOCIEDADE: revista de cultura política, v. 10, p. 165-183, 2020.

37.

RIGON, B. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Testemunho policial como prova no processo penal brasileiro: uma análise crítica da presunção de veracidade das narrativas policiais nos processos de tráfico de drogas.. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, v. 162, p. 85-119, 2019.

38.

GISI, B. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; SILVESTRE, G. . O contato com o público importa? Uma análise exploratória sobre a construção da auto-legitimidade entre juízes paulistanos. PLURAL (SÃO PAULO. ONLINE), v. 26, p. 247-270, 2019.

39.

MEDEIROS, D. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . OS JUÍZES NAS MÍDIAS E REDES SOCIAIS: PERCEPÇÕES SOBRE OS IMPACTOS NA IMAGEM DO PODER JUDICIÁRIO E SUA LEGITIMIDADE DIANTE DAS MÍDIAS VIRTUAIS. Anais dos Congressos da ABraSD, v. ., p. 1575-1585, 2019.

40.

JESUS, M. G. M.; RUOTTI, C. ; ALVES, R. . -A gente prende, a audiência de custódia solta-: narrativas policiais sobre as audiências de custódia e a crença na prisão. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 12, p. 152-172, 2018.

41.

JESUS, M. G. M.. SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: INDIVISIBILIDADE NECESSÁRIA PARA UMA VERDADEIRA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA. REVISTA UNIFREIRE, v. 6, p. 81-95, 2018.

42.

JESUS, M. G. M.; CALDERONI, V. ; RAMOS, P. R. ; MAGNANI, N. C. M. ; GOMES, M. S. . Jurisprudência do crime de tortura nos tribunais de justiça do Brasil (2005-2010). REVISTA DE ESTUDOS EMPIRICOS EM DIREITO, v. 3, p. 79-97, 2016.

43.

Matsuda, Fernanda Emy ; **JESUS, M. G. M. ;** CALDERONI, V. ; BISSOTO, M. C. ; GOMES, M. S. ; MAGNANI, N. C. M. ; RAMOS, P. R. . Jurisprudência de crime de tortura nos Tribunais de Justiça da Região Sudeste do Brasil. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 113, p. 357-388, 2015.

44.

Salla, Fernando ; **JESUS, M. G. M. .** Crime de tortura no sistema criminal de justiça penal ? Cenários e desafios para a pesquisa. Boletim IBCCRIM, v. 23, p. 21-22, 2015.

45.

DIAS, C. ; **JESUS, M. G. M. ;** NATAL, A. ; POSSAS, M. ; RUOTTI, C. . A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, v. 2, p. 160-179, 2015.

46.

JESUS, M. G. M.. Resenha 'Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens'. Le Monde Diplomatique (Brasil), v. 7, p. 39, 2013.

47.

JESUS, M. G. M.; Hildebrand, Amanda ; Rocha, Thiago Thadeu da ; Lagatta, Pedro Paulo Fernandes . Segurança pública e a política de combate ao tráfico de drogas em São Paulo. REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, v. 6, p. 104-117, 2012.

48.

JESUS, M. G. M.; Hildebrand, Amanda ; Rocha, Thiago Thadeu da . Crime sem alternativa: o tráfico de drogas e a vedação às penas alternativas de direitos. PUCVIVA REVISTA, v. 11, p. 72-76, 2012.

49.

JESUS, M. G. M.; Hildebrand, Amanda ; Lagatta, Pedro Paulo Fernandes ; Rocha, Thiago Thadeu da . Prisão provisória e lei de drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. REVISTA PENSAMIENTO PENAL, v. ., p. .-, 2012.

50.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; CARVALHO, Denise . MULHERES E O TRÁFICO DE DROGAS: UM RETRATO DAS
Anexo Currículo (2051747) SEI 2026/0033293 / pg. 40

51.

JESUS, M. G. M.. Passado e futuro: a tortura anistiada. Boletim IBCCRIM, v. 18, p. 11-12, 2010.

52.

JESUS, M. G. M.. Os julgamentos do crime de tortura: Um estudo processual na cidade de São Paulo. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, p. 143-172, 2010.

53.

Alvarez, Marcos ; Teixeira, Alessandra ; **JESUS, M. G. M.** ; [Matsuda, Fernanda Emy](#) ; Salla, Fernando ; Santiago, Caio ; Cordeiro, Veridiana Domingos . A vítima no processo penal brasileiro: um novo protagonismo no cenário contemporâneo?. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, v. 86, p. 247-288, 2010.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

CHIES-SANTOS, M. ; PICCIRILLO, D. ; FERREIRA, C. C. ; MACHADO, E. B. A. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Caminhos da tortura na Justiça juvenil brasileira : o papel do Poder Judiciário. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça; Instituto de Ensino e Pesquisa (Inspet), 2025. v. 1. 238p .

2.

ALVAREZ, M. (Org.) ; PINHEIRO, P. S. (Org.) ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** (Org.) ; SALLA, F. (Org.) ; ALVES, R. A. (Org.) ; HIGA, G. (Org.) . 6º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil. 1. ed. São Paulo: FFLCH: NEV, 2025. v. 1. 270p .

3.

ALVAREZ, M. C. (Org.) ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** (Org.) ; Salla, Fernando (Org.) ; ALVES, R. (Org.) ; HIGA, G. (Org.) . 6th National Report on Human Rights in Brazil. 1. ed. São Paulo: FFLCH:NEV, 2025. v. 1. 268p .

4.

SZUCHMAN, K. S. ; PICCIRILLO, D. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; CHIES-SANTOS, M. . Manual Recomendação nº 87: atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2022. v. 1. 140p .

5.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, T. ; SILVESTRE, G. . TORTURA COMO MARCA COTIDIANA: Narrativas sobre os serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em Paulo. 1. ed. Copenhagen: DIGNITY ? Danish Institute Against Torture, 2021. v. 1. 44p .

6.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SANTOS, M. C. ; PICCIRILLO, D. . Manual para incidência da temática do tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. v. 1. 128p .

7.

★ **JESUS, M. G. M..** A verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas. 1. ed. Belo Horizonte: D'Placido, 2018. 293p .

8.

★ **JESUS, M. G. M..** O crime de tortura e a justiça criminal: um estudo dos processos de tortura na cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2010. v. 1. 192p .

Capítulos de livros publicados

1.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; TOLEDO, F. . ENTRE NARRATIVAS: AS IMAGENS DAS CÂMERAS CORPORAIS DOS PMs NOS PROCESSOS DE TRÁFICO DE DROGAS - SÃO PAULO (2022). In: Cristiano Avila Maronna, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Roberto Luiz Corcioli Filho, Vanessa Maria Brito de Jesus. (Org.). Repensando a Guerra às Drogas - Uma Nova Justiça para um Novo Capítulo da Política de Drogas no Brasil - A Luz do RE (Recurso Extraordinário) 635.659. 1ed.Curitiba: Juruá Editora, 2025, v. 1, p. 85-96.

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?O JUIZ SERVE, NO FUNDO, PARA FAZER A POLÍCIA FUNCIONAR?: um estudo empírico da verdade policial como verdade jurídica. In: Michel Lobo Toledo Lima, Priscila Tavares dos Santos, Rafael Mario Iorio Filho. (Org.). CATEDRA ROBERTO KANT DE LIMA DE ESTUDOS EMPÍRICOS COM O DIREITO. 1ed.Rio de Janeiro: Processo, 2025, v. 2, p. 329-352.

3.

DUARTE, T. ; GOMES, M. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; MARTINO, N. . O presente supera o passado? Dilemas da tortura no Brasil. In: Marcos César Alvarez; Maria Gorete Marques de Jesus; Fernando Salla; Renato Alves; Gustavo Higa. (Org.). 6º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil. 1ed.São Paulo: FFLCH: NEV, 2025, v. 1, p. 54-66.

4.

SEMER, M. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . O encarceramento em massa: quando juízes violam direitos humanos. In: Marcos César Alvarez; Maria Gorete Marques de Jesus; Fernando Salla; Renato Alves; Gustavo Higa. (Org.). 6º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil. 1ed.São Paulo: FFLCH: NEV, 2025, v. 1, p. 96-106.

5.

DUARTE, T. ; GOMES, M. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; MARTINO, N. . Water under the bridge? the dilemma of torture in brazil. In: Marcos César Alvarez; Maria Gorete Marques de Jesus; Fernando Salla; Renato Alves; Gustavo Higa. (Org.). 6th National Report on Human Rights in Brazil. 1ed.São Paulo: FFLCH: NEV, 2025, v. 1, p. 55-67.

6.

SEMER, M. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Mass incarceration: when judges violate human rights. In: Marcos César Alvarez; Maria Gorete Marques de Jesus; Fernando Salla; Renato Alves; Gustavo Higa. (Org.). 6th National Report on Human Rights in Brazil. 1ed.São Paulo: FFLCH: NEV, 2025, v. 1, p. 97-106.

7.

LIMA, A. E. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; CRUZ, F. N. ; GISI, B. ; SILVESTRE, G. . JUIZ NÃO GOSTA DE CONFUSÃO: MANIFESTAÇÃO PÚBLICA E LEGITIMIDADE DO PODER JUDICIÁRIO. In: Michel Lobo Toledo Lima, Priscila Tavares dos Santos, Paula Campos Pimenta Velos. (Org.). Práticas de Estado, instituições judiciais e administração de conflitos: dilemas e perspectivas. 1ed.Rio de Janeiro: Autografa, 2024, v. 96, p. 241-270.

8.

SANTOS, M. C. ; VEIGA, D. P. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . CONHECER PARA ENFRENTAR: O TRAFICO DE DROGAS COMO UMA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL. In: Bruno Gilaberte, Leonardo Schmitt de Bem. (Org.). DIREITO JUVENIL Aspectos penais, processuais e criminológico-sociais. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2023, v. ., p. 227-254.

9.

PICCIRILLO, D. ; CHIES-SANTOS, M. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Violência e brutalidade policial na adolescência: o caso dos meninos a quem se atribui a prática de ato infracional. In: Sérgio Salomão Shecaria, Marcela Dioria, Bruno Shimizu e Luigi Barbieri. (Org.). Novos Ensaios Crpíticos em criminologia. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2023, v. 1, p. 355-380.

10.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; POSSAS, M. T. . Os fatos no processo penal. In: Janaina Matida, Livia Moscatelli. (Org.). ?Se o policial disse, tá dito!?: Reflexões sobre a produção da ?verdade policial? no Brasil?. 1ed.Rio de Janeiro: MARCIAL PONS BRASIL LTDA, 2023, v. 1, p. 23-56.

11.

SILVESTRE, G. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; BANDEIRA, A. L. V. V. . Pandemia, prisão e violência: os efeitos da suspensão das audiênciasde custódia na cidade de São Paulo. In: Rafael Godoi, Fábio Mallart e Eugênia Motta. (Org.). A pandemia nas prisões do Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: Mórula, 2023, v. 1, p. 28-47.

12.

BANDEIRA, A. L. V. V. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; SILVESTRE, G. . Audiência de custódia e violência policial: análise do encaminhamento das denúncias em duas gestões na cidade de São Paulo. In: Bárbara Gomes Lúpetti Baptista; Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva; Maria Stella Faria de Amorim; Michel Lobo Toledo Lima; Rafael Mario Iorio Filho; Roberto Kant de Lima. (Org.). Pesquisas empíricas em Direito. 1ed.Rio de Janeiro: Autografia, 2022, v. 50, p. 29-62.

13.

ANGOTTI, B. ; JESUS, José ; **JESUS, M. G. M.** . Enfrentando la tortura en Brasil: balance de los desafios de la política de prevención y combate a la tortura.. In: Gabriela Irrazábal; Nicolás Dallorso; Claudia Cesaroni; Newvone Costa. (Org.). Gestión de la inseguridad, violencias y sistema penal. 1ed.América Latina: Temperley : Tren en Movimiento, 2018, v. 1, p. 359-379.

14.

JESUS, M. G. M.; JESUS, José . Conhecer para enfrentar: um balanço do histórico de dados sobre tortura no Brasil. In: Vinicius Valentin Raduan Miguel; Salah H. Khaled Jr. (Org.). Direitos Fundamentais na era dos extremos: a exceção como regra. 1ed.Florianópolis: Empório do direito, 2016, v. , p. 301-327.

15.

SALLA, F. ; JESUS, J. ; **JESUS, M. G. M.** . Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública. In: Ana Carolina Cambreses Pareschi, Cíntia Liara Engel, Gustavo Camilo Baptista. (Org.). INVESTIGAÇÃO E PROCESSAMENTO DE CRIMES DE TORTURA EM GOIÂNIA, CURITIBA E BELO HORIZONTE. 1ed.Brasília: SENASP, Ministério da Justiça, 2016, v. 6, p. 111-148.

16.

ALCANTARA, A. F. ; **JESUS, M. G. M.** . ECA e o Sistema de Justiça. In: Ana Luisa Vieira, Francisca Pini, Janaina Abreu. (Org.). Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 1ed.São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015, v. 1, p. 36-38.

17.

ALCANTARA, A. F. ; **JESUS, M. G. M.** . ECA e a Segurança Pública. In: Ana Luisa Vieira, Francisca Pini, Janaina Abreu. (Org.). Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 1ed.São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015, v. 1, p. 109-111.

18.

★ **JESUS, M. G. M.**. Tortura: como são julgados esses crimes no sistema de justiça. In: CARDIA, Nancy & ASTOLFI, Cardia. (Org.). Tortura na Era dos Direitos Humanos. 1ed.São Paulo: EDUSP, 2014, v. , p. 391-435.

19.

JESUS, M. G. M.; **JESUS, José** . Uma década é pouco: tortuosos caminhos para a consolidação de uma política de combate e prevenção da tortura no Brasil. In: POSSAS, Mariana T.. (Org.). 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010. 1ed.São Paulo: NEV-USP, 2012, v. 1, p. 91-103.

20.

JESUS, M. G. M.; Hildebrand, Amanda ; ASSIS, D. A. D. . Adolescentes em conflito com a lei: medidas sócio-educativas no Brasil. In: POSSAS, Mariana T.. (Org.). 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010. 1ed.São Paulo: NEV-USP, 2012, v. 1, p. 244-258.

21.

★ **JESUS, M. G. M.**. Movimentos dos Direitos Humanos em São Paulo: desafios e perspectivas. In: Eduardo Bittar. (Org.). Direitos humanos no século XXI: cenário de tensão.. 1ed.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, v. 1, p. 194-200.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

SIMAS, F. ; FERNANDES, I. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Sem nome, sem rosto, sem justiça. Ponte Jornalismo, Online, p. 1, 26 jun. 2025.

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, D. E. . O QUE SABEMOS E O QUE NÃO SABEMOS SOBRE O IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA. Fonte Segura - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Site, p. 1 - 1, 22 nov. 2023.

3.

NATAL, A. ; ALVAREZ, M. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Carandiru: 30 anos do massacre que ainda não acabou. Brasil de Fato, online, p. . - ., 30 set. 2022.

4.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . O caso Genivaldo Santos e a tortura escancarada. Brasil de Fato, site, p. . - ., 26 jun. 2022.

5.

CHIES-SANTOS, M. ; VEIGA, D. P. ; **JESUS, M. G. M.** . TRÁFICO DE DROGAS COMO PIOR FORMA DE TRABALHO INFANTIL E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: POSSIBILIDADES DE AVANÇOS. Boletim Revista do Instituto Baiano de Direito Processual Penal, <http://www.ibadpp.com.br/novo/>, p. 7 - 9, 29 out. 2021.

6.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; NATAL, A. . Caso Evandro: tortura como trabalho policial. O Estado de S. Paulo, jornal, p. . - ., 11 ago. 2021.

7.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SILVESTRE, G. ; DUARTE, T. . Tortura como marca cotidiana. Justificando, site, p. . - ., 06 ago. 2021.

8.

DUARTE, T. ; **JESUS, M. G. M.** . QUEREMOS PÃO E ROSAS. Trincheira democrática, online, p. 7 - 9, 30 jun. 2021.

9.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Queremos pão e rosas. Trincheira democrática, <http://www.ibadpp.com.br/novo/>, p. 7 - 9, 01 jun. 2021.

10.

DUARTE, T. ; MARTINO, N. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Por que precisamos falar sobre tortura?. Justificando, online, 21 jan. 2021.

11.

DUARTE, THAIS LEMOS ; MARTINO, N. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Por que precisamos falar sobre tortura?. Justificando, online, 21 jan. 2021.

12.

SANTOS, M. C. ; **JESUS, M. G. M.** ; DUARTE, T. . Tortura no socioeducativo em tempos de pandemia. Boletim Coletividades PPGS USFCar Sociologia na Pandemia 17#, online, p. 1 - 1, 07 ago. 2020.

13.

SANTOS, M. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; DUARTE, T. . Tortura no socioeducativo em tempos de pandemia. Boletim Coletividades PPGS USFCar., <http://www.ppgs.ufscar.br/soci>, p. 1 - 1, 07 ago. 2020.

14.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. . Como a pandemia escancara o cenário de tortura nas prisões. Ponte Jornalismo, São Paulo, p. . - ., 26 jun. 2020.

15.

JESUS, M. G. M.. A imunização de que precisamos. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 15 - 15, 01 jun. 2020.

16.

JESUS, M. G. M.. Direito Fundamental ao trabalho digno. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 23 - 23, 01 maio 2020.

17.

JESUS, M. G. M.. Políticas Públicas. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 15 - 15, 03 fev. 2020.

18.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Renasce a esperança. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 19 - 19, 01 jan. 2020.

19.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Feliz Natal e direitos humanos!. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 19 - 19, 02 dez. 2019.

20.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Infância e direitos humanos. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 21 - 21, 01 nov. 2019.

21.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Direitos Humanos: viver a misericórdia. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 15 - 15, 02 set. 2019.

22.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Vida, dignidade e esperança. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 16 - 16, 03 ago. 2019.

23.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Sem educação não há sociedade justa. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 19 - 19, 01 jul. 2019.

24.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Fake news x direitos humanos. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 16 - 16, 03 jun. 2019.

25.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Tempo de refletir sobre Direitos Humanos. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 14 - 14, 01 abr. 2019.

26.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Até quanto Vale? Até quando Vale?. Revista Família Cristã, São Paulo, p. 18 - 18, 01 mar. 2019.

27.

JESUS, M. G. M.; FERREIRA, C. C. . Vinte anos da Lei de tortura: o que temos a dizer. Justificando, <http://justificando.cartacapit>, 07 abr. 2017.

28.

JESUS, M. G. M.; BANDEIRA, A. L. . O que as audiências de custódia nos dizem sobre a violência simbólica do Estado?. JUSTIFICANDO, site, p. 1 - 1, 24 jun. 2016.

29.

GOMES, M. S. ; **JESUS, M. G. M.** . Invisível aos olhos: a violência institucional da tortura contra as mulheres. Justificando, Justificando, 27 nov. 2015.

30.

JESUS, M. G. M.. Por que é tão difícil apurar denúncias de tortura quando os acusados são policiais?. Justificando, <http://justificando.com>, 30 out. 2015.

31.

JESUS, M. G. M.. A tortura em cadeia: punição parcelada. Justificando, <http://justificando.com>, 23 set. 2015.

32.

JESUS, M. G. M.. Remédio amargo, receita errada. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 42 - 44, 21 nov. 2014.

33.

JESUS, M. G. M.. Tortura: o ônus da vítima. Ponte.org, <http://ponte.org/tortura-o-onu>, 11 jul. 2014.

34.

JESUS, M. G. M.; NATAL, A. . O Carandiru e suas implicacoes para a segurança pública. Carta Capital, <http://www.cartacapital.com.br>, 06 maio 2013.

35.

JESUS, M. G. M.. A espera da Justiça: a tortura continuada no Brasil. Associação Juizes para Democracia, AJD, p. 8 - 8, 03 maio 2010.

36.

JESUS, M. G. M.. Tortura: um crime contra a humanidade. Revista IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, p. ** - **, 22 fev. 2008.

37.

Paulo de Mesquita Neto ; **JESUS, M. G. M. .** Prevenção e Controle da Tortura no Brasil. Núcleo de Estudos da Violência da USP, <http://www.nevusp.org/portugue>, 26 jun. 2007.

38.

JESUS, M. G. M.; ALCANTARA, A. F. . ECA e o Sistema de Justiça. Instituto Paulo Freire, website.

39.

JESUS, M. G. M.; ALCANTARA, A. F. . ECA e Segurança Pública. Instituto Paulo Freire, website.

40.

JESUS, M. G. M.; Hildebrand, Amanda . Cascavel: mais um fracasso das prisões. Gazeta do Povo, <http://www.gazetadopovo.com.br>.

41.

JESUS, M. G. M.; ZAPATER, M. ; ANGOTTI, B. ; SANZOVO, N. . Violências sobrepostas e não apuradas: um ano do 'caso Verônica Bolina'. Justificando.

42.

JESUS, M. G. M.; MALVEZZI, P. . A luta pelo fim da tortura deve ser uma luta pelo fim dos cárceres. Justificando.

43.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, T. . 'Não é necessário o uso de máscaras?': a tortura cotidiana por parte da presidência. El País Brasil.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

JORGE, T. F. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; PACHECO, A. L. V. . Parábolas Judiciárias: Entre crises e reações. In: XXXV Congresso da ALAS, 2026, Rio de Janeiro. XXXV Congresso da ALAS, 2026.

2.

JESUS, M. G. M.; MEDEIROS, D. ; HIGA, G. . 'Ser juiz?: trajetória, autoridade e auto-legitimidade no judiciário paulistano'. In: 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2019, Florianópolis. Em que sociedade vivemos, 2019.

3.

GISI, B. ; SILVESTRE, G. ; **JESUS, M. G. M.** . A construção da auto-legitimidade no judiciário paulistano: entre a técnica e o contato com o público. In: 42o Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu. 42o Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 1, 2018. v. 1. p. 1-1.

4.

JESUS, M. G. M.; POSSAS, M. . 'O que o policial disse, tá dito!?: a produção da 'verdade policial' nos casos de tráfico de drogas em São Paulo. In: 41º Encontro anual da ANPOCS - 2017, 2017, Caxambu. 41º Encontro anual da ANPOCS - 2017, 2017. v. .. p. 29.

5.

JESUS, M. G. M.. A verdade jurídica dos casos de acusação por tráfico de drogas: o campo de imunidade da narrativa policial na justiça criminal. In: 40º Encontro Anual da ANPOCs, 2016, Caxambu. 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.

MEDEIROS, D. ; **JESUS, M. G. M. .** OS JUÍZES NAS REDES SOCIAIS: PERCEPÇÕES SOBRE OS IMPACTOS NA IMAGEM DO PODER JUDICIÁRIO E SUA LEGITIMIDADE DIANTE DAS MÍDIAS VIRTUAIS. In: X Congresso da ABRASD: 55 anos de ensino da sociologia jurídica no Brasil, 2019, Recife. X Congresso da ABRASD: 55 anos de ensino da sociologia jurídica no Brasil, 2019. v. 1. p. 555-556.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

JORGE, T. F. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; PACHECO, A. L. V. . Quando o juiz é julgado: disputas institucionais, legitimidade e ideológicas no controle do conteúdo das decisões. In: XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito - 2025, 2025, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. Rio de Janeiro: EPED, 2024. v. 1. p. 1-1.

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SENTQ-SE, I. V. ; RAMOS JUNIOR, E. . AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA E VIOLENCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO (2021?2023). In: XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito - 2025, 2025, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito, 2025.

3.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; POSSAS, M. T. . O PROCESSO HISTÓRICO DE EXPANSÃO E CONTRAÇÃO DO IMAGINÁRIO POLÍTICO DOS DHS. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, 2024, Lisboa. IX Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra / SIMPÓSIO P02_- O ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS CONCEPÇÕES. Lisboa: CIDH, 2024. v. 9. p. 1-1.

4.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SOARES, A. C. P. ; PINHO, I. V. . Operações Policiais em São Paulo: O caso da Operação Escudo na Baixada Santista. In: VIII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, 2024, São Luís. Anais VIII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão - 2024. .: Andhep, 2024. v. .. p. -..

5.

JESUS, M. G. M.; Rocha, Thiago Thadeu da ; Hildebrand, Amanda ; Lagatta, Pedro Paulo Fernandes . A cumplicidade entre o trabalho policial e da justiça criminal nos casos de tráfico de drogas em São Paulo. In: III Seminário de Estudos Prisionais, Controle Social e Violência, 2013, Salvador. III Seminário de Estudos Prisionais, Controle Social e Violência, 2013. p. 15-15.

6.

JESUS, M. G. M.. Tortura: a dor infligida à vida 'sem direitos'. In: V Seminário Direitos Humanos no Século XXI, 2008, Marília. Cadernos de Resumos, 2008.

Apresentações de Trabalho

1.

JORGE, T. F. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; PACHECO, A. L. V. . Parábolas Judiciárias: Entre crises e reações. 2026. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; TOLEDO, F. . Câmeras corporais em audiências de custódia: controle da atividade policial e limites do uso probatório. 2026. (Apresentação de Trabalho/Outra).

3.

JORGE, T. F. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; PACHECO, A. L. V. . The Democratic Rule of Law in World Society. 2026. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

4.

LIMA, A. E. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; JORGE, T. F. S. . Decisões sem juízo: um estudo de caso de um PAD por conteúdo da decisão. 2025. (Apresentação de Trabalho/Outra).

5.

BASTOS, L. M. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . A medida da liberdade: análise de aplicação de medidas cautelares pela justiça de Belo Horizonte. 2025. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

6.

CHIES-SANTOS, M. ; PICCIRILLO, D. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Justiça cega? A tortura contra adolescentes e o silêncio da magistratura brasileira. 2025. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

7.

JORGE, T. F. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ;
PACHECO, A. L. V. . Quando o juiz é julgado: disputas institucionais,
legitimidade e ideológicas no controle do conteúdo das decisões. 2025.
(Apresentação de Trabalho/Comunicação).

8.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; RAMOS JUNIOR, E. ;
SENTO-SE, I. V. . Audiências de custódia e violência de gênero: uma
análise comparada entre São Paulo e Rio de Janeiro (2021-2023).
2025. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

9.

GUERRA, G. T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; AMARAL,
M. C. S. . Entre loucura e saúde: continuidade dos discursos de
sujeição sobre alcoolismo (séc. XX) e uso de drogas (séc. XXI) em São
Paulo. 2025. (Apresentação de Trabalho/Outra).

10.

NASCIMENTO, B. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . ?Vai do
meu esforço?: o corre e a instabilidade do trabalho nas periferias de
São Paulo. 2025. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

11.

NASCIMENTO, B. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . ?Vai do
meu esforço?: o corre e a instabilidade do trabalho nas periferias de
São Paulo. 2025. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

12.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; BASTOS, L. M. ; RAMOS
JUNIOR, E. ; RIBEIRO, L. . Dois contra um? as convergências entre
promotores e juizes nas audiências de custódia em Belo Horizonte, São
Paulo e Rio de Janeiro (2021-2023). 2025. (Apresentação de
Trabalho/Comunicação).

13.

LE, M. P. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . A mobilização
de imagens das Câmeras Corporais (Bodycams) por parte dos atores
do sistema de justiça em São Paulo em casos de suspeitas de violência
policial. 2025. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

14.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; MENEZES, W. J. S. ;
SUASSUNA, R. F. . VENTRILOQUISMO PROBATORIO: A ?CONFISSÃO
INFORMAL? NOS PROCESSOS DE TRÁFICO DE DROGAS. 2025.
(Apresentação de Trabalho/Outra).

15.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; FERNANDES, I. ; SIMAS, F.
. Entre a norma e a dor: a ausência de proteção às pessoas vítimas de

16.

NATAL, A. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Policing under hardine: A case study of lethal operations in São Paulo's coastal region. 2024. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

17.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; RAMOS JUNIOR, E. . O Panorama das Audiências de Custódia em São Paulo e no Rio de Janeiro. 2024. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

18.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; POSSAS, M. T. . O PROCESSO HISTÓRICO DE EXPANSÃO E CONTRAÇÃO DO IMAGINÁRIO POLÍTICO DOS DHS. 2024. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

19.

LUZ, V. F. ; TOLEDO, F. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Entre imagens: uma análise comparativa entre câmeras de vigilância e câmeras corporais no Sistema de Justiça. 2024. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

20.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SOARES, A. C. P. ; PINHO, I. V. . Operações Policiais em São Paulo: O caso da Operação Escudo na Baixada Santista. 2024. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

21.

LIMA, A. E. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Juiz não gosta de confusão: manifestação política e legitimidade da poder judiciário. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

22.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; ALMADA, P. E. R. ; AMARAL, M. C. S. . Eleições, redes sociais e o Supremo Tribunal Federal: a presença de Ministros no Twitter. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

23.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; TOLEDO, F. ; JESUS, José ; GUEDES, L. A. . ?Body cams? e os operadores do direito: solicitação de imagens das ações policiais em audiências de custódia de São Paulo. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

24.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. A legitimidade entre a instituição policial e a judiciária: uma análise das audiências de custódia. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

25.

BRANDAO, N. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Eixo Rio - São Paulo: análises comparativas das audiências de custódia nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

26.

LIMA, A. E. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Juiz não é feito pra criar problemas, mas pra resolver: os procedimentos administrativos contra magistrados por negligência. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, T. ; SILVESTRE, G. . 'Conceitualizando punição: prisões, famílias e comunidades?'. 2023. (Apresentação de Trabalho/Outra).

28.

TOLEDO, F. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; BANDEIRA, A. L. V. V. . Violência na apreensão em flagrante e a dicotomia do sistema: uma discussão sobre as oitivas informais de adolescentes e as audiências de custódia. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

29.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; LIMA, A. E. C. ; ALVAREZ, M. C. . ?Juiz cuspidor de sentença?: a produtividade judicial e a auto legitimidade dos magistrados na cidade de São Paulo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

30.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Mesa-Redonda Pesquisa nacional de ações criminais por tráfico de drogas: resultados, discussões e agendas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).

31.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; MEDEIROS, D. . Control Interno Del Poder Judicial, Legitimidad y Auto Legitimidad.. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

32.

JESUS, M. G. M.; CRUZ, F. N. . A extensão e os limites da desconfiança entre o Judiciário e a Polícia: um balanço da literatura. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

33.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; CRUZ, F. N. ; GISI, B. ; SANCHEZ, E. ; SILVESTRE, G. . Campo no Judiciário: quando a realização da pesquisa se torna um dado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

34.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. ; SILVESTRE, G. . Conceituações plásticas sobre tortura: disputas e consensos a respeito dessa violência estatal. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

35.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, T. ; SILVESTRE, G. . Mothers, Protection and Care amongst Communities effected by Torture and State Violence in Brazil. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

36.

GOMES, D. ; FELTRAN, G. ; **JESUS, M. G. M.** . Eleições e violência nos territórios periféricos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

37.

JESUS, M. G. M.; ALVAREZ, M. . O papel da vítima no processo penal: recuperando uma experiência de pesquisa. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

38.

SILVESTRE, G. ; **JESUS, M. G. M.** . Audiência de custódia e seus limites: análise comparativa entre duas gestões (2015 - 2019). 2020. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

39.

JESUS, M. G. M.. Descriminalização da posse para o uso e o RE 635.659. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

JESUS, M. G. M.. Entorpecendo os juízos: um reportório de crenças sobre os testemunhos policiais nos processos criminais de tráfico de drogas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Outra).

41.

JESUS, M. G. M.. Narrativas entorpecidas: a produção policial dos flagrantes de tráfico de drogas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

42.

JESUS, M. G. M.. Verdade jurídica ou verdade policial? O caso dos processos de tráfico de drogas no sistema de justiça criminal. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

43.

JESUS, M. G. M.. 'O que está no mundo não está nos autos': a construção da verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

44.

JESUS, M. G. M.. Narrativa policial nos processos de tráfico de drogas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

45.

JESUS, M. G. M.. Educação dos profissionais de segurança pública e justiça. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

46.

JESUS, M. G. M.. Campo de Imunidade da Narrativa Policial. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

47.

JESUS, M. G. M.. A verdade jurídica dos casos de acusação por tráfico de drogas: o campo de imunidade da narrativa policial na justiça criminal. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

48.

DIAS, C. ; NATAL, A. ; POSSAS, M. ; **JESUS, M. G. M.** ; RUOTTI, C. . Grupos de extermínio no Brasil: primeiros resultados de pesquisa realizada nas cidades de São Paulo e Salvador. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

49.

JESUS, M. G. M.; JESUS, José . Indicadores de tortura: jurisprudências como fontes de dados. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).

50.

JESUS, M. G. M.. Narrativas policiais: a construção da verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas. 2015. (Apresentação de

51.

VEIGA, D. P. ; **JESUS, M. G. M.** . Tutela de direitos ou tutela de 'sujeitos'? Tensões na construção da legitimidade do Conselho Tutelar. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

52.

JESUS, M. G. M.; NATAL, A. ; POSSAS, M. ; DIAS, C. . Political Decisions in the Area of Public Security and the Action of Death Squads: The Case of the Violence Crisis in 2012 in São Paulo, Brazil. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

53.

JESUS, M. G. M.. Culpado ou inocente? Tanto faz: análise do julgamento de homicídio no Tribunal do Juri da Cidade de São Paulo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

54.

JESUS, M. G. M.. A centralidade da narrativa policial nos casos de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

55.

JESUS, M. G. M.. Culpado ou inocente? Tanto faz: análise do julgamento de homicídio no Tribunal do Juri da Cidade de São Paulo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

56.

JESUS, M. G. M.; Hildebrand, Amanda ; Lagatta, Pedro Paulo Fernandes ; Rocha, Thiago Thadeu da . A cumplicidade entre o trabalho policial e da justiça criminal nos casos de tráfico de drogas em São Paulo. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

57.

JESUS, M. G. M.. A prisão provisória: punição antecipada? Análise de casos de tráfico de drogas. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).

58.

JESUS, M. G. M.; [Matsuda, Fernanda Emy](#) . Violência contra a mulher e sistema de justiça criminal. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).

59.

JESUS, M. G. M.. O crime de tortura e a justiça criminal. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

60.

JESUS, M. G. M.. Tortura: a dor infligida à vida. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

61.

JESUS, M. G. M.. A continuidade da tortura na América Latina e o caso brasileiro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Outra).

62.

JESUS, M. G. M.. Administração local da justiça e mediação de conflitos. 2002. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

63.

JESUS, M. G. M.. Administração local da justiça e mediação de conflitos. 2001. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

64.

JESUS, M. G. M.. Administração local da justiça e mediação de conflitos. 2000. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

Outras produções bibliográficas

1.

ALMADA, P. E. R. ; AMARAL, M. C. S. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Eleições, redes sociais e o Supremo Tribunal Federal: a presença de ministros no twitter. São Paulo: IBCCRIM, 2023 (Artigo).

2.

BALERA, F. P. ; YOUSSEF, S. F. ; OLIVEIRA, A. E. C. ; PRADO, M. C. ; SILVA, L. F. ; DINIZ, R. C. ; BANDEIRA, A. L. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES** ; SILVESTRE, G. ; RIBEIRO, B. C. . PONTOS CEGOS DA TORTURA; A SUSPENSÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTODIA NA PANDEMIA EM SÃO PAULO. São Paulo: Defensoria Pública, 2022 (Relatório).

3.

SZUCHMAN, K. S. ; VEIGA, D. P. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; CHIES, M. . Manual Recomendação nº 87/2021 Atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional. Brasília: CNJ e PNUD, 2022 (Manual).

4.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Censura na Magistratura: o caso de uma juíza punida por suas convicções garantistas. Rio de Janeiro, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

5.

JESUS, M. G. M.; SILVESTRE, G. ; DUARTE, T. . Tortura como Marca Cotidiana: Narrativas Sobre os Serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo. .: DIGNITY, NEV-USP, CRISP-UFGM, 2021 (Relatório).

6.

DUARTE, T. ; GOMES, M. S. ; **JESUS, M. G. M. ;** MARTINO, N. . O presente supera o passado? Dilemas da tortura no Brasil. SÃO PAULO: NEV-USP, 2021 (Artigo).

7.

JESUS, M. G. M.; SANTOS, M. C. ; VEIGA, D. P. . Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil. Brasília: CNJ/PNUD, 2021 (Manual).

8.

JESUS, M. G. M.. Prefácio. São Paulo: IBCCRIM, 2020 (Prefácio de Livro).

9.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Prefácio. São Paulo, 2020. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

10.

Adorno, S. ; **MARQUES DE JESUS, MARIA GORETE** . Apresentação. Salvador, 2019. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

11.

CALDERONI, V. ; **JESUS, M. G. M. .** O Estado torturador e a falta de provas 2015 (Artigo de jornal).

12.

JESUS, M. G. M.; CALDERONI, V. . O desafio em provar que agentes públicos torturam 2015 (Artigo Blog).

13.

14.

JESUS, M. G. M.; Outros . SUMÁRIO EXECUTIVO DAS PESQUISAS SOBRE PRISÃO PROVISÓRIA 2013 (SUMARIO EXECUTIVO DAS PESQUISAS SOBRE PRISÃO PROVISÓRIA).

15.

Hildebrand, Amanda ; **JESUS, M. G. M.** ; Rocha, Thiago Thadeu da ; LAGATTA, P. . Prisão Provisória e Lei de Drogas. São Paulo: NEV-USP/OSI, 2011 (Relatório).

16.

Alvarez, Marcos ; Teixeira, Alessandra ; **JESUS, M. G. M.** ; [Matsuda, Fernanda Emy](#) ; Santiago, Caio ; Cordeiro, Veridiana Domingos . O papel da vítima no processo penal. Brasília: SAL/MJ, 2010 (Série Pensando o Direito).

17.

JESUS, M. G. M.; FILHO, José de Jesus . Relatório sobre Tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura. São Paulo: Paulus, 2010 (Relatório).

18.

JESUS, M. G. M.. Tortura no Brasil: a persistência da impunidade. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2010 (Direitos Humanos no Brasil 2010 - Relatório).

19.

JESUS, M. G. M.. Segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos. Distrito Federal: Secretaria de Direitos Humanos, 2002 (Relatório).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. ; SILVESTRE, G. . Protecting survivors of torture and ill treatment: dignity, violence and human rights in poor communities. 2021.

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; CHIES-SANTOS, M. ; VEIGA, D. P. . Consultoria Nacional Especializada para Elaboração de

3.

JESUS, M. G. M.. Elaboração e sistematização de indicadores para a política de Prevenção e Combate à Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ? SDH/PR.. 2014.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Da ditadura à democracia, tortura segue praticada e falta punição. 2026. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Aula inaugural. 2026. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

3.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Seminário Tortura: Desafios para a Prevenção, Responsabilização e Garantia de Direitos. 2026. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

4.

DOKTER-PALOMO, M. ; CARVALHO, G. M. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . A teimosia da Sociologia. 2026. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

5.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Câmeras corporais ajudam a esclarecer casos de repercussão no Brasil. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

6.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Proposta de Emenda Constitucional antidrogas pode alterar o cenário jurídico em vigor no País. 2024. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

7.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Justiça usa câmeras corporais da PM só para confirmar culpa de presos, sugere estudo. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

8.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Política de combate às drogas ainda é incipiente para o tamanho do problema no País. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

9.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. 33º episódio do CRISP Entrevista. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

10.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Ministério dos Direitos Humanos estabelece metas para o combate à tortura no sistema prisional. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

11.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Processo de descriminalização de drogas no Brasil busca diferenciar tráfico do uso pessoal. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

12.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; VIEIRA, T. . Diálogo com a autora. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

13.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. 30 anos do massacre do Carandiru: por que episódio deve ser lembrado?. 2022. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

14.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?Agora eu sou a voz do meu filho?: estudo mostra maternidade ativista como ferramenta de justiça. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

15.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE .** Conversa com autor. 2021. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

16.

JESUS, M. G. M.; BENETTI, P. ; MELO, J. ; TELES, E. ; BENETIDO, D. . MR41 - Obstáculos a prevenção à tortura no Brasil: quais limites devem ser superados. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

17.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. ; RIBEIRO, L. ; CARVALHO, S. ; GIVISIEZ, F. . Tortura é crime cometido todo dia no Brasil e precisa ser combatida, dizem especialistas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

18.

DUARTE, T. ; SANTOS, M. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Tortura no socioeducativo em tempos de pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

19.

JESUS, M. G. M.. A Centralidade da Narrativa Policial nos Processos de Tráfico de Drogas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

20.

FELTRAN, G. ; GOMES, D. ; **JESUS, M. G. M. .** Eleições e violência nos territórios periféricos. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

21.

JESUS, M. G. M.. Caso de rapaz chicoteado não foi o primeiro no supermercado Ricoy. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

22.

JESUS, M. G. M.; SA, A. A. . O massacre de presos durante o ano novo no Amazonas manchou de sangue mais uma vez o sistema penitenciário. 2017. 📺

23.

JESUS, M. G. M.. Pesquisadora discute narrativas policiais. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

24.

JESUS, M. G. M.. Violência urbana: um problema para ser resolvido. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

25.

JESUS, M. G. M.. Quase todos os crimes violentos têm relação com drogas?. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

26.

JESUS, M. G. M.. Tortura. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

27.

JESUS, M. G. M.. GT de Violência. 2016. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺

28.

JESUS, M. G. M.. Profissionais da tortura elaboram métodos brutais para arrancar confissões. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

29.

JESUS, M. G. M.. Profissionais da tortura elaboram métodos brutais para arrancar confissões. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

30.

JESUS, M. G. M.. Tortura ainda é prática comum. 2015. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

31.

JESUS, M. G. M.. ?É importante que haja uma mudança cultural?. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

32.

JESUS, M. G. M.. Socióloga comenta caso de tortura na investigação na morte de Tayná. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

33.

JESUS, M. G. M.. Especialista fala sobre a jovem democracia do Brasil. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

34.

JESUS, M. G. M.. Tortura. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

35.

JESUS, M. G. M.; JESUS, José ; WEIS, Carlos ; CALDERONE, V. . Especialistas comentam lei que cria Mecanismo Nacional de Preventivo contra Tortura. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

36.

JESUS, M. G. M.. resultados da pesquisa do núcleo sobreprisão provisória, violência policial e política antidrogas. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

37.

JESUS, M. G. M.. Prendemos milhares e milhares, e isso resultou em nada. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

38.

JESUS, M. G. M.. Socióloga comenta caso de tortura na investigação na morte de Tayná. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

39.

JESUS, M. G. M.. Tortura. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

40.

JESUS, M. G. M.. Especialista fala sobre a jovem democracia do Brasil. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

41.

JESUS, M. G. M.. Quem são os traficantes de drogas presos pela polícia?. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

Redes sociais, websites e blogs

1.

SINHORETTO, J. ; AZEVEDO, R. ; **JESUS, M. G. M.** ; GISI, B. . Justiça Criminal e Direitos Humanos. 2021; Tema: Justiça Criminal e Direitos Humanos. (Site).

2.

JESUS, M. G. M.; GOMES, M. S. ; DUARTE, T. ; MARTINO, N. . Cidadania XXI- Podcast Relatório de Direitos Humanos o Brasil. 2021; Tema: Tortura - sistema construído e desconstruído para enfrentamento - Cidadania XXI - Episódio 2.7. (Site).

3.

JESUS, M. G. M.; GOMES, M. S. ; DUARTE, T. ; MARTINO, N. .
Cidadania XXI- Podcast Relatório de Direitos Humanos o Brasil. 2021;
Tema: Tortura - enfrentamento, prevenção e omissão do Estado -
Cidadania XXI - Episódio 2.6. (Site).

Demais tipos de produção técnica

1.

SINHORETTO, J. ; MELO, F. A. L. ; ZAMBRZYCKI, W. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Aula inaugural. 2026. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Aula inaugural. 2026.
(Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Capacitação sobre
Enfrentamento à Tortura. 2025. .

4.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?Fé Pública dos Agentes
Policiais?. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

5.

CHIES-SANTOS, M. ; FERREIRA, C. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; PICCIRILLO, D. ; MACHADO, E. B. A. ; TAVARES, T. F. .
CAMINHOS DA TORTURA NA JUSTIÇA JUVENIL BRASILEIRA: O
PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO. 2025. (Relatório de pesquisa).

6.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Formação Jornada
Socioeducativa - Prevenção e Combate à tortura. 2023. .

7.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?Formação em Prevenção e
Combate à Tortura e Inspeções Prisionais?. 2023. .

8.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. CURSO DE VERÃO XXXV - RECONSTRUIR A VIDA E A SOCIEDADE COM SAUDE PARA TODAS AS PESSOAS. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

9.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Formação ? Atendimento inicial integrado no sistema socioeducativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

10.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. CONSTRUINDO A LEGITIMIDADE NO COTIDIANO: O TRABALHO POLICIAL. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

11.

ALVAREZ, M. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; SILVESTRE, G. ; CRUZ, F. N. ; LIMA, A. . Curso de inverno: METODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

12.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Política Criminal, Drogas e Encarceramento. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

13.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Webnário Tráfico de Drogas com uma das piores formas de trabalho infantil. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

14.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Módulo I do CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

15.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Ação de extensão - Antirracismo e as mobilizações profissionais do campo do direito. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16.

GISI, B. ; ALVAREZ, M. C. ; CHIES-SANTOS, M. ; BENETTI, P. R. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; SALLA, F. ; SANTOS, H. O. ; FONSECA, L. P. ; SILVA, M. L. S. E. ; COSTA, N. C. ; SANTOS, T. C. .

17.

JESUS, M. G. M.. Desafios ao enfrentamento à tortura no Brasil. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. . Desafios ao enfrentamento à tortura no Brasil. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

19.

JESUS, M. G. M.. Especialização em Direito Processual Penal Contemporâneo Aplicado (UCS/IBRASPP). 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

20.

JESUS, M. G. M.. Formação: Tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. 2021. .

21.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. XXXIV CURSO, DE VERÃO CUIDAR DA CASA COMUM: POR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22.

JESUS, M. G. M.; SILVESTRE, G. ; DUARTE, T. . Tortura como Marca Cotidiana: Narrativas Sobre os Serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo. 2021. (Relatório de pesquisa).

23.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; CRUZ, F. N. . Construindo a legitimidade no cotidiano: a atividade policial. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

24.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Justiça criminal e instituições prisionais em debate. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

25.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Curso de preparação à carreira de Defensor/a Público/a. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

26.

JESUS, M. G. M.; SANTOS, M. C. ; SILVESTRE, G. ; CRUZ, F. N. . Métodos e técnicas de pesquisa em Instituições de Segurança Pública, Justiça e de Privação de Liberdade. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

27.

ALVES, R. ; CUBAS, V. ; CRUZ, F. N. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; BRANCO, F. C. . Summer School. CONSTRUINDO A LEGITIMIDADE NO COTIDIANO: O TRABALHO POLICIAL. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

28.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Narrativas policiais e a construção da verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

29.

JESUS, M. G. M.. Tortura e responsabilização penal de agentes públicos. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

30.

JESUS, M. G. M.. Sistema prisional brasileiro. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

31.

SILVESTRE, G. ; **JESUS, M. G. M. .** II Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

32.

JESUS, M. G. M.. Tortura: políticas de combate e os mecanismos preventivos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

33.

JESUS, M. G. M.. Direitos Humanos, Segurança Pública e Violência. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

34.

JESUS, M. G. M.. Curso de preparação à carreira dos defensores públicos - palestra sobre tortura. 2015. .

35.

JESUS, M. G. M.. IV curso brasileiro interdisciplinar de direitos humanos. 2015. .

36.

JESUS, M. G. M.; CALDERONI, V. . Julgando a tortura. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

37.

★ **JESUS, M. G. M.; CALDERONI, V. .** Julgando a tortura: análise de jurisprudência nos Tribunais de Justiça do Brasil (2005-2010). 2015. (Relatório de pesquisa).

38.

JESUS, M. G. M.. Educação Popular de Direitos Humanos. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

39.

JESUS, M. G. M.. Sistema de Justiça e a questão das drogas: desafios e dilemas. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

40.

JESUS, M. G. M.. Curso de Direitos Humanos - CDHS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

41.

JESUS, M. G. M.; Hildebrand, Amanda ; Rocha, Thiago Thadeu da ; Lagatta, Pedro Paulo Fernandes . Prisão Provisória e Lei de Drogas ? Um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. 2011. (Relatório de pesquisa).

42.

Adorno, S. ; Ballesteros, P. ; Cardia, N ; **JESUS, M. G. M. ;** Pinheiro, P.S. ; Salla, Fernando ; Outros . IV Relatório Nacional de Direitos Humanos. 2010. (Relatório de pesquisa).

43.

44.

MESQUITA NETO, P ; AFFONSO, B. S. A. ; Chasin, Ana Carolina ; Nastari, Marcelo ; **JESUS, M. G. M.** . II Relatório Nacional de Direitos Humanos. 2004. (Relatório de pesquisa).

45.

Daher, Marcelo ; Alves, Renator ; Hilsdorf, Cristina ; **JESUS, M. G. M.** . Relatório de Cidadania III. 2002. (Relatório).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

TEIXEIRA, A.; DIAS, C.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE.** Participação em banca de Michele Ferreira de Oliveira. A organização política de mulheres sobreviventes do cárcere frente ao encarceramento em massa no município de São Paulo. 2026. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC.

2.

MACHADO, M.; SINHORETTO, J.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE.** Participação em banca de Francisco Guitler. Prisões e manicômios: um estudo sobre os processos de internação no Manicômio Judiciário de São Paulo entre 1927 e 1933. 2026. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Sociologia da) - Universidade Federal de São Carlos.

3.

SANTOS, M. C. S.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE;** MELLO, M. M. P.; MONTEIRO, V. B.. Participação em banca de MARCUS VINÍCIUS TORRES DE MELO. REPARAÇÃO INDENIZATORIA EM CASO DE TORTURA DE ADOLESCENTES A QUEM SE ATRIBUI A PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL EM PERNAMBUCO: UM ESTUDO DE CASOS. 2026. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco.

4.

ALVAREZ, M. C.; SANTOS, F. M.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE;** MINHOTO, L. D.. Participação em banca de Fernanda Reis Nunes Pereira. "Entre conflitos e alianças: a temática racial na Academia da Polícia de São Paulo. 2025. Dissertação (Mestrado em Programa de

5.

POSSAS, M.; MARIANO, R.; SANTOS, L. P.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Larissa Santos. "SOMOS IGREJA E NÃO MOVIMENTO SOCIAL: os usos dos direitos humanos em organizações sociais católicas na Bahia?.. 2025. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Bahia.

6.

CARUSO, H.; SINHORETTO, J.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Lucas Feltrin. A invenção dos ataques às escolas. 2025. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Sociologia da) - Universidade Federal de São Carlos.

7.

SUASSUNA, R. F.; JESUS, C. R.; TALONE, V. G.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de WESNER JOSÉ DA SILVA MENEZES. Entre provas e narrativas: a política (pública) criminal de drogas no Rio Grande do Norte. 2025. Dissertação (Mestrado em CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

8.

POSSAS, M. T.; CAPPI, R.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Alana Nogueira Vieira. ?A VERDADE DA POLÍCIA: UMA ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS DE POLICIAIS EM INQUÉRITOS SOBRE MORTES DE CIVIS DECORRENTES DE AÇÃO POLICIAL EM SALVADOR, EM 2016?. 2024. Dissertação (Mestrado em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS) - Universidade Federal da Bahia.

9.

PRADO, D. N.; **POSSAS, M. T.**; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; CARDOSO, T. A. L.. Participação em banca de Tamires Ariel Lima Cardoso. Do baculejo à audiência de custódia: uma análise da ideologia proibicionista da política de drogas a partir das decisões da vara de custódias de salvador.. 2024. Dissertação (Mestrado em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - PROGESP) - Universidade Federal da Bahia.

10.

CASTILHO, E. W. V.; FILICE, R. C. G.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; PRADO, A. R. M.. Participação em banca de Lorena Pacheco Brandão. Decidindo sobre as 'Outras' em Audiências De Custódia: o perfil das custodiadas e dos atores e atrizes judiciais na Bahia. 2024. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania na UnB) - Universidade de Brasília.

11.

Adorno, S.; MISSE, M.; BENETTI, P.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Pedro Callari Triviño Moisés. "Representações e Rememorações da Violência Política: Um estudo de caso de eventos violentos durante as eleições de 2018. 2024. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-/graduação de Sociologia FFLCH-USP) - Programa de Pós-/graduação de Sociologia FFLCH-USP.

12.

SCHABBACH, L. M.; AZEVEDO, R. G.; CARDOSO, B. V.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de VALENTINA FONSECA DA LUZ. NARRATIVAS DA VIGILÂNCIA: INCORPORAÇÃO DO VIDEOMONITORAMENTO URBANO À PRODUÇÃO DA VERDADE JURÍDICA EM PROCESSOS CRIMINAIS. 2024. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

13.

LIMA, R. K.; GERALDO, P. H. B.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; PADUA, J. P. C.. Participação em banca de Ana Paula Pinheiro. A decisão sob custódia: Uma análise das práticas organizacionais e decisórias nas audiências de custódia da justiça federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF)) - Universidade Federal Fluminense.

14.

SINHORETTO, J.; RIBEIRO, L.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Bruna Cinquini. Evitando o encontro dos corpos: audiência de custódia em Guarulhos durante a pandemia. 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Sociologia da) - Universidade Federal de São Carlos.

15.

CAPPI, R.; POSSAS, M.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Maria Teresa Zarif. AS TESES DEFENSIVAS DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA NOS PROCESSOS DE TRÁFICO DE DROGAS E SUA RECEPÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. 2023. Dissertação (Mestrado em PROGESP/UFBA) - Universidade Federal da Bahia.

16.

PRADO, D. N.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; POSSAS, M. T.. Participação em banca de Rogério Miguel Rossi. ??A Polícia Prende e a Justiça Solta?: a percepção dos policiais civis e militares da Comarca de Salvador/BA sobre as audiências de custódia?. 2022. Dissertação (Mestrado em PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - PROGESP) - Universidade Federal da Bahia.

17.

POSSAS, M. T.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; OLIVEIRA, A. A.; CAPPI, R.. Participação em banca de Francisco Melo Mascarenhas. A produção da verdade nas apurações das mortes decorrentes da ação policial: uma análise das provas presentes em inquéritos policiais de 2016 a 2018, em Feira de Santana, Bahia., 2021. Dissertação (Mestrado em PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - PROGESP) - Universidade Federal da Bahia.

18.

DIAS, C.; TEIXEIRA, A.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE.** Participação em banca de WALTER LUIZ DONOFRIO SOBRINHO. O PAPEL DO DENARC NO COMBATE AO TRAFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SÃO PAULO. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC.

19.

BRAGA, A. G. M.; GASPARD, M.; 3, F. N. R. A.; **JESUS, M. G. M..** Participação em banca de MARIANA PINTO ZOCCAL. QUANDO A JUSTIÇA ENQUADRA AS RUAS: estudo de um processo criminal contra manifestantes em São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito (Franca)) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

20.

JESUS, M. G. M.; MACHADO, M.; MACHADO, M.. Participação em banca de Fabio Lopes Toledo. O flagrante ganha voz? os significados da presença da pessoa presa nas audiências de custódia no estado de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - SP.

21.

JESUS, M. G. M.; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PEREIRA, A. C. B.; TEIXEIRA, J.; SILVA, M. C.. Participação em banca de Ana Caroline Bonfim Pereira. Corpo-arma: percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP. 2019. Dissertação (Mestrado em Departamento de Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

22.

Teixeira, Alessandra; DIAS, C.; **JESUS, M. G. M..** Participação em banca de Mayara de Souza Gomes. Isso é tortura? Disputas, consensos e narrativas na construção social do crime de tortura na cidade de São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC.

Teses de doutorado

1.

MACHADO, M.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE;** RIBEIRO, L. M. L.; AMPARO, T. S.; FERREIRA, C. C.. Participação em banca de Fabio Lopes Toledo. O CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: JUSTIÇA CERIMONIAL E LEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL. 2026. Tese (Doutorado em ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO) - FUNDACAO GETULIO VARGAS.

2.

MELO, D. L. B.; RIBEIRO, L.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE;** RIBEIRO, E.; PLATERO, K.. Participação em banca de Eduardo Ramos Junior. ?Tapa na Orelha não é tortura?. Administração da Violência Estatal e Prisão Provisória nas Audiências de Custódia do Rio

3.

TEIXEIRA, A.; [Matsuda, Fernanda Emy](#); SALLA, F.; DIAS, C.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de ROBERTA MOYA OLIVEIRA. "Defloradas, pervertidas e abandonadas: uma genealogia da violência sexual a partir da gestão de menores entre as décadas de 1940 e 1950 na cidade de São Paulo. 2025. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS da UFABC) - Universidade Federal do ABC.

4.

FELTRAN, G.; MENEZES, P. V.; NAHOUM, A. V.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; MOTTA, L.. Participação em banca de Isabela Vianna Pinho. POLÍTICAS DA COCAÍNA: regimes de poder em fricção. 2025. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS da UFABC) - Centro de Educação e Ciências Humanas/CECH/UFSCAR.

5.

MARONA, M.; RIBEIRO, L.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; SEMER, M.; SILVA, E. M.. Participação em banca de Livia Bastos Lages. AUDIÊNCIA DE CUSTODIA: limites e potencialidades como política de promoção da liberdade processual. 2025. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Política) - Universidade Federal de Minas Gerais.

6.

RIBEIRO, L.; CHIES, M.; LIMA, J. V.; ZILI, L. F.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Eduarda Lorena de Almeida. A democracia volta e a tortura fica: as diversas faces do fenômeno da tortura contra adolescentes autores de ato infracional. 2025. Tese (Doutorado em PPGS) - Universidade Federal de Minas Gerais.

7.

AZEVEDO, R. G.; ZILLI, F.; BONELLI, M. G.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de BRUNO GIOVANNINI DE PAULO. O CONTROLE EXTERNO DAS POLÍCIAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA. 2025. Tese (Doutorado em CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA PPGS) - Universidade Federal de São Carlos.

8.

KULLER, L. B. F.; DIAS, C.; TEIXEIRA, A.; BALLESTEROS, P.; [POSSAS, M. T.](#); **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de LAIS BOAS FIGUEIREDO KULLER. A ESPIRAL DE VIOLÊNCIA COMO FIO DA MEADA: UMA GENEALOGIA DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.

9.

POSSAS, M.; ALVAREZ, M. C.; RICOLDI, A.; NAGAMINE, R.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Lorena Sales. Da mobilização discursiva às estratégias de atuação de organizações não governamentais: reflexões sobre o imaginário político dos direitos humanos no Brasil.. 2024. Tese (Doutorado em FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.) - Universidade Federal da Bahia.

10.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; FREITAS, F.; PRADO, D. N.; TONCHE, J.; **POSSAS, M. T.** Participação em banca de BRUNO TEIXEIRA BAHIA. A CONSTRUÇÃO DA VERDADE JURÍDICA NOS AUTOS DE RESISTÊNCIA: PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DA MORTE VIOLENTA NA BAHIA. 2022. Tese (Doutorado em FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS) - Universidade Federal da Bahia.

11.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; VALENCA, M. A.; PENALVA, J.; STOPANOVSKI, M.; DUARTE, E. C. P.. Participação em banca de Rafael de Deus Garcia. PROCESSO PENAL E ALGORITMOS O direito à privacidade aplicável ao uso de algoritmos no policiamento. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília.

12.

LIMA, R. K.; OLIVEIRA, L. R. C.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; LIMA, L. L. G.; EILBAUM, L.. Participação em banca de Natália Barroso Brandão. ?A CUSTODIA É PRA INGLÊS VER?: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DOS OPERADORES DO DIREITO SOBRE AS AUDIÊNCIAS DE CUSTODIA. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense.

13.

TRINDADE, A.; AMARAL, B.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; BATISTA, A. L. S.. Participação em banca de João Vitor Rodrigues Loureiro. O juiz no espelho: autolegitimidade da magistratura criminal de 1ª instância no Distrito Federal. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília.

14.

SILVA FILHO, J. C. M.; AVILA, G. N.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; SOHNGEN, C. B. C.; AMARAL, A. J.. Participação em banca de BRUNO SILVEIRA RIGON. PODER DE POLÍCIA E PODER PUNITIVO: O DIREITO ADMINISTRATIVO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

15.

JESUS, M. G. M.; WIECKO, E.; FERREIRA, C. C.; PRANDO, C.. Participação em banca de Paula Karina Rodriguez Ballesteros. Conselho Nacional de Justiça e gerencialismo penal no Brasil o poder punitivo sob a lógica da administração judicial. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade de Brasília.

1.

ALVAREZ, M. C.; CHIES-SANTOS, M.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Alana Nogueira Vieira. A CONSTRUÇÃO DA VERDADE JURÍDICA NO PROCESSAMENTO CRIMINAL DA LETALIDADE POLICIAL EM SALVADOR ? BA São Paulo ? SP 2026. 2026. Exame de qualificação (Doutorando em Sociologia) - Programa de Pós-/graduação de Sociologia FFLCH-USP.

2.

ADORNO, S.; GISI, B.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Nathalia Mansour de Oliveira. Morrer sob custódia do Estado: o suicídio no sistema prisional brasileiro. 2026. Exame de qualificação (Doutorando em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA) - Universidade de São Paulo.

3.

DIAS, C.; SINHORETTO, J.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; ALVARADO, A.. Participação em banca de EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA. A NOVA RAZÃO DO CRIME: AS TRANSFORMAÇÕES DO MODO DE GOVERNAR DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC). 2026. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

4.

MINHOTO, L. D.; RIBEIRO, L. M. L.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Lucas de Souza Gonçalves. COSTURANDO FARDAS E GRADES: os impactos da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária na gestão carcerária brasileira (2016-2022). 2026. Exame de qualificação (Doutorando em Sociologia) - Programa de Pós-/graduação de Sociologia FFLCH-USP.

5.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; RIBEIRO, L. M. L.; BEATO FILHO, C. C.; FROEMMING, C. N.. Participação em banca de Eduarda Lorena de Almeida. ?A democracia volta e a tortura fica: as diversas faces do fenômeno da tortura e da violência institucional contra adolescentes autores de ato infracional?. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

6.

TRINDADE, A.; AMARAL, B.; CARUSO, H.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de João Vitor Rodrigues Loureiro. O juiz no espelho: autolegitimidade da magistratura criminal de primeira instância no Distrito Federal. 2021. Exame de qualificação (Doutorando em Sociologia) - Universidade de Brasília.

7.

FERREIRA, A. C. C.; **JESUS, M. G. M.**; FREITAS, F. S.; VALENCA, M. A.. Participação em banca de Manoel Veridiano F. R. Pinho. A proteção e o combate à tortura na audiência de custódia. 2021. Exame de qualificação (Doutorando em Direito e Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

8.

PRADO, D. N.; POSSAS, M.; FREITAS, F.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Bruno Teixeira Bahia. Construção da verdade jurídica e autos de resistência ? processos de legitimação da morte. 2020. Exame de qualificação (Doutorando em FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.) - Universidade Federal da Bahia.

9.

DUARTE, E. C. P.; STOPANOVSKI, M.; PENALVA, J.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de RAFAEL DE DEUS GARCIA. PROCESSO PENAL E ALGORITMOS: Por uma teoria jurídica da privacidade em escala real. 2020.

10.

Teixeira, Alessandra; DIAS, C.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Laís Boás Figueiredo Kuller. O protagonismo dos tribunais: uma genealogia das audiências de custódia. 2019. Exame de qualificação (Doutorando em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC.

11.

JESUS, M. G. M.; GLOECKNER, R.; SCLiar, W.; SILVA FILHO, J. C.. Participação em banca de Bruno Silveira Rigon. Poder de polícia no sistema penal. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais) - Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Qualificações de Mestrado

1.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; ZILLI, VASCONCELOS, A. P.; RIBEIRO, L. M. L.. Participação em banca de Thamara Rosa. O (NÃO) RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA POLICIAL COMO PRÁTICA BUROCRÁTICA NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM BELO HORIZONTE. 2026. Exame de qualificação (Mestrando em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

2.

MACHADO, E. B. A.; CHIES-SANTOS, M.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; MONTEIRO, V. B.. Participação em banca de MARCUS VINÍCIUS TORRES DE MELO. REPARAÇÃO INDENIZATORIA EM CASO DE TORTURA DE ADOLESCENTES A QUEM SE ATRIBUI A PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL EM PERNAMBUCO. 2026. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco.

3.

SHECAIRA, S. S.; CACICEDO, P.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de ISABELLA PIOVESAN RAMOS. PUNIR SEM PRENDER? As mudanças no policiamento da adolescência e seus impactos na privação de liberdade de adolescentes em São Paulo. 2026. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da USP.

4.

POSSAS, M. T.; BASTOS, L. M.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; CAPPI, R.. Participação em banca de Helena Lins Queiroz dos Santos. Violência policial e verdade jurídica: prisões em flagrante durante a suspensão das audiências de custódia em Salvador em 2020. 2026. Exame de qualificação (Mestrando em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS) - Universidade Federal da Bahia.

5.

TEIXEIRA, A.; DIAS, C.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Michele Ferreira de Oliveira. A organização política de mulheres sobreviventes do cárcere frente ao encarceramento em massa no município de São Paulo. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC.

6.

SINHORETTO, J.; Salla, Fernando; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Francisco Guitler. Prisões e manicômios: um estudo sobre os processos de internação no Manicômio Judiciário de São Paulo entre 1927 e 1933. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

7.

BENVENUTO, J.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**; VALENCA, M. A.. Participação em banca de Gisele Meneses. O CRIME DE TORTURA E A JUSTIÇA CRIMINAL: obstáculos Institucionais e ideológicos à erradicação da tortura e maus tratos. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco) - Universidade Federal de Pernambuco.

8.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SANTOS, L. P.; POSSAS, M. T.; MARIANO, R.. Participação em banca de LARISSA LIMA SANTOS. NEM TUDO, NEM TÃO POUCO: OS DIREITOS HUMANOS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CATÓLICAS. 2024.

9.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; ALVAREZ, M. C.; MEDEIROS, F.. Participação em banca de Fernanda Reis Nunes Pereira. Relatório de Qualificação. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

10.

FULLIN, C.; ALMEIDA, A. O.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE.** Participação em banca de Ussiel Elionai Xavier Filho. ?Atuação da Defensoria Pública da Bahia em casos de violência policial nas audiências de custódia em Salvador (BA) (2018 e 2019)?. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - CIGESP) - Universidade Federal da Bahia.

11.

GERALDO, P. H. B.; LIMA, R. K.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE.** Participação em banca de ANA PAULA PINHEIRO DE ASSUMPÇÃO. UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DOS OPERADORES DO DIREITO NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO) - Universidade Federal Fluminense.

12.

RUI, T. C.; NADAI, L.; DURAQ, S. S. B.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE.** Participação em banca de Marina de Oliveira Ribeiro. Entre jovens, promotoras, polícia e gambiarras: uma etnografia documental sobre inquéritos civis de responsabilização policial. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas.

13.

CAPPI, R.; **POSSAS, M. T.; JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE.** Participação em banca de Alana Nogueira Vieira com. A VERDADE DA POLÍCIA: UMA ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS DE POLICIAIS EM INQUÉRITOS SOBRE MORTES DE CIVIS DECORRENTES DE AÇÃO POLICIAL EM SALVADOR, FINALIZADOS EM 2016. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS) - Universidade Federal da Bahia.

14.

CAPPI, R.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; POSSAS, M. T.** Participação em banca de Maria Teresa Zarif. As teses defensivas dos defensores públicos do Estado da Bahia nos processos de tráfico de drogas. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - PROGESP) - Universidade Federal da Bahia.

15.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; PEREIRA, S. L.. Participação em banca de José Antonio de Oliveira. O CONSUMO DE ARTE E CULTURA POR ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE NA

16.

POSSAS, M.; PRADO, D. N.; CAPPI, R.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Rogério Miguel Rossi. "A percepção dos policiais militares do Núcleo de Prisão em Flagrante de Salvador sobre as audiências de custódia". 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal da Bahia.

17.

Teixeira, Alessandra; **JESUS, M. G. M.**; DIAS, C.. Participação em banca de Walter Luiz Donofrio Sobrinho. O papel do DENARC no combate ao tráfico de drogas no estado de São Paulo. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC.

18.

JESUS, M. G. M.; MACHADO, M.; MACHADO, M.. Participação em banca de Fabio Lopes Toledo. As audiências de custódia no estado de São Paulo e os impactos da presença física da pessoa presa. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade Getúlio Vargas.

19.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; **JESUS, M. G. M.**; SARTI, C.; BANDEIRA, A. L.. Participação em banca de Ana Luiza Villela de Vianna Bandeira. A violência policial nas audiências de custódia: percepções morais sobre quem é a vítima. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Departamento de Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Andréa Angelo Soares dos Santos. A política pública municipal de formação continuada dos profissionais de educação expressa no plano de metas da cidade de São Paulo, no período de 2009 a 2019. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

2.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Eliane Nascimento Nunes Oliveira. Coleta Seletiva e educação ambiental: caminho para sustentabilidade. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

3.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Grazielle Bueno de Melo. Adolescentes em conflito com a lei - principais causas - e eficácia da aplicabilidade da medida sócioeducativa. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

4.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de João Antônio de Almeida Junior. A importância do orçamento participativo na administração pública. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

5.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Joicy de Camargo Maciel dos Santos. MROSC: um estudo de caso a partir da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

6.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Tamires Teixeira dos Santos. Motivação: o estudo da prefeitura de Taboão da Serra. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

7.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Viloma Fátima Freire Caldeira. A gestão pública e a implementação das políticas nacionais de saúde bucal. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

8.

PIERO, A.; RIBEIRO, E.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Wagner Luiz Taques da Rocha. A institucionalização dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como diretriz de políticas públicas municipais. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Gestão Pública) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP.

9.

FOGACA, F. F. S.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Marcos de Jesus da Silva. A COHAB-SP e o seu papel nas Políticas Habitacionais: o problema da necessidade habitacional. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Fe.

10.

FOGACA, F. F. S.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Milena Cristina Raimundo da Rocha. Bilhete Único: uma solução para a mobilidade na cidade de Guarulhos. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Fe.

11.

FOGACA, F. F. S.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Rosângela Clénice Biella Teixeira. Educação Fiscal: conscientização da cidadania e da função social do tributo. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Fe.

12.

FOGACA, F. F. S.; **JESUS, M. G. M.**. Participação em banca de Sandro Santos Semensato. Fiscalização Tributária: um diagnóstico do município de Guarulhos. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Fe.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; BASTOS, L. M.; OLIVEIRA, V. N. E.. Participação em banca de BRUNO CORDEIRO LANGNER. 10 ANOS DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná.

2.

MELO, D. L. B.; BENETTI, P.; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE**. Participação em banca de Raíssa Virgínia de Jesus Souza Ribeiro. A Atuação dos Mecanismos de Proteção e Combate à Tortura no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Instituto de Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

3.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; RUSEISHVILI, S.. Participação em banca de Bruna Soares dos Santos. ?Brasil no limiar do direito internacional dos refugiados: o Itamaraty e a recepção dos apátridas russos da China (1949 ? 1964)?. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos.

4.

JESUS, M. G. M.. Participação em banca de Mariana Celano de Souza Amaral. Policiais como testemunhas em processo de tráfico de drogas: desvendando a construção de harmonias. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da USP.

5.

JESUS, M. G. M.. Participação em banca de Marcela Romboli Farina. O processo de elaboração da Lei nº 11.343/06 e o papel do Partido dos Trabalhadores na criminalização do tráfico de drogas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da USP.

6.

JESUS, M. G. M.. Participação em banca de Luisa Musatti Cyrtrynowicz. Indulto do dia das mães de 2017: estudo sobre a aplicabilidade do decreto de indulto. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da USP.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Prêmio Pesquisas Inovadoras em Violência de Gênero da UFRGS. 2026. Observatório da Violência de Gênero da UFRGS.

2.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Concurso Brasileiro de Teses & Dissertações em Ciências Sociais. 2026. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

3.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; **JESUS, M. G. M.**; Hildebrand, Amanda; Rocha, Thiago Thadeu da; LACERDA, Larissa Gdynia; FERNANDES, Maria Cristina Jakimiak; BLOTTA, Vitor. Concurso de desenhos - ANDHEP. 2012. Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação.

4.

BLOTTA, Vitor; BITTAR, E.; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; **JESUS, M. G. M.**. Comissão de Monografias - V Cocurso de Monografia da ANDHEP. 2012. Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação.

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

1º Seminário Integrador do Curso de Especialização de Políticas Penais. Mesa Redonda 3 ? A gestão de políticas penais de meio aberto. 2026. (Seminário).

2.

IV Jornada de Políticas Públicas da UFSCar (IV JPP) e I Jornada Paulista de Políticas Públicas (I JPPP). MR 09: Políticas Públicas em Prisões. 2026. (Outra).

3.

Lançamento Dossiê Thaís Lemos Duarte: pesquisas e escritos sobre violência, justiça e tortura. Lançamento Dossiê Thaís Lemos Duarte: pesquisas e escritos sobre violência, justiça e tortura. 2026. (Outra).

4.

Tortura: Desafios para a prevenção, responsabilização e garantia de direitos. A construção social da tortura: Perspectivas teóricas e pesquisas empíricas no Brasil. 2026. (Outra).

5.

XXXV Congresso Latino Americano - ALAS. Parábolas Judiciárias: Entre crises e reações. 2026. (Congresso).

6.

XXXV Congresso Latino Americano de Sociologia - ALAS. Sessão 06 - Polícia: letalidade, controle e confiança institucional. 2026. (Congresso).

7.

XXXV Congresso Latino Americano de Sociologia - ALAS. Sessão 05 - Ilegalismos corporativos e regulação econômica. 2026. (Congresso).

8.

XXXV Congresso Latino Americano de Sociologia - ALAS. Sessão 11 - Infância, adolescência e justiça juvenil. 2026. (Congresso).

9.

10 Anos das Audiências de Custódia - Lab.CRIV/UFRN. Diagnóstico dos 10 anos de audiência de custódia sob os olhares da pesquisa. 2025. Anexo Currículo (2051747) SEI 2026/0033293 / pg. 86

(Outra).

10.

22º Congresso Brasileiro de Sociologia. 2025. (Congresso).

11.

22º Congresso Brasileiro de Sociologia. Justiça cega? A tortura contra adolescentes e o silêncio da magistratura brasileira. 2025. (Congresso).

12.

22º Congresso Brasileiro de Sociologia. GT19:Sociologia do Direito. 2025. (Congresso).

13.

22º Congresso Brasileiro de Sociologia. A medida da liberdade: análise de aplicação de medidas cautelares pela justiça de Belo Horizonte. 2025. (Congresso).

14.

49 Encontro Anual da ANPOCS.Dois contra um? as convergências entre promotores e juízes nas audiências de custódia em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (2021-2023). 2025. (Encontro).

15.

49 Encontro Anual da ANPOCS.GT69. Violência, punição e direitos humanos: abordagens teóricas e análises empíricas. 2025. (Encontro).

16.

49 Encontro Anual da ANPOCS.Uma década de Audiências de Custódia: desigualdades regionais e desafios à efetivação dos direitos. 2025. (Encontro).

17.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENCARCERAMENTO E ASSIMETRIAS FEDERATIVAS EM PERSPECTIVA COMPARADA NO BRASIL E NO EXTERIOR.VENTRILOQUISMO PROBATÓRIO: A ?CONFISSÃO INFORMAL? NOS PROCESSOS DE TRÁFICO DE DROGAS. 2025. (Seminário).

18.

IX Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.Mesa Redonda 1 - Dez Anos das Audiências de Custódia no Brasil. 2025. (Seminário).

19.

IX Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.GT12: Graves violações de direitos humanos e tortura em unidades de privação de liberdade. 2025. (Seminário).

20.

IX Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.GT12: Graves violações de direitos humanos e tortura em unidades de privação de liberdade. 2025. (Seminário).

21.

IX Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.Entre a norma e a dor: a ausência de proteção às pessoas vítimas de tortura nas legislações da América Latina. 2025. (Seminário).

22.

IX Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. 2025. (Seminário).

23.

Lançamento da Revista Parlamento e Sociedade.Lançamento da Revista Parlamento e Sociedade. 2025. (Outra).

24.

Pré-Conferência Regional de São Carlos ? X Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.Eixo de Situação Carcerária. 2025. (Outra).

25.

Pré-Conferência Regional de São Carlos ? X Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.Eixo de Situação Carcerária. 2025. (Outra).

26.

Seminário Internacional Ganhar a Vida na América Latina.?Vai do meu esforço?: o corre e a instabilidade do trabalho nas periferias de São Paulo. 2025. (Seminário).

27.

V Congresso da Rede Internacional de Estudos Culturais. Gênero, família e os modos de ganhar a vida. 2025. (Congresso).

28.

29.

X ENCONTRO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DO PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA (PPGD/UVA). VENTRILOQUISMO PROBATORIO: A ? CONFISSÃO INFORMAL? NOS PROCESSOS DE TRÁFICO DE DROGAS. 2025. (Encontro).

30.

XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito - 2025. Quando o juiz é julgado: disputas institucionais, legitimidade e ideológicas no controle do conteúdo das decisões. 2025. (Encontro).

31.

XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito - 2025. Audiências de custódia e violência de gênero: uma análise comparada entre São Paulo e Rio de Janeiro (2021?2023). 2025. (Encontro).

32.

XIV Encontro de Pesquisa Empírica em Direito - 2025. GT07 - Justiça e Sociedade: Perspectivas Sociológicas sobre o Direito. 2025. (Encontro).

33.

XXXI Congresso de Iniciação Científica, XVI Congresso de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e IV Congresso de Iniciação Científica do Ensino Médio. 2025. (Congresso).

34.

24th Annual Conference of the European Society of Criminology. Policing under hardine: A case study of lethal operations in São Paulo's coastal region. 2024. (Congresso).

35.

24th Annual Conference of the European Society of Criminology. Policing under hardine: A case study of lethal operations in São Paulo's coastal region. 2024. (Congresso).

36.

24th Annual Conference of the European Society of Criminology. Policing under hardine: A case study of lethal operations in São Paulo's coastal region. 2024. (Congresso).

37.

2º Seminário Repensando a Guerra às Drogas.Tráfico e standard probatório: testemunho policial, busca pessoal, ingresso domiciliar e câmeras corporais. 2024. (Seminário).

38.

2º Seminário Repensando a Guerra às Drogas.Tráfico e standard probatório: testemunho policial, busca pessoal, ingresso domiciliar e câmeras corporais. 2024. (Seminário).

39.

48º Encontro Anual ANPOCS.GT39. Instituições judiciais e relações entre direito, política e sociedade. 2024. (Encontro).

40.

48º Encontro Anual da ANPOCS.MR28. 40 anos da Convenção Contra Tortura da ONU: impactos e desafios no Brasil. 2024. (Encontro).

41.

48º Encontro Anual da ANPOCS.O Panorama das Audiências de Custódia em São Paulo e no Rio de Janeiro. 2024. (Encontro).

42.

48º Encontro Anual da ANPOCS.O Panorama das Audiências de Custódia em São Paulo e no Rio de Janeiro. 2024. (Encontro).

43.

48º Encontro Anual da ANPOCS.MR28. 40 anos da Convenção Contra Tortura da ONU: impactos e desafios no Brasil. 2024. (Encontro).

44.

9º Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.GT - VII - Violência, Criminalidade e Direitos. 2024. (Seminário).

45.

IX Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. O PROCESSO HISTÓRICO DE EXPANSÃO E CONTRAÇÃO DO IMAGINÁRIO POLÍTICO DOS DHS. 2024. (Congresso).

46.

47.

Seminário | Política de Prevenção e Combate à Tortura.Política de Prevenção e Combate à Tortura. 2024. (Seminário).

48.

Seminário | Política de Prevenção e Combate à Tortura.Política de Prevenção e Combate à Tortura. 2024. (Seminário).

49.

Uma questão de fundo importante: como conciliar a independência do Poder Judiciário, que se manifesta através da sua autonomia administrativa e decisional, e o controle de suas atividades e membros (TOMIO, FILHO, 2012)?.Operações Policiais em São Paulo: O caso da Operação Escudo na Baixada Santista. 2024. (Seminário).

50.

VIII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.40 anos de Convenção Contra a Tortura. 2024. (Seminário).

51.

VIII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.Operações Policiais em São Paulo: O caso da Operação Escudo na Baixada Santista. 2024. (Seminário).

52.

XIII EPED - Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.Tortura: propondo a abertura de uma categoria dogmática a partir do ponto de vista do adolescente. 2024. (Encontro).

53.

XIII EPED - Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.Tortura: propondo a abertura de uma categoria dogmática a partir do ponto de vista do adolescente. 2024. (Encontro).

54.

XI Seminário Internacional InEAC. Entre imagens: uma análise comparativa entre câmeras de vigilância e câmeras corporais no Sistema de Justiça. 2024. (Congresso).

55.

56.

1º Seminário sobre Violência Institucional e seus reflexos no atendimento socioeducativo. A violência institucional pratica no atendimento inicial de adolescentes autores de ato infracional: conhecendo melhor o fenômeno. 2023. (Seminário).

57.

21º Congresso Brasileiro de Sociologia. 2023. (Congresso).

58.

21º Congresso Brasileiro de Sociologia. MR05 - A Sociologia do Direito no Brasil: um balanço. 2023. (Congresso).

59.

21º Congresso Brasileiro de Sociologia. ??Body cams? e os operadores do direito: solicitação de imagens das ações policiais em audiências de custódia de São Paulo?. 2023. (Congresso).

60.

21º Congresso Brasileiro de Sociologia. Eleições, redes sociais e o Supremo Tribunal Federal: a presença de Ministros no Twitter. 2023. (Congresso).

61.

47º Encontro Anual da ANPOCS. 2023. (Encontro).

62.

47º Encontro Anual da ANPOCS. Eixo Rio - São Paulo: análises comparativas das audiências de custódia nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. 2023. (Encontro).

63.

47º Encontro Anual da ANPOCS. Juiz não é feito pra criar problemas, mas pra resolver: os procedimentos administrativos contra magistrados por negligência. 2023. (Encontro).

64.

CONGRESSO DE PÓS-DOUTORANDOS DA USP. A legitimidade entre a instituição policial e a judiciária: uma análise das audiências de custódia. 2023. (Congresso).

65.

CONGRESSO DE PÓS-DOUTORANDOS DA USP. A legitimidade entre a instituição policial e a judiciária: uma análise das audiências de custódia. 2023. (Congresso).

66.

VIII Encontro Nacional de Antropologia do Direito. Juiz não gosta de confusão: manifestação política e legitimidade da poder judiciário. 2023. (Encontro).

67.

VIII Encontro Nacional de Antropologia do Direito. GT 03: Controle social, crime e punição. 2023. (Encontro).

68.

VII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. MR03: Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos: a privação de liberdade e suas questões.. 2023. (Seminário).

69.

Workshop Internacional Conceitualizando punição: prisões, famílias e comunidades. Conceitualizando punição: prisões, famílias e comunidades. 2023. (Outra).

70.

XII Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.: Sociologia Política Do Direito ? Agentes E Práticas. 2023. (Encontro).

71.

46º Encontro Anual da ANPOCS. Mesa-Redonda Pesquisa nacional de ações criminais por tráfico de drogas: resultados, discussões e agendas. 2022. (Encontro).

72.

46º Encontro Anual da ANPOCS. 2022. (Encontro).

73.

46º Encontro Anual da ANPOCS. Violência na apreensão em flagrante e a dicotomia do sistema: uma discussão sobre as oitivas informais de adolescentes e as audiências de custódia. 2022. (Encontro).

74.

46º Encontro Anual da ANPOCS. "Juiz cuspidor de sentença": a produtividade judicial e a auto legitimidade dos magistrados na cidade de São Paulo. 2022. (Encontro).

75.

Formação ? Atendimento inicial integrado no sistema socioeducativo. Painel V. Prevenção à tortura e procedimentos no fluxo de atendimento inicial. 2022. (Outra).

76.

Pontos Cegos da Tortura: A suspensão das audiências de custódia durante a pandemia em São Paulo. Apresentação da Pesquisa Pontos Cegos da Tortura: A suspensão das audiências de custódia durante a pandemia em São Paulo. 2022. (Outra).

77.

VI Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. MR03 ? Justiça e Carandiru. 2022. (Seminário).

78.

VI Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. GT 9 - Violações de direitos humanos no sistema prisional. 2022. (Seminário).

79.

Webinário Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. "Tráfico de drogas como pior forma de trabalho infantil?". 2022. (Seminário).

80.

Webinário Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil. Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil. 2022. (Outra).

81.

XI ENCONTRO DE PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO. Suprema rede: a atuação de ministros do Supremo Tribunal Federal em plataformas sociais.. 2022. (Encontro).

82.

"Conversa com autor". "Tortura como marca cotidiana: narrativas sobre os serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo".. 2021. (Outra).

83.

20º Congresso Brasileiro de Sociologia. A extensão e os limites da desconfiança entre o Judiciário e a Polícia: um balanço da literatura.

2021. (Congresso).

84.

3º Congresso de Ciências Criminais na Sociedade Contemporânea da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Segurança Pública e Administração da Justiça Criminal. 2021. (Congresso).

85.

45º Encontro Anual da ANPOCS. Conceituações plásticas sobre tortura: disputas e consensos a respeito dessa violência estatal. 2021. (Encontro).

86.

Formação Tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. Fluxos de encaminhamento dos adolescentes. 2021. (Oficina).

87.

Formação Tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. Contexto Geral: Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil. 2021. (Oficina).

88.

IV ISA FORUM OF SOCIOLOGY. Control Interno Del Poder Judicial, Legitimidad y Auto Legitimidad.. 2021. (Outra).

89.

Justiça Criminal e Direitos Humanos. Justiça Criminal e Direitos Humanos. 2021. (Outra).

90.

Lançamento do Dossiê da Revista de Estudos Empíricos em Direito "Caminhos e descaminhos da prevenção à tortura: quais obstáculos devemos ultrapassar?". Dossiê da Revista de Estudos Empíricos em Direito "Caminhos e descaminhos da prevenção à tortura: quais obstáculos devemos ultrapassar?". 2021. (Outra).

91.

Lançamento do Relatório Tortura como Marca Cotidiana: Narrativas Sobre os Serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Apresentação do relatório. 2021. (Outra).

92.

93.

VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO INEAC: POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS E CONFLITOS, EM TEMPOS DE PANDEMIA.AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA E AS ?CERIMÔNIAS DE DEGRADAÇÃO DO STATUS?: ANÁLISES DAS INTERAÇÕES NO CONTATO ENTRE CUSTODIADOS E JUIZES. 2021. (Seminário).

94.

Workshop Protection of Survivors of Torture.Mothers, protection and care amongst communities affected by torture and state violence in Brazil. 2021. (Outra).

95.

11º CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS ? JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E REFORMAS PENAIIS EM TEMPOS DE PANDEMIA. O papel da vítima no processo penal: recuperando uma experiência de pesquisa. 2020. (Congresso).

96.

28 Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP.Mesa 6 Violência, polícia e segurança. 2020. (Simpósio).

97.

44º Encontro Anual ANPOCS.Audiência de custódia e seus limites: análise comparativa entre duas gestões (2015 - 2019). 2020. (Encontro).

98.

6º Seminário Discente do PPGS-USP.Mesa 6 Violência, polícia e segurança. 2020. (Seminário).

99.

6º Seminário Discente do PPGS-USP.ST6 Entre violências e criminalizações: punição e encarceramento em massa no Brasil contemporâneo. 2020. (Seminário).

100

.

A luta contra a tortura foi tema de debate em IREE Webinar.A luta contra a tortura foi tema de debate em IREE Webinar. 2020. (Outra).

101

.

Simpósio "Tortura e Sistema prisional: uma questão a se pensar". 2020. (Simpósio).

102

.

Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP.Mesa 6 Violência, polícia e segurança. 2020. (Simpósio).

103

.

19º Congresso Brasileiro de Sociologia. "Ser juiz?: trajetória, autoridade e auto-legitimidade no judiciário paulistano". 2019. (Congresso).

104

.

43º ANPOCS.ST43 Violência, punição e controle social: novas perspectivas de pesquisa e de análise. 2019. (Encontro).

105

.

43º ANPOCS.Mesa Redonda: Drogas: Alguns efeitos da sua proibição. 2019. (Encontro).

106

.

43º ANPOCS.Narrativas entorpecidas: a produção policial dos flagrantes de tráfico de drogas. 2019. (Encontro).

107

.

As drogas no banco dos réus.Descriminalização da posse para uso e o RE 635.659. 2019. (Outra).

108

.

IX EPED - Encontro de Estudos Empíricos em Direito. GT 33 ? SOCIOLOGIA POLITICA DO DIREITO ? AGENTES E PRATICAS. 2019. (Congresso).

109

.

VI ENADIR.Entorpecendo os juízos: um reportório de crenças sobre os testemunhos policiais nos processos criminais de tráfico de drogas. Anexo Currículo (2051747) SEI 2026/0033293 / pg. 97

2019. (Encontro).

110

.

V Seminário Discente PPGS.GT 5 - Violência, punição e segurança. 2019. (Seminário).

111

.

V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão.GT 11 - Graves violações dos direitos humanos na prisão. 2019. (Seminário).

112

.

Curso de Preparação à Carreira de Defensor/a Público/a."O que está no mundo não está nos autos". 2018. (Outra).

113

.

Drogas e segurança pública: é hora de descriminalizar?.Narrativa policial nos processos de tráfico de drogas. 2018. (Outra).

114

.

II Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais. GT Segurança Pública e Seletividades. 2018. (Congresso).

115

.

IV Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia USP.GT 3 - Segurança Pública e Administração da Justiça. 2018. (Seminário).

116

.

IX Congresso Internacional da ABraSD - Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. Verdade jurídica ou verdade policial? O caso dos processos de tráfico de drogas no sistema de justiça criminal. 2018. (Congresso).

117

.

IX Congresso Internacional da ABraSD - Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. Verdade jurídica ou verdade policial? O caso dos processo de tráfico de drogas no sistema de justiça criminal. 2018. (Congresso).

118

.

Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. Educação dos profissionais de segurança pública e justiça. 2018. (Seminário).

119

.

11º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.... 2017. (Encontro).

120

.

11º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Audiências de Custódia: limites e possibilidades. 2017. (Encontro).

121

.

18º Congresso de Sociologia SBS. A polícia prende, a audiência de custódia solta. 2017. (Congresso).

122

.

18º Congresso de Sociologia SBS. A pesquisa sobre o fluxo da justiça criminal: teoria, objeto e método. 2017. (Congresso).

123

.

10 Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Sessão 21 - Audiências de Custódia e seus resultados - Discursos policiais sobre as audiências de custódia -. 2016. (Encontro).

124

.

40º Encontro Anual da ANPOCS. A verdade jurídica dos casos de acusação por tráfico de drogas: o campo de imunidade da narrativa policial na justiça criminal. 2016. (Encontro).

125

.

II Seminário sobre Tortura e Violência no Sistema Prisional e no Sistema de Cumprimento de Medidas Socioeducativas. Apresentação da Pesquisa. 2016. (Seminário).

126

.

Levando o Sistema de Justiça a Sério.Campo de imunidade da narrativa policial. 2016. (Seminário).

127

.

Mesa de Debates do IBCCRIM.Violência e Letalidade policial: Os crimes de Maio. 2016. (Outra).

128

.

21º Seminário Internacional do IBCCRIM.Crime de tortura no sistema de justiça criminal. 2015. (Seminário).

129

.

39º Encontro da ANPOCS.Indicadores de violência institucional: medindo a violência do Estado. 2015. (Encontro).

130

.

Asociación Latinoamericana de Sociología - ALAS. Tutela de direitos ou tutela de 'sujeitos'? Tensões na construção da legitimidade do Conselho Tutelar. 2015. (Congresso).

131

.

IV Encontro Nacional de Antropologia do Direito.Narrativas policiais: a construção da verdade jurídica nos casos de tráfico de drogas. 2015. (Encontro).

132

.

Oficina com o Alto Comissariado da ONU.Boas práticas do CNPCT. 2015. (Oficina).

133

.

O impacto da Lei de Drogas sobre os Sistemas de Justiça, Penitenciário e de Saúde.A Lei de Drogas, polícia e segurança pública. 2015. (Seminário).

134

.

Para que nunca mais aconteça - debates sobre tortura, sua prevenção e combate no Brasil.Cenários contemporâneas de Tortura - IBCCRIM. 2015. (Outra).

135

.

Prevenção da Tortura: O que precisamos para criar mecanismos independentes no Brasil?.Independência financeira do Mecanismo de Prevenção à Tortura. 2015. (Seminário).

136

.

V Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.Indicadores de tortura: jurisprudências como fontes de dados. 2015. (Encontro).

137

.

A maconha além das guerra às drogas.A guerra às drogas e as cidades insustentáveis. 2014. (Seminário).

138

.

Discussões multidisciplinares sobre uso, abuso e dependência de drogas.Drogas e encarceramento provisório: que fenômeno é este?. 2014. (Seminário).

139

.

International Sociological Association. Political Decisions in the Area of Public Security and the Action of Death Squads: The Case of the Violence Crisis in 2012 in São Paulo, Brazil. 2014. (Congresso).

140

.

IV Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão. O protagonismo do Estado na prática da tortura. 2014. (Congresso).

141

.

Laboratório de Ciências Criminais.O crime de tortura e a justiça criminal. 2014. (Outra).

142

.

Laboratório de Ciências Criminais - IBCCRIM.O crime de tortura e a justiça criminal. 2014. (Outra).

143

.

144

.

Seminário de Perícia Independente em Direitos Humanos.Perícia independente e Direitos Humanos. 2014. (Seminário).

145

.

Tortura: passado, presente e futuro.Tortura: violência obscura. 2014. (Outra).

146

.

Violação de Direitos Humanos pelo Estado - da ditadura de 64 aos dias atuais.Diagnósticos da prática da tortura no Brasil - conhecer para mudar. 2014. (Seminário).

147

.

2º Seminário FEAC "Sistema de Garantia de Direitos - Avanços e desafios".Eixo de Promoção de Direitos. 2013. (Seminário).

148

.

Criminalização do Menor e a Redução da Maioria Penal.Criminalização da Juventude. 2013. (Outra).

149

.

Curso de Direitos Humanos.História, Declarações, Estatutos, Leis acerca dos Direitos Humanos. 2013. (Oficina).

150

.

Curso de Direitos Humanos.História, Declarações, Estatutos, Leis acerca dos Direitos Humanos. 2013. (Oficina).

151

.

Direitos Humanos - Curso Técnico em Gestão Pública.Direitos Humanos na perspectiva da militância. 2013. (Seminário).

152

.

I Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.? A naturalização da prática da tortura na sociedade brasileira e os desafios para seu enfrentamento. 2013. (Encontro).

153

.

III Encontro Nacional de Antropologia do Direito.Culpado ou inocente? Tanto faz: análise do julgamento de homicídio no Tribunal do Juri da Cidade de São Paulo. 2013. (Encontro).

154

.

I Seminário ? Juventude Negra, Racismo e Direitos Humanos: Juventude Viva.Extermínio e criminalização da juventude negra. 2013. (Seminário).

155

.

I Seminário ? Juventude Negra, Racismo e Direitos Humanos: Juventude Viva.Extermínio e criminalização da juventude negra. 2013. (Seminário).

156

.

Pré-Conferência da Regional Central, Criminal e Infância e Juventude Capital.Pré-Conferência da Regional Central, Criminal e Infância e Juventude Capital. 2013. (Outra).

157

.

Semana Intercursos FMU.Tortura e violência na sociedade autoritária: uma violação de direitos humanos. 2013. (Oficina).

158

.

Seminário ?Justiça e Direito Igual para Todos?.?Justiça e Direito Igual para Todos?. 2013. (Seminário).

159

.

XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. A centralidade da narrativa policial nos casos de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. 2013. (Congresso).

160

.

20 anos de Carandiru: memória e presença. Política de drogas no Brasil. 2012. (Outra).

161

.

7º Encontro Andhep - Direitos Humanos e Acesso à Terra. GT 11 ? Estado, Conflitos e Acesso à Terr. 2012. (Encontro).

162

.

A Prisão Provisória no Rio de Janeiro e em São Paulo. Trabalho Policial nos Casos de Flagrantes em São Paulo. 2012. (Seminário).

163

.

III Seminário de Estudos Prisionais, Controle Social e Violência. A cumplicidade entre o trabalho policial e da justiça criminal nos casos de tráfico de drogas em São Paulo. 2012. (Seminário).

164

.

I Seminário sobre Segurança Pública "Direitos Humanos para Todos. Segurança Pública e Direitos Humanos. 2012. (Seminário).

165

.

Prisão Provisória e Seletividade. Trabalho policial nos casos de flagrante. 2012. (Seminário).

166

.

Prisão Provisória e Seletividade. 2012. (Seminário).

167

.

Reflexões sobre a Lei de Drogas e a atuação da Defensoria Pública. Apresentação e discussão da pesquisa Prisão Provisória e Lei de Drogas. 2012. (Outra).

168

.

XI Semana Acadêmica do Curso de Serviço Social da Faculdade de Maua. Memória e Verdade. 2012. (Outra).

169

.

34º Encontro Anual da Anpocs. A prisão provisória: punição antecipada? Análise de casos de tráfico de drogas. 2011. (Encontro).

170

.

Encuentro Latinoamericano sobre Justicia Previa al Juicio. Prisão Provisória e Lei de Drogas no Brasil. 2011. (Encontro).

171

.

II Enadir - Encontro Nacional de Antropologia do Direito. Violência contra a mulher e sistema de justiça criminal. 2011. (Encontro).

172

.

Laboratório de Ciências Criminais. Metodologia de Pesquisa Empírica. 2011. (Seminário).

173

.

Simpósio de Direitos Humanos. A questão da mulher e os direitos humanos. 2011. (Simpósio).

174

.

Taller sobre prisión preventiva. Prisão Provisória e Lei de Drogas no Brasil. 2011. (Oficina).

175

.

V Semana de reflexão jurídico. O tráfico de drogas e a seletividade da justiça. 2011. (Seminário).

176

.

Mesa de Estudos e Debates do IBCCRIM.O crime de tortura e a justiça criminal: um estudo dos processos de tortura na cidade de São Paulo. 2010. (Outra).

177

.

Seminário de Socialização dos Cursos do PEC-Osasco.Educação em Direitos humanos. 2010. (Seminário).

178

.

Seminário Pensando o Direito.O papel da vítima no processo penal. 2010. (Seminário).

179

.

Tortura Ontem e Hoje.Tortura Ontem e Hoje. 2009. (Outra).

180

.

V Encontro Anual da ANDHEP.O crime de tortura e a justiça criminal. 2009. (Encontro).

181

.

Congresso Brasileiro dos Direitos da Criança e do Adolescente. Direito à Proteção Integral e Proteção Especial. 2008. (Congresso).

182

.

Conseil Internacional. 2008. (Encontro).

183

.

Curso de Formação em Direitos Humanos para Gestores de Municípios do Estado de Minas Gerais."Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos". 2008. (Outra).

184

.

Curso de Formação em Direitos Humanos para Gestores de Municípios do Estado de Minas Gerais.Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. 2008. (Outra).

185

.

I Simpósio de Pesquisa de Pós-Graduandos em Sociologia USP, UNICAMP e UFSCAR.O crime da tortura e a justiça criminal: um estudo dos processos de tortura na cidade de São Paulo. 2008. (Simpósio).

186

.

IV Encontro Anual da ANDHEP.A continuidade da tortura na América Latina e o caso brasileiro. 2008. (Encontro).

187

.

O mal estar no século XXI: discussões em Psicologia."Violência Doméstica". 2008. (Seminário).

188

.

Seminário Internacional sobre a Tortura.**. 2008. (Seminário).

189

.

V Seminário Direitos Humanos no Século XXI & VII Semana da Mulher "Educação, Direitos Humanos e Segurança Pública".Tortura: a dor infligida à vida 'sem direitos'. 2008. (Seminário).

190

.

III Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação. 2007. (Encontro).

191

.

IV Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB.ANDHEP. 2007. (Seminário).

192

.

193

.

Seminário Internacional - Democracia e Crime Organizado. 2007. (Seminário).

194

.

II Encontro Anual da ANDHEP. 2006. (Encontro).

195

.

I Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos.I Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos ? ANDHEP. 2005. (Encontro).

196

.

Seminário Internacional Hanseníase e Direitos Humanos.Seminário Internacional Hanseníase e Direitos Humanos ? ONU/NEV. 2005. (Seminário).

197

.

Seminário Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura/ONU ?.Seminário Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura/ONU ? CEJIL/CTV/APT. 2005. (Seminário).

198

.

Conferência Estadual de Direitos Humanos.Conferência Estadual de Direitos Humanos. 2004. (Outra).

199

.

Conferência Municipal de Direitos Humanos.Conferência Municipal de Direitos Humanos. 2004. (Outra).

200

.

Encontro Regional do Movimento Nacional de Direitos Humanos.Encontro Regional do Movimento Nacional de Direitos Humanos. 2004. (Encontro).

201

.

II Encontro ?A Mulher no Sistema Carcerário?.II Encontro ?A Mulher no Sistema Carcerário?. 2004. (Encontro).

202

.

IX Conferência Nacional de Direitos Humanos.IX Conferência Nacional de Direitos Humanos. 2004. (Outra).

203

.

Lançamento do Livro: ?Tortura no Brasil: Implementação das Recomendações do Relator da ONU?.Lançamento do Livro: ?Tortura no Brasil: Implementação das Recomendações do Relator da ONU?.-CTV/ACAT. 2004. (Outra).

204

.

Seminário Educação e Direitos Humanos ?.Seminário Educação e Direitos Humanos ? CEU Rosa da China/Sapopemba. 2004. (Seminário).

205

.

Seminário Escola Aberta- Valorização da Vida.Seminário Escola Aberta-Valorização da Vida ? Coordenadoria de Educação de Pirituba. 2004. (Seminário).

206

.

Seminário Internacional Democracia e Desigualdade ?.Seminário Internacional Democracia e Desigualdade ? USP/ PNUD/NEV. 2004. (Seminário).

207

.

XIII Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos.XIII Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos. 2004. (Encontro).

208

.

Encontro de operadores do direito, voluntários, organizações sociais e acadêmicos de direito: Assistência Judiciária Integral, um caminho para o acesso à justiça/ SP.Encontro de operadores do direito, voluntários, organizações sociais e acadêmicos de direito: Assistência Judiciária Integral, um caminho para o acesso à justiça/ SP. 2003. (Encontro).

209

.

II Encontro "A mulher no sistema prisional".Participação e apoio. 2003. (Encontro).

210

.

III Fórum Social Mundial.III Fórum Social Mundial. 2003. (Outra).

211

.

Seminário Internacional : Trafico de Mulheres.Seminário Internacional : Trafico de Mulheres. 2003. (Seminário).

212

.

10º Simpósio Internacional de Iniciação Científica.10º Simpósio Internacional de Iniciação Científica. 2002. (Simpósio).

213

.

II Fórum Social Mundial.II Fórum Social Mundial. 2002. (Outra).

214

.

Os Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.Sistema de proteção internacional dos direitos humanos. 2002. (Seminário).

215

.

9º Simpósio Internacional de Iniciação Científica ? 9º Simpósio Internacional de Iniciação Científica ? SIICUSP ? USP. 2001. (Simpósio).

216

.

? São Paulo Sem Medo?.Palestras sobre a questão da Segurança Publica de São Paulo ? São Paulo Sem Medo?. 2000. (Outra).

217

.

8º Simpósio Internacional de Iniciação Científica ? 8º Simpósio Internacional de Iniciação Científica ? SIICUSP ? USP. 2000. (Simpósio).

1.

BAZAN, C. ; SALINAS, J. C. ; RIBEIRO, L. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; FONTAINHA, F. . GT 10. Estudos Sociojurídicos e Instituciones. 2026. (Congresso).

2.

MELO, F. A. L. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; CRUZ, F. N. B. ; SINHORETTO, J. ; DYNA, E. A. M. ; CEDRO, A. S. S. ; ALMEIDA, O. R. F. ; DEMARI, N. V. ; FELTRIN, L. H. D. . 1º Seminário Integrador do Curso de Especialização em Políticas Penais. 2026. (Outro).

3.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; GOMES, M. S. ; GIVÍSIEZ, F. ; GODOI, R. ; MALLART, F. ; MALVEZZI, P. . Caminhos e descaminhos da prevenção à tortura: quais obstáculos devemos ultrapassar?. 2021. (Outro).

4.

BANDEIRA, A. L. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . GT23 - Violência policial e o sistema de justiça criminal. 2021. (Outro).

5.

JESUS, M. G. M.; ALVAREZ, M. ; BALLESTEROS, P. ; SILVESTRE, G. . AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO DA TORTURA. 2020. (Outro).

6.

GERALDO, P. H. B. ; VELLOSO, P. C. P. ; GOMES, M. S. ; **JESUS, M. G. M.** . GT 33 ? SOCIOLOGIA POLITICA DO DIREITO ? AGENTES E PRÁTICAS - IX EPED. 2019. (Congresso).

7.

JESUS, M. G. M.; BLOTTA, V. ; VINCENZI, B. . III Seminário de Pesquisa em Prisão. 2017. (Congresso).

8.

JESUS, M. G. M.; COMPARATO, B. K. . GT Tortura - III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. 2017. (Congresso).

9.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore ; ALMEIDA, Guilherme ; BLOTTA, Vitor ; **JESUS, M. G. M.** . Encontro dos mestrados interdisciplinares em direitos humanos. 2012. (Outro).

10.

JESUS, M. G. M.; Rocha, Thiago Thadeu da ; Lagatta, Pedro Paulo Fernandes ; Hildebrand, Amanda . WORKSHOP Prisão Provisória e Lei de Drogas: identificando obstáculos e oportunidade para maior eficácia. 2011. (Outro).

11.

BITTAR, E. ; ORBAN, Vanessa ; **JESUS, M. G. M.** ; Outros . V Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. 2009. (Congresso).

12.

BITTAR, E. ; ORBAN, Vanessa ; **JESUS, M. G. M.** ; BLOTTA, Vitor ; Outros . IV Encontro Anual da ANDHEP - Democracia, pluralismo e tolerância: a cultura dos Direitos Humanos nos 20 anos de vigência da Constituição Federal de 1988. 2008. (Congresso).

13.

BITTAR, E. ; CARVALHO, Denise ; BLOTTA, Vitor ; **JESUS, M. G. M.** ; SANTOS, Alexandra . III Encontro Anual da ANDHEP - Democracia e educação em Direitos Humanos em época de insegurança. 2007. (Congresso).

14.

BITTAR, E. ; CARVALHO, Denise ; **JESUS, M. G. M.** . II Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos - Direitos Humanos e Cosmopolitismo. 2006. (Congresso).

15.

ALMEIDA, Guilherme ; **JESUS, M. G. M.** ; BRANDÃO, Juliana ; CARVALHO, Denise . I Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação. 2005. (Congresso).

16.

ALMEIDA, Guilherme ; Outros ; **JESUS, M. G. M.** . Seminário Internacional "Democracia e Desigualdade". 2004. (Outro).

Orientações

Tese de doutorado

1.

Fernanda Reis Nunes Pereira. Militarização da Segurança Pública e Circulação do Saber Policial. Início: 2025. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Departamento de Sociologia FFLCH-USP. (Coorientador).

2.

BIANCA ISABEL LOMBARDE SILVA. DISPOSITIVO DE VIGILÂNCIA E ATUAÇÃO POLICIAL: O Uso de Câmeras Corporais nos Casos de Violência Doméstica. Início: 2025. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Departamento de Sociologia FFLCH-USP. (Coorientador).

Iniciação científica

1.

Julia Lopes de Carvalho. O OLHAR DA DEFENSORIA SOBRE A VIOLÊNCIA NO CARCERE: O IMPACTO DA ORDEM DO PCC NO REGISTRO INSTITUCIONAL (2022-2025). Início: 2026. Iniciação científica (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP - Auxílio financeiro.. (Orientador).

2.

Nicole Oliveira Albino. Os sentidos dos direitos humanos nos discursos de policiais civis e militares: uma análise de redes sociais e blogs institucionais. Início: 2026. Iniciação científica (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP - Auxílio financeiro.. (Orientador).

3.

Murilo Paulino Le. A mobilização de imagens das Câmeras Corporais (Bodycams) por parte dos atores do sistema de justiça em São Paulo em casos de suspeitas de violência policial. Início: 2025. Iniciação científica (Graduando em Cech) - Universidade Federal de São Carlos, CNPq PIBIC. (Orientador).

Orientações de outra natureza

1.

Linia de Fátima Perez Camargo. Violência policial contra adolescentes em medida socioeducativa: representações na mídia. Início: 2026. Orientação de outra natureza. Universidade Federal de São Carlos. CAPTA/ProGrad. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Larissa do Prado Tolusso e Ana Carolina Lorentz Carvalho. Participação social no PIU setor central: análise dos instrumentais de participação direta. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pós-Graduação Lato Sensu Curso Legislativo, Território e Gestão Democrática) - Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

2.

Juliana Gonçalves, Marcelo Barbiellini e Maria do Carmo Jacob. Atuação dos primeiros mandatos coletivos eletivos da Câmara Municipal de São Paulo.. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pós-Graduação Lato Sensu Curso Legislativo, Território e Gestão Democrática) - Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

3.

Jady Medeiros Silva e Beatriz Mayumi Toma. Participação social no PIU setor central: análise dos instrumentais de participação direta.. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pós-Graduação Lato Sensu Curso Legislativo, Território e Gestão Democrática) - Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

Iniciação científica

1.

Ana Luisa Violante. Legitimidade do Judiciário e autolegitimidade dos(as) magistrados(as): estudo sobre os órgãos de controle interno. 2025. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

2.

Michelly Andrade Rosa. DIFERENÇAS DE GÊNERO NA INSTAURAÇÃO DE PADs NA MAGISTRATURA. 2024. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia) - Núcleo de Estudos da Violência da USP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP - Auxílio financeiro.. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

3.

Guilherme Tannus Guerra Silva. Os Discursos Médicos nas Publicações da Liga Paulista de Higiene Mental (1928-1930). 2024. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP - Auxílio financeiro.. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

4.

Michelly Andrade Rosa. DIFERENÇAS DE GÊNERO NA INSTAURAÇÃO DE PADs NA MAGISTRATURA. 2023. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia) - Núcleo de Estudos da Violência da USP, Fundação de

5.

THALITA TUANY SANTOS PESSOA. A NECESSIDADE DO ENSINO DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA PUNITIVISTA.. 2021. Iniciação Científica. (Graduando em Laboratório IBCCRIM) - Laboratório Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

6.

Matheus Rodrigues Correa da Silva. Relações internas do judiciário: o Conselho Nacional de Justiça. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia) - Núcleo de Estudos da Violência da USP. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

Orientações de outra natureza

1.

Nicole Oliveira Albino. Violência policial contra adolescentes em medida socioeducativa. 2026. Orientação de outra natureza. (Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas/CECH/UFSCAR, CAPTA/ProGrad/R. Orientador: Maria Gorete Marques de Jesus.

Inovação

Projetos de pesquisa

2023 - 2025

**CAMINHOS DA TORTURA NA JUSTIÇA JUVENIL
BRASILEIRA: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO**

Descrição: A situação dos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional no Brasil é complexa e preocupante. A falta de clareza por parte dos operadores do direito acerca do tema da tortura e das possibilidades de encaminhamentos torna adolescentes ainda mais vulneráveis a terem seus direitos violados. Por isso, este projeto de pesquisa tem como objetivo geral compreender qual o tratamento dado pelo Poder Judiciário aos casos de tortura praticados contra adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional, nas cinco diferentes regiões do país. Devido à natureza do problema e aos desafios envolvidos nesse tipo de temática, a pesquisa utilizará prioritariamente as estratégias da metodologia qualitativa, com elementos quantitativos utilizados como dados auxiliares. Seguindo os parâmetros previstos no edital, o principal método será a observação, a ser realizada nas audiências de apresentação nas cinco diferentes regiões do país, com o objetivo de compreender como as diversas dimensões do elemento tortura podem aparecer no momento da audiência de apresentação e a atuação dos

atores do sistema de justiça em face delas. Além disso, informações complementares serão obtidas nas atas das audiências de apresentação, para comparação e complementação às observações. Soma-se a isso entrevistas semi-estruturadas com atores do sistema de justiça e garantia de direitos, visando a explorar aspectos referentes ao fluxo de atendimento e a relação entre os diferentes órgãos que compõem o sistema de justiça juvenil e socioeducativo..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (5) .

Integrantes: Maria Gorete Marques de Jesus - Integrante / Mariana Chies-Santos - Coordenador / Carolina Ferreira - Integrante / Érica Babini - Integrante / Saylon Alves - Integrante / Debora Piccirillo - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Justiça - Remuneração.

Número de produções C, T & A: 2

Educação e Popularização de C & T

Livros e capítulos

1.

★ **JESUS, M. G. M..** A verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas. 1. ed. Belo Horizonte: D'Placido, 2018. 293p .

1.

JESUS, M. G. M.; JESUS, José . Conhecer para enfrentar: um balanço do histórico de dados sobre tortura no Brasil. In: Vinicius Valentin Raduan Miguel; Salah H. Khaled Jr. (Org.). Direitos Fundamentais na era dos extremos: a exceção como regra. 1ed.Florianópolis: Empório do direito, 2016, v. , p. 301-327.

2.

ANGOTTI, B. ; JESUS, José ; **JESUS, M. G. M. .** Enfrentando la tortura en Brasil: balance de los desafios de la política de prevención y combate a la tortura.. In: Gabriela Irrazábal; Nicolás Dallorso; Claudia Cesaroni; Newvone Costa. (Org.). Gestión de la inseguridad, violencias y sistema penal. 1ed.América Latina: Temperley : Tren en Movimiento, 2018, v. 1, p. 359-379.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

JESUS, M. G. M.. Remédio amargo, receita errada. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 42 - 44, 21 nov. 2014.

2.

JESUS, M. G. M.. Por que é tão difícil apurar denúncias de tortura quando os acusados são policiais?. Justificando, <http://justificando.com>, 30 out. 2015.

3.

JESUS, M. G. M.. A tortura em cadeia: punição parcelada. Justificando, <http://justificando.com>, 23 set. 2015.

4.

GOMES, M. S. ; **JESUS, M. G. M. .** Invisível aos olhos: a violência institucional da tortura contra as mulheres. Justificando, Justificando, 27 nov. 2015.

5.

JESUS, M. G. M.; ZAPATER, M. ; ANGOTTI, B. ; SANZOVO, N. . Violências sobrepostas e não apuradas: um ano do ?caso Verônica Bolina?. Justificando.

6.

JESUS, M. G. M.; BANDEIRA, A. L. . O que as audiências de custódia nos dizem sobre a violência simbólica do Estado?. JUSTIFICANDO, site, p. 1 - 1, 24 jun. 2016.

7.

JESUS, M. G. M.; FERREIRA, C. C. . Vinte anos da Lei de tortura: o que temos a dizer. Justificando, <http://justificando.cartacapit>, 07 abr. 2017.

8.

JESUS, M. G. M.; MALVEZZI, P. . A luta pelo fim da tortura deve ser uma luta pelo fim dos cárceres. Justificando.

9.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. . Como a pandemia escancara o cenário de tortura nas prisões. Ponte Jornalismo, São Paulo, p. . - ., 26 jun. 2020.

10.

DUARTE, THAIS LEMOS ; MARTINO, N. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Por que precisamos falar sobre tortura?. Justificando, online, 21 jan. 2021.

11.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, T. . ?Não é necessário o uso de máscaras?: a tortura cotidiana por parte da

12.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; SILVESTRE, G. ; DUARTE, T. . Tortura como marca cotidiana. Justificando, site, p. . - ., 06 ago. 2021.

13.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; NATAL, A. . Caso Evandro: tortura como trabalho policial. O Estado de S. Paulo, jornal, p. . - ., 11 ago. 2021.

14.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Queremos pão e rosas. Trincheira democrática, <http://www.ibadpp.com.br/novo/>, p. 7 - 9, 01 jun. 2021.

15.

CHIES-SANTOS, M. ; VEIGA, D. P. ; **JESUS, M. G. M.** . TRÁFICO DE DROGAS COMO PIOR FORMA DE TRABALHO INFANTIL E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: POSSIBILIDADES DE AVANÇOS. Boletim Revista do Instituto Baiano de Direito Processual Penal, <http://www.ibadpp.com.br/novo/>, p. 7 - 9, 29 out. 2021.

16.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . O caso Genivaldo Santos e a tortura escancarada. Brasil de Fato, site, p. . - ., 26 jun. 2022.

17.

NATAL, A. ; ALVAREZ, M. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Carandiru: 30 anos do massacre que ainda não acabou. Brasil de Fato, online, p. . - ., 30 set. 2022.

18.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; DUARTE, D. E. . O QUE SABEMOS E O QUE NÃO SABEMOS SOBRE O IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA. Fonte Segura - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Site, p. 1 - 1, 22 nov. 2023.

19.

SIMAS, F. ; FERNANDES, I. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Sem nome, sem rosto, sem justiça. Ponte Jornalismo, Online, p. 1, 26 jun. 2025.

20.

Apresentações de Trabalho

1.

JESUS, M. G. M.. Campo de Imunidade da Narrativa Policial. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

2.

GOMES, D. ; FELTRAN, G. ; **JESUS, M. G. M.** . Eleições e violência nos territórios periféricos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

3.

JESUS, M. G. M.; CRUZ, F. N. . A extensão e os limites da desconfiança entre o Judiciário e a Polícia: um balanço da literatura. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

4.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; CRUZ, F. N. ; GISI, B. ; SANCHEZ, E. ; SILVESTRE, G. . Campo no Judiciário: quando a realização da pesquisa se torna um dado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

5.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. A legitimidade entre a instituição policial e a judiciária: uma análise das audiências de custódia. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Cursos de curta duração ministrados

1.

JESUS, M. G. M.. Sistema de Justiça e a questão das drogas: desafios e dilemas. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

JESUS, M. G. M.. Curso de Direitos Humanos - CDHS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

JESUS, M. G. M.. Educação Popular de Direitos Humanos. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

4.

JESUS, M. G. M.. Curso de preparação à carreira dos defensores públicos - palestra sobre tortura. 2015. .

5.

JESUS, M. G. M.. IV curso brasileiro interdisciplinar de direitos humanos. 2015. .

6.

JESUS, M. G. M.; CALDERONI, V. . Julgando a tortura. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

7.

JESUS, M. G. M.. Tortura: políticas de combate e os mecanismos preventivos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

8.

JESUS, M. G. M.. Direitos Humanos, Segurança Pública e Violência. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

9.

SILVESTRE, G. ; **JESUS, M. G. M. .** II Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

10.

JESUS, M. G. M.. Tortura e responsabilização penal de agentes públicos. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

11.

JESUS, M. G. M.. Sistema prisional brasileiro. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

12.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Justiça criminal e instituições prisionais em debate. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

13.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Curso de preparação à carreira de Defensor/a Público/a. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

14.

JESUS, M. G. M.; SANTOS, M. C. ; SILVESTRE, G. ; CRUZ, F. N. . Métodos e técnicas de pesquisa em Instituições de Segurança Pública, Justiça e de Privação de Liberdade. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

15.

ALVES, R. ; CUBAS, V. ; CRUZ, F. N. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; BRANCO, F. C. . Summer School. CONSTRUINDO A LEGITIMIDADE NO COTIDIANO: O TRABALHO POLICIAL. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

16.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Narrativas policiais e a construção da verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17.

JESUS, M. G. M.. Desafios ao enfrentamento à tortura no Brasil. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. . Desafios ao enfrentamento à tortura no Brasil. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

19.

JESUS, M. G. M.. Especialização em Direito Processual Penal Contemporâneo Aplicado (UCS/IBRASPP). 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

20.

JESUS, M. G. M.. Formação: Tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. 2021. .

21.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. CURSO DE VERÃO XXXV - RECONSTRUIR A VIDA E A SOCIEDADE COM SAUDE PARA TODAS AS PESSOAS. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. XXXIV CURSO DE VERÃO CUIDAR DA CASA COMUM: POR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

23.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Formação ? Atendimento inicial integrado no sistema socioeducativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

24.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. CONSTRUINDO A LEGITIMIDADE NO COTIDIANO: O TRABALHO POLICIAL. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

25.

ALVAREZ, M. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** ; SILVESTRE, G. ; CRUZ, F. N. ; LIMA, A. . Curso de inverno: METODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Política Criminal, Drogas e Encarceramento. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

27.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Webnário Tráfico de Drogas com uma das piores formas de trabalho infantil. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

28.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Módulo I do CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

29.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Formação Jornada Socioeducativa - Prevenção e Combate à tortura. 2023. .

30.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Ação de extensão - Antirracismo e as mobilizações profissionais do campo do direito. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

31.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Capacitação sobre Enfrentamento à Tortura. 2025. .

32.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?Fé Pública dos Agentes Policiais?. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

33.

SINHORETTO, J. ; MELO, F. A. L. ; ZAMBRZYCKI, W. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Aula inaugural. 2026. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

34.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Aula inaugural. 2026. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

35.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?Formação em Prevenção e Combate à Tortura e Inspeções Prisionais?. 2023. .

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

JESUS, M. G. M.; JESUS, José ; WEIS, Carlos ; CALDERONE, V. . Especialistas comentam lei que cria Mecanismo Nacional de Preventivo contra Tortura. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

2.

JESUS, M. G. M.. Socióloga comenta caso de tortura na investigação na morte de Tayná. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

3.

JESUS, M. G. M.. Tortura. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

4.

JESUS, M. G. M.. Especialista fala sobre a jovem democracia do Brasil. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

5.

JESUS, M. G. M.. ?É importante que haja uma mudança cultural?. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

6.

JESUS, M. G. M.. Profissionais da tortura elaboram métodos brutais para arrancar confissões. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

7.

JESUS, M. G. M.. Tortura ainda é prática comum. 2015. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

8.

JESUS, M. G. M.. Violência urbana: um problema para ser resolvido. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

9.

JESUS, M. G. M.. Quase todos os crimes violentos têm relação com drogas?. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

10.

JESUS, M. G. M.. Tortura. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

11.

JESUS, M. G. M.; SA, A. A. . O massacre de presos durante o ano novo no Amazonas manchou de sangue mais uma vez o sistema penitenciário. 2017. 📺

12.

JESUS, M. G. M.. Pesquisadora discute narrativas policiais. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

13.

JESUS, M. G. M.. GT de Violência. 2016. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺

14.

JESUS, M. G. M.. Caso de rapaz chicoteado não foi o primeiro no supermercado Ricoy. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

15.

JESUS, M. G. M.; DUARTE, T. ; RIBEIRO, L. ; CARVALHO, S. ; GIVISIEZ, F. . Tortura é crime cometido todo dia no Brasil e precisa ser combatida, dizem especialistas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

16.

DUARTE, T. ; SANTOS, M. C. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Tortura no socioeducativo em tempos de pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

17.

JESUS, M. G. M.. A Centralidade da Narrativa Policial nos Processos de Tráfico de Drogas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

18.

FELTRAN, G. ; GOMES, D. ; **JESUS, M. G. M.** . Eleições e violência nos territórios periféricos. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

19.

DUARTE, T. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . Conversa com autor. 2021. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

20.

JESUS, M. G. M.; BENETTI, P. ; MELO, J. ; TELES, E. ; BENETIDO, D. . MR41 - Obstáculos a prevenção à tortura no Brasil: quais limites devem ser superados. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

21.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE; VIEIRA, T. . Diálogo com a autora. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

22.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. 30 anos do massacre do Carandiru: por que episódio deve ser lembrado?. 2022. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

23.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. ?Agora eu sou a voz do meu filho?: estudo mostra maternidade ativista como ferramenta de justiça. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

24.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Política de combate às drogas ainda é incipiente para o tamanho do problema no País. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

25.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. 33º episódio do CRISP Entrevista. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

26.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Ministério dos Direitos Humanos estabelece metas para o combate à tortura no sistema prisional. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

27.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Processo de descriminalização de drogas no Brasil busca diferenciar tráfico do uso pessoal. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

28.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Câmeras corporais ajudam a esclarecer casos de repercussão no Brasil. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

29.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Proposta de Emenda Constitucional antidrogas pode alterar o cenário jurídico em vigor no País. 2024. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

30.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Justiça usa câmeras corporais da PM só para confirmar culpa de presos, sugere estudo. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

31.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Da ditadura à democracia, tortura segue praticada e falta punição. 2026. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

32.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Aula inaugural. 2026. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

33.

JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE. Seminário Tortura: Desafios para a Prevenção, Responsabilização e Garantia de Direitos. 2026. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

34.

DOKTER-PALOMO, M. ; CARVALHO, G. M. ; **JESUS, MARIA GORETE MARQUES DE** . A teimosia da Sociologia. 2026. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Redes sociais, websites e blogs

1.

SINHORETTO, J. ; AZEVEDO, R. ; **JESUS, M. G. M.** ; GISI, B. . Justiça Criminal e Direitos Humanos. 2021; Tema: Justiça Criminal e Direitos Humanos. (Site).

2.

JESUS, M. G. M.; GOMES, M. S. ; DUARTE, T. ; MARTINO, N. . Cidadania XXI- Podcast Relatório de Direitos Humanos o Brasil. 2021; Tema: Tortura - sistema construído e desconstruído para enfrentamento - Cidadania XXI - Episódio 2.7. (Site).

3.

JESUS, M. G. M.; GOMES, M. S. ; DUARTE, T. ; MARTINO, N. . Cidadania XXI- Podcast Relatório de Direitos Humanos o Brasil. 2021; Tema: Tortura - enfrentamento, prevenção e omissão do Estado - Cidadania XXI - Episódio 2.6. (Site).

Outras informações relevantes

ID do pesquisador na Web of Science : AIB-2920-2022

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 18/09/2026 às 13:08:23

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



MANIFESTAÇÃO

CERTIFICO que, por conterem dados sensíveis e em atenção à Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), os documentos abaixo listados foram encartados em processo próprio de natureza restrita, de nº SEI 2026/0033289 , o qual permanecerá com acesso franqueado à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública:

- Ficha de palestrante (doc. 2051727)
- Certidões(doc.2051728)
- Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
- Consulta negativa do CADIN ESTADUAL;
- Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo;
- Pesquisa negativa de aplicação de sanções administrativas, emitida pela SeFaz/SP;
- Consulta na Relação de Impedimentos de Contrato / Licitação do TCE-SP;
- Cadastro como Contribuinte da Previdência Social (emissão pela SAOF);
- Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 18/09/2026, às 14:19, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2051748** e o código CRC **312DD1F2**.



MANIFESTAÇÃO

Compete à Escola da Defensoria Pública do Estado, nos termos do que dispõe o artigo 58, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, dentre outras atribuições, ministrar cursos de pós-graduação “latu sensu”, em observância ao art. 3º, inciso VI, do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento interno da EDEPE).

Trata-se do Curso de Pós-Graduação lato sensu promovido pela Defensoria Pública de São Paulo por meio da EDEPE, em observância ao art. 2º, inciso I, da Deliberação da Congregação da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 01 (Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola da Defensoria Pública do Estado - EDEPE)."

Nesse sentido, pretende-se a contratação da/o palestrante **Maria Gorete Marques de Jesus** para o curso “II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais”. A palestrante é Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP. Licenciada e Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH/USP). Pós-doutorado pelo Departamento de Sociologia FFLCH-USP. Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP). Vice-líder do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos - GEVAC. Pesquisadora do INCT-InEAC. É associada da Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP). Desenvolve pesquisas nas áreas de direitos humanos, justiça, punição, tortura, segurança pública e violência.

Conforme é possível verificar nos documentos encartados em 2051727 e 2051747, a/o palestrante detém um currículo e/ou qualificação aptos ao desempenho da referida função.

A contratação em epígrafe representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural de temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, e considerando que a normativa trata de rol meramente exemplificativo; bem como com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, entendo que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Estudo Técnico Preliminar e análise de riscos.

As informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, constarão dos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

Em assim sendo, nos termos do art. 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, entendo conveniente e oportuna a pretensa contratação eis que pertinente às finalidades institucionais da Escola da Defensoria Pública do Estado.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para providências.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 18/09/2026, às 15:43, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2051749** e o código CRC **C7972C2E**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

SACL EDEPE - 2051749v2



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

Objeto:

1.1. Contratação de **Maria Gorete Marques de Jesus** para proferir palestra no “II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais”.

Prazo de vigência e de execução:

1.2. O prazo de vigência da contratação terá início a partir da emissão da Nota de Empenho pela Contratante até o término das obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), sendo limitado ao dia 31/12/2026, momento em que se resolverá de pleno direito.

1.3. O prazo de execução dos serviços será o mesmo estabelecido para a realização do evento.

Outras condições:

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985/2023.

1.5. O(A) Contratado(a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, no Ato Normativo DPG nº 238/2023, e na Deliberação do Conselho Superior da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17/2021.

2.2. A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações, alinhando-se às diretrizes estratégicas da Escola da Defensoria Pública do Estado.

2.3. A presente contratação se faz necessária para o cumprimento da missão institucional da EDEPE, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 988/2006 e do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento interno da EDEPE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Item 05 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não foram identificados impactos ambientais para a presente contratação.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A presente contratação será formalizada por meio de **Nota de Empenho**.

5.2. O(a) Contratado(a) deverá comparecer ao local de realização ou gravação do evento, na data e horário indicados pela Contratante, e desempenhar o serviço de acordo com as diretrizes fornecidas pela Contratante, estabelecidas para o evento.

5.3. Condições gerais de execução:

- Quantidade de horas contratadas: 04 horas, a Palestrante participará das 18h30 às 22h30.
- Datas do evento: 30/09/2026.
- Local do evento: Auditório da Defensoria Pública

Rua Boa Vista, 200 – Centro – São Paulo/SP

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

Informações gerais:

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a Contratante e o(a) Contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A Contratante poderá convocar o(a) Contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Gestão:

6.4. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor da contratação.

6.5. O gestor da contratação acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. O gestor do contrato anotará no histórico de gerenciamento da contratação, se for o caso, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.

6.8. O gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) Contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor da contratação atuará tempestivamente na solução do problema.

6.10. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor competente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Medição:

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Atestado de Execução dos Serviços para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o(a) Contratado(a):

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento:

7.3. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de finalização do serviço, mediante a confirmação de comparecimento do(a) Contratado(a) pelo Servidor responsável.

7.4. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o valor respectivo será descontado da importância devida ao(à) Contratado(a), sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5. Constatadas irregularidades no serviço, a Contratante poderá:

7.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante Atestado de Execução dos Serviços, firmado pelo Servidor responsável.

7.7. A aceitação dos serviços não exonerará o(a) Contratado(a) de indenização no caso de responsabilidade civil ou técnica por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução dos serviços, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Pagamento

7.8. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do(a) Contratado(a) no Banco do Brasil S/A, no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999), contados do recebimento do atestado de comparecimento do(a) Contratado(a), a ser apresentado à EDEPE no prazo de 25 (vinte e cinco) dias da data da palestra, e à vista do Atestado de Execução de Serviços.

7.9. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome do(a) Contratado(a) no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin Estadual), o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo(a) Contratado(a), de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.10. A Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor da contratação e remuneração pelos serviços prestados:

8.1. O(A) contratado(a) será remunerada(o) de acordo com a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nº 18/2021.

8.2. O valor base fixado, com base no Art 5º parágrafo único, alínea c da Deliberação nº 18, para a presente contratação será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), sendo:

- Valor da hora aula: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
- Total de horas contratadas: 4 horas
- Valor total das horas contratadas: R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais)
- Valor total do projeto: R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais)

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros dos Programas de Trabalho 03.128.4200.5797.0000, Elemento 33.90.36-25 e Fonte de Recursos 175930066 da Unidade Gestora 420031.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações do(a) Contratado(a), sem prejuízo das demais que forem intrínsecas à prestação dos serviços contratados, daquelas constantes de sua proposta comercial e das estabelecidas em lei:

I. zelar pela fiel execução da contratação, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II. não transferir a outrem a execução do objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

III. manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

IV. dar ciência imediata e por escrito à Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução da contratação;

V. prestar à Contratante, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução da contratação;

VI. responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes da execução da contratação;

VII. não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante ou terceiro que já lhe preste serviços para atuar na execução da contratação;

VIII. guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

IX. Respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições;

X. Dar exato cumprimento às *Leis Anticorrupção previstas no ordenamento jurídico brasileiro, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados; obrigando-se a: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.*

10.2. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das constantes deste Termo de Referência e do instrumento contratual, e das estabelecidas em lei:

I. zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência da contratação;

II. indicar formalmente servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o(a) Contratado(a);

III. fornecer ao(à) Contratado(a) todos os dados e informações necessários à execução do objeto da contratação;

IV. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

V. respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições.

11. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. A inexecução total ou parcial desta contratação, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 155 ensejará a rescisão, acarretando as consequências enumeradas no artigo 156, ambos

da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O(A) Contratado(a) sujeita-se também às previsões constantes dos artigos 155 a 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. As sanções de que tratam os itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237/2023, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no Portal da Transparência, do E-sanções, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.5. A Contratante poderá descontar da fatura os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas na contratação.

11.6. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento de contratação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pelo(a) Contratado(a).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 18/09/2026, às 14:20, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2051750** e o código CRC **62415519**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

SACL EDEPE - 2051750v2



RELATÓRIO

Cuidam os autos de procedimento administrativo instaurado com vistas à contratação de **Maria Gorete Marques de Jesus** para proferir palestra no evento “II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais”.

No âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o que inclui a Escola da Defensoria Pública (EDEPE), os procedimentos destinados à aquisição de bens e à contratação de serviços nos moldes da 14.133/2021 são regulamentados pelo Ato Normativo DPG nº 238, de 28 de março de 2023 (“Ato 238”).

Em atendimento às exigências constantes do Ato 238, constam dos autos os seguintes elementos:

- Documento de Formalização de Demanda - DFD (doc. 2051743);
- Termo de Abertura da Pós Graduação (doc. 2051744);
- Programação (doc. 2051745);
- Currículo (doc. 2051747);
- Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 18, de 29 de setembro de 2021 (doc. 2051746);
- Despacho da Direção sobre a conveniência e oportunidade da contratação (doc. 2051749);
- Indicação de documentos contendo dados protegidos, pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), encartados em processo SEI restrito (doc. 2051748); e
- Termo de Referência (doc. 2051750).

No que tange aos documentos pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), a que se refere o artigo 15, inciso II, do Ato 238, cumpre informar que não foram juntados aos autos os documentos pessoais com foto, o comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, assim como a declaração conjunta.

A especial natureza da contratação em epígrafe, inclusive no que diz respeito à menor complexidade do seu objeto, enseja, s.m.j., a prescindibilidade dos aduzidos documentos.

Isso porque, na medida em que o procedimento em questão é orientado pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, a dispensa dos documentos não importa em nenhuma ofensa ao princípio da legalidade, e garantirá a contratação do(a) palestrante, cuja participação é indispensável para a realização do evento, que representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE.

Por se tratar de uma atividade que envolve aspectos eminentemente atrelados à intelectualidade, qualificação, bem como experiência e/ou vivência pregressa do(a) Contratado(a), o serviço envolve características que não permitem sua comparação objetiva com outros.

A inexigibilidade de licitação é uma solução legal para os casos nos quais não é possível sustentar a estrutura de um procedimento de licitação em razão da inviabilidade de competição. Na medida em que ausente a competitividade, pressuposto necessário à realização do procedimento, a licitação se torna

uma via inadequada, devido à impossibilidade de escolha objetiva da proposta mais vantajosa.

Pelo exposto, s.m.j., sugiro a contratação de **Maria Gorete Marques de Jesus** nos termos do artigo 74, inciso III, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Submeto os autos à consideração superior, com sugestão de emissão de Nota de Reserva e encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, em observância, respectivamente, aos artigos 8º e 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 18/09/2026, às 14:20, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2051751** e o código CRC **73B9667E**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

SACL EDEPE - 2051751v2



MANIFESTAÇÃO

Vistos.

Acolho a manifestação retro, oriunda da Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual doc.2051751.

Nos termos do artigo 5º, § 2º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, aprovo o Termo de Referência, constante em doc.2051750.

O custo da contratação durante o período do projeto será de **R\$ 1.400,00** (mil e quatrocentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 280,00** (duzentos e oitenta reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 1.680,00** (mil seiscentos e oitenta reais).

Observo que a exigência do art. 8º, Ato Normativo DPG nº 238/2023 encontra-se atendida, na medida em que no Processo SEI nº 2026/0024487, pertinente à organização do evento em epígrafe, há indicação de recursos para fazer frente à presente contratação. Por essa razão, deixo de solicitar nova informação de recursos à Subárea de Orçamento e Finanças nestes autos.

Determino o encaminhamento dos autos à Subárea de Orçamento e Finanças para **reserva orçamentária** em favor de **Maria Gorete Marques de Jesus**, no valor de **R\$ 1.680,00** (mil seiscentos e oitenta reais), em **FORMAÇÃO CONTINUADA**, em atenção ao art. 8º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Após, encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, nos termos do art. 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 18/09/2026, às 15:43, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2051752** e o código CRC **75C80638**.



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº999/2026

Processo Administrativo: 33293/2026

INICIAL

INTERESSADO: Maria Gorete Marques De Jesus
CPF: 304.545.178-07

ASSUNTO: Contratação do/a palestrante Maria Gorete Marques de Jesus para a "II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais".

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 70.333 de 12 de janeiro de 2026, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420151

PROGR. DE TRAB.: 03.128.4200.5797.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-25

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	R\$ 3.072.343,47	R\$ 1.400,00	-	R\$ 3.070.943,47
OUTUBRO	R\$ 1.106.776,18	-	-	R\$ 1.106.776,18
NOVEMBRO	R\$ 1.072.724,28	-	-	R\$ 1.072.724,28
DEZEMBRO	R\$ 1.154.049,45	-	-	R\$ 1.154.049,45
TOTAL	R\$ 6.405.893,38	R\$ 1.400,00	-	R\$ 6.404.493,38

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Natia Aparecida Biolcati
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 23 de Setembro de 2026

Allan Ramalho Ferreira
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos**, Agente de Defensoria, em 23/09/2026, às 14:53, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Natia Aparecida Biolcati**, Agente de Defensoria, em 23/09/2026, às 15:42, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 23/09/2026, às 15:48, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador
2058458 e o código CRC **80514180**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

SAOF EDEPE - 2058458v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2026NR00616

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	33293/2026				
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.								
Data Emissão	23/09/2026	PTRes	420151	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03128420057970000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor	1.680,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>09</td><td>1.680,00</td></tr></table>						Mês	Valor	09	1.680,00
Mês	Valor								
09	1.680,00								
Observação									
CONTRATAÇÃO DE MARIA GORETE MARQUES DE JESUS PARA PROFERIR PALESTRA NO 2º EDIÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS.									
Usuário									
Consultado Em	23SET2026	Horário	14:50						



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº1000/2026

INICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 33293/2026
CONTROLE DE PAGAMENTOS DO INSS
PATRONAL: 2400/2026

INTERESSADO: Maria Gorete Marques De Jesus
CPF: 304.545.178-07
Ministério da Economia
CNPJ: 00.394.460/0033-29

ASSUNTO: Contratação do palestrante Maria Gorete Marques de Jesus para a "II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais".

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 70.333 de 12 de janeiro de 2026, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420151

PROGR. DE TRAB.: 03.128.4200.5797.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-12

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANFEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	R\$ 3.070.943,47	R\$ 280,00	-	R\$ 3.070.663,47
OUTUBRO	R\$ 1.106.776,18	-	-	R\$ 1.106.776,18
NOVEMBRO	R\$ 1.072.724,28	-	-	R\$ 1.072.724,28
DEZEMBRO	R\$ 1.154.049,45	-	-	R\$ 1.154.049,45
TOTAL	R\$ 6.404.493,38	R\$ 280,00	-	R\$ 6.404.213,38

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Natia Aparecida Biolcati
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 23 de Setembro de 2026

Allan Ramalho Ferreira
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 23/09/2026, às 14:56, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Natia Aparecida Biolcati, Agente de Defensoria**, em 23/09/2026, às 15:42, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 23/09/2026, às 15:48, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2058471** e o código CRC **AE2BBAD0**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0002400

SAOF EDEPE - 2058471v2



PARECER AJ

Processo SEI nº 2026/0033293

Interessada: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Assunto: Contratação de Docente – Maria Gorete Marques de Jesus

Inexigibilidade de licitação. Pagamento de docente. Alteração da fundamentação legal. Artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/2021. Disponibilidade de recursos. Viabilidade.

Parecer AJ nº 466/2026

1. Tratam os autos de medidas preparatórias para viabilizar o pagamento da docente **Maria Gorete Marques de Jesus** que ministrará aula na "II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais", promovido pela EDEPE, no dia 30/09/2026, das 18h30 às 22h30, no Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, situado na Rua Boa Vista, nº 200, Centro, São Paulo/SP.

2. No Documento de Formalização de Demanda – DFD consta que a contratação foi solicitada e justificada pelo Agente de Defensoria da EDEPE com previsão de duração de 4 horas (doc. 2051743), justificando que *“trata-se do Curso de Pós-Graduação lato sensu promovido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo por meio da EDEPE, em observância ao art. 3º, inciso VI, do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento Interno da EDEPE)”*.

3. Foram encartadas a cópia do Termo de Abertura de procedimento administrativo, objetivando a contratação de professores e demais serviços necessários para a realização do evento, preenchido pelo Agente de Defensoria da EDEPE (doc. 2051744) e a programação do curso (doc. 2051745).

4. No documento 2051746, consta a Deliberação do Conselho da EDEPE nº 18/2021, que regulamenta a atividade de docência nos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu organizados pela EDEPE. Além disso, foi encartado o Currículo Lattes da docente no doc. 2051747.

5. Os documentos para a contratação foram juntados no Processo 2026/0033289, protegido com restrição de acesso por conter informações pessoais, sendo composto por:

Ato Normativo DPG nº
238/2023
Artigo 15, inciso II

Documentos e Folhas

<i>a) em caso de nomeação de representante, cópia da procuração que outorgue poderes à pessoa que o representará;</i>	N/A
<i>b) cópia do comprovante de residência (ou declaração de endereço);</i>	Doc. 2051751 - Justificativa da não inserção
<i>c) cópia dos documentos pessoais com foto do contratado ou do representante, se houver;</i>	Doc. 2051751 - Justificativa da não inserção
<i>d) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);</i>	Doc. 2051728 - fls. 09;
<i>e) consulta à situação cadastral no INSS (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais);</i>	Doc. 2058371;
<i>f) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 2051751 - Justificativa da não inserção
<i>g) certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;</i>	Doc. 2051728 - fls. 01: válida até 17/02/2027;
<i>h) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de inscrição na dívida ativa estadual do domicílio;</i>	Doc. 2051728 - fls. 03: válida até 17/10/2026;
<i>i) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos tributários municipais do domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 2051728 - fls. 05: válida até 17/02/2027;
<i>j) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas (CNDT);</i>	Doc. 2051728 - fls. 02: válida até 16/03/2027;

<i>k) consulta ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades estaduais (CADIN Estadual);</i>	Doc. 2051728 - fls. 04;
<i>l) pesquisa negativa de sanções administrativas do Estado de São Paulo (site: www.esancoes.sp.gov.br);</i>	Doc. 2051728 - fls. 06/07;
<i>m) extrato de pesquisa na relação de apenados do TCE/SP;</i>	Doc. 2051728 - fls. 08;
<i>n) comprovante de inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp;</i>	Certificado de Registro Cadastral – CRC no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Doc. 2051728 - fls. 10);
<i>o) declaração conjunta de situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego ou de quem faça as suas vezes e de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; que assegura a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública; e de ciência do CADIN Estadual.</i>	Doc. 2051751 - Justificativa da não inserção

6. Além disso, foram trazidos aos autos os seguintes documentos:

- Ficha Cadastral, com indicação da experiência profissional (Doc. 2051727);
- Cadastro SIAFEM (Docs. 2058371).

7. O Defensor Público Diretor da EDEPE, manifestou-se pela conveniência e oportunidade da contratação da docente, corroborando a justificativa apresentada no DFD, destacando que a contratada possui currículo apto a desempenhar a função, bem como dispensou a realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG ° 238/2023 (doc. 2051749).

8. Ato contínuo, foi lavrado o Termo de Referência, no qual foram explicitados o objeto, a descrição dos serviços, o valor do projeto, a forma de contratação e as condições de pagamento (doc. 2051750).

9. A Oficiala de Defensoria da Subárea de Evento e Comunicação Audiovisual relatou a instrução dos autos e informou que não realizou a juntada da cópia autenticada do documento pessoal com foto da docente e demais documentos, considerando a natureza da contratação e os princípios da

simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência (doc. 2051751).

10. No doc.2051752, consta manifestação do Defensor Público Diretor da EDEPE aprovando o Termo de Referência e informando que o valor total a ser pago é de R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais), já incluído o INSS patronal.

11. A autorização para a reserva financeira lançada pelo Defensor Público Diretor da EDEPE bem como as informações das fontes de recursos para fazer frente às despesas e respectiva nota de reserva encontram-se nos documentos 2058458, 2058468 e 2058755, tudo com vistas ao pagamento da palestrante e recolhimento do INSS.

Vieram os autos para análise e parecer.

12. O artigo 111 da Constituição Estadual determina que a administração pública seja norteadas, entre outros princípios, pelo da motivação. No presente caso, há solicitação e justificativa para a contratação da docente (docs. 2051743 e 2051744), assim como o Defensor Público Diretor da EDEPE ressaltou que a contratada possui currículo apto a desempenhar a função, manifestou-se acerca da conveniência e oportunidade da realização da aula e da contratação, bem como dispensou a elaboração do ETP (doc. 2051749), nos termos dos artigos 2º e 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

13. A EDEPE é órgão auxiliar da Defensoria Pública, nos termos do artigo 58, I, da Lei Complementar Estadual nº 988, de 09/01/2006, e possui, dentre outras funções, “*promover a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado*”.

14. Quanto ao fundamento legal do presente ajuste, devemos observar que a contratação pretendida se enquadra no artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviço intelectual, que não possui critérios objetivos de comparação, tornando inviável a competição:

Art. 74. É inexigível a licitação **quando inviável a competição** [...]

15. Além disso, nos termos do artigo 3º, inciso VI, do Regimento Interno da EDEPE (Ato Normativo DPG nº 127, de 27 de julho de 2017), a Escola possui como prerrogativa “*ministrar cursos de pós-graduação lato sensu*” que, conforme o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da EDEPE (Deliberação da Congregação EDEPE nº 1, de 04 de novembro de 2021), tais cursos são abertos ao público que preencha as condições para a sua inscrição:

Art. 3º. Os Cursos de Especialização, abertos à inscrição de graduados/as em cursos superiores, têm por objetivo o aprofundamento de conhecimentos e a formação de especialistas em disciplinas ou áreas restritas de estudos, sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade jurídica.

16. Importante frisar que o disposto no caput do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, anteriormente disciplinado de forma idêntica pelo caput, do art. 25, da extinta Lei nº 8.666/93, segundo Marçal, pode ser utilizado para fundamentar contratação por inexigibilidade de licitação:

Deve-se ressaltar que o caput do art. 25 apresenta função normativa autônoma, de modo que uma contratação direta poderá nele se fundar direta e exclusivamente. Não se impõe que a hipótese seja enquadrada em um dos incisos do referido art. 25, os quais representam natureza exemplificativa. [\[1\]](#)

17. No tocante à dispensa da realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG nº 238/2023, observamos que as contratações por inexigibilidade não estão entre as hipóteses previstas nas alíneas, contudo, trata-se de rol meramente exemplificativo, sendo possível a dispensa do ETP em outras contratações, desde que devidamente justificadas. Assim, considerando os princípios da razoabilidade, da celeridade e da economicidade que regem as contratações públicas, corroboramos a tese de que a contratação em tela, que possui menor complexidade, não requer a elaboração do ETP para sua formalização.

18. O valor da contratação totaliza R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais) e está de acordo com o artigo 5º, parágrafo único, alínea “c”, da Deliberação do Conselho da EDEPE nº 18/2021, considerando o título de Doutora em Direito (doc. 2051747).

19. Verifica-se que foi indicada a fonte de recursos para fazer frente à despesa e efetuada a reserva, com a devida autorização da despesa pelo Defensor Público Diretor da EDEPE (docs. 2058458, 2058468 e 2058755).

20. Ainda, resta pendente a autorização da contratação, que nos termos do art. 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, é competência delegada do Diretor da Escola, que deverá ser divulgada e mantida à disposição do público em sítio eletrônico da EDEPE, conforme dispõe o art. 24, §4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, bem como deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94, inciso II, da Lei 14133/2021.

21. Com relação à documentação, verifica-se que não há óbice ao prosseguimento do feito. Apenas consigna-se que o Agente de Defensoria da EDEPE justificou a substituição da certidão do INSS pela consulta à situação cadastral do CPF, nos termos da orientação do E-Social (doc. 2058371).

22. Ressalte-se que, à luz do disposto no art. 26, I e II do Ato Normativo DPG nº 80/2014, a Assessoria Jurídica presta consultoria quanto aos aspectos jurídico-formais dos autos, não lhe competindo adentrar em questões relacionadas à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito dos órgãos internos, nem analisar elementos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou financeira.

23. Por fim, destacamos a extrema importância quanto à necessidade de zelo dos servidores públicos responsáveis pela condução da contratação em questão com relação a potenciais conflitos de interesse, nos termos das normas vigentes.

24. Ante o exposto, entendo que poderá ser dado prosseguimento às providências necessárias ao pagamento da docente, atentando-se para as observações dos itens 20 e 23 deste parecer.

[1] Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16 ed. São Paulo: RT, 2014, pág. 486.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Jose Manzutti Neto, Assistente Técnico**, em 28/09/2026, às 12:25, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2059218** e o código CRC **67DC4AF1**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

ASTE ASJD - 2059218v10



APROVAÇÃO DE PARECER AJ

Considerando que o presente parecer trata de entendimento jurídico já consolidado pela Coordenação da Assessoria Jurídica e conforme previsão do art. 2º, §1º, da Instrução Normativa AJ nº 01, de 19/08/2015, ratifico o Parecer AJ nº 466/2026 (doc. 2059218), emitido pelo Assistente Técnico I, Adolpho José Manzutti Neto, elaborado nos termos do artigo 21, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238, de 28/03/2023, pelos fundamentos que apresenta.

Como se trata de contratação alcançada pela solicitação do Ofício CG nº 01/2023, encaminhem-se os autos, simultaneamente:

- a) à Controladoria-Geral, para ciência;
- b) à EDEPE, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Maria Cavalheiro Madeira, Assessora Técnica**, em 28/09/2026, às 12:25, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2062986** e o código CRC **CEBE30B9**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



MANIFESTAÇÃO

Ante os elementos e informações constantes dos autos do Processo SEI nº2026/0033293 , notadamente o **Parecer AJ nº 466/2026**, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **declaro inexigível e autorizo a contratação** de **Maria Gorete Marques de Jesus**, para proferir palestra no curso “II edição da Pós-graduação em Ciências Criminais”, a ser realizado no dia 30/09/2026, com base no artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do artigo 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Com fundamento no artigo 19 do Ato Normativo DPG nº 238/2023, designo a Servidora, Andrea Silva Britto, como gestora da contratação.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Orçamentos e Finanças para emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 1.400,00** (mil e quatrocentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 280,00** (duzentos e oitenta reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 1.680,00** (mil seiscentos e oitenta reais).

Após, devolvam-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 28/09/2026, às 14:50, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2064085** e o código CRC **7FFADB0C**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

SACL EDEPE - 2064085v2



NOTA DE EMPENHO - NE

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE04343

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE										
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO										
Data de Emissão	30SET2026										
CNPJ/CPF/UG	30454517807 - MARIA GORETE MARQUES DE JESUS										
Credor	MARIA GORETE MARQUES DE JESUS										
Endereço											
Cidade											
Origem Material											
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES				
400051	42001	03128420057970000	175930066	33903625	420010	000.000.0100	420151				
No Processo	33293/2026		Acordo								
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL		Ref Dispensa	LEI14133/2021-ART.74							
Licitação	06 - INEXIGIVEL		Modalidade	1 - ORDINARIO							
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC						
Valor do Empenho R\$	1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)										
Cronograma											
<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>09</td><td>1.400,00</td></tr></table>								Mês	Valor	09	1.400,00
Mês	Valor										
09	1.400,00										
Item	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0001	Preço Unitário	1.400,00	Preço Total	1.400,00		
Descrição: CONTRATAÇÃO DE MARIA GORETE MARQUES DE JESUS PARAPROFERIR PALESTRA NO II EEDIÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS.											

Total ou Valor a Transportar R\$	1.400,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SP
Data de Entrega	31DEZ2026

ALLAN RAMALHO FERREIRA
33277378861
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS - 420031
--------------------------	--



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira**, Diretor da Escola da Defensoria Pública, em 30/09/2026, às 12:02, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador
2067561 e o código CRC **3D387C43**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033293

SAOF EDEPE - 2067561v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2026NR00638

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	33293/2026				
Evento	206100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA(CANCELAMENTO)								
Data Emissão	30/09/2026	PTRes	420151	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03128420057970000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor					
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>09</td><td>280,00</td></tr></table>						Mês	Valor	09	280,00
Mês	Valor								
09	280,00								
Observação									
CANCELAMENTO PARCIAL DA 2026NR00616, DEVIDO O EMPENHO DO INSS PATRONAL, SER DIRETO NA DESPESA.									
Usuário									
Consultado Em	30SET2026	Horário	09:16						



NOTA DE EMPENHO - NE

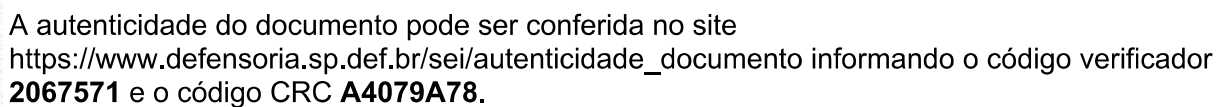
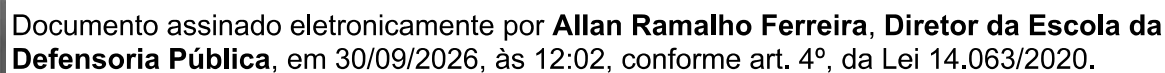
NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE04344

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE										
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO										
Data de Emissão	30SET2026										
CNPJ/CPF/UG	00394460003329 - MINISTERIO DA ECONOMIA										
Credor	MINISTERIO DA ECONOMIA										
Endereço	EXPLANADA DO MINISTERIO - BLOCO B, BL P -										
Cidade	BRASILIA				UF	DF	CEP	70048-900			
Origem Material											
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES				
400092	42001	03128420057970000	175930066	33903612	420010	000.000.0100	420151				
No Processo	2400/2026		Acordo								
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL		Ref Dispensa	LEI14133/2021-ART.74							
Licitação	06 - INEXIGIVEL		Modalidade	3 - ESTIMATIVO							
Empenho Orig.	2026NE00130		Nº Contrato		Nº OC						
Valor do Empenho R\$	280,00 (duzentos e oitenta reais)										
Cronograma											
<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>09</td><td>280,00</td></tr></table>								Mês	Valor	09	280,00
Mês	Valor										
09	280,00										
Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0000	Preço Unitário	0,00	Preço Total	280,00		
Descrição: INSS PATRONAL-20% - CONTRATAÇÃO DE MARIA GORETE MARQUES DE JESUS PARA PROFERIR PALESTRA NO II EDIÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS.											

Total ou Valor a Transportar R\$	280,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SP
Data de Entrega	31DEZ2026

ALLAN RAMALHO FERREIRA
33277378861
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS - 420031
--------------------------	--



2026/0002400

SAOF EDEPE - 2067571v2